

União
Africana



RELATÓRIO CONTINENTAL

Segundo relatório bienal sobre
o programa de acção para a
implementação do quadro
De sendai para a redução do
risco de catástrofes 2015-2030
em África

2019-2020

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| ABREVIACÕES E ACRÓNIMOS | 5 |
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 8 |
| Mapa 1: Seminários regionais de recolha de dados (Junho-Setembro de 2022) | 10 |
| Tabela 1: Principais Conclusões do Relatório Continental | 11 |
| Tabela 2: Aplicação das recomendações emanadas do relatório continental de 2017-2018 | 12 |
| INTRODUÇÃO | 16 |
| Propósito do presente Relatório Bienal Regional | 16 |
| Ambito e objectivo | 17 |
| Objectivos | 17 |
| Metodologia | 17 |
| Tabela 3: Resumo das metas do SFDRR contextualizadas em África consoante o PA e os indicadores | 18 |
| Tabela 4: Resumo das Metas Adicionais do Indicador de Desempenho do PA | 18 |
| Instrumentos de recolha de dados | 19 |
| Tabela 5: Discriminação dos participantes | 19 |
| Análise e Interpretação dos Dados | 20 |
| Tabela 6: Classificação das variáveis segundo a escala de Liker | 20 |
| CAPÍTULO 1 | 21 |
| PERFIL DOS DESASTRES EM ÁFRICA | 21 |
| Introduction | 21 |
| Mapa 2: Tipo de Desastre que Afecta o Maior Número de Pessoas por País | 22 |
| Figura 1: Desastres registados em África (2015-2020). | 23 |
| Tabela 7: Desastres e prejuízos continentais e nas CER (2015-2020) | 24 |
| Tabela 8: Mortes associadas à Covid-19 nas REC (2020-2022) | 24 |
| Perfil do Risco de Desastres em África: Índice de Gestão do Risco (2015-2020) | 25 |
| Figura 2: Modelo INFORM e Limiares das Classes. | 25 |
| 1.1 Índice de risco INFORM (2015-2020) | 26 |
| Mapa 3 e Tabela 9: Índice de Risco INFORM (2015- 2020) | 26 |
| 1.2 Índice de Perigos e Exposição (2015-2020) | 27 |
| Mapa 4 e Tabela 10: Índice de Perigos e Exposição (2015-2020) | 27 |
| 1.3 Índice de Vulnerabilidade (2015-2020) | 28 |
| Mapa 6 Quadro 11: Índice de vulnerabilidade (2015-2020) | 28 |
| 1.4 Índice de Falta de Capacidade de Resposta (2015-2020) | 29 |
| Mapa 7 e Tabela 12: Índice por Falta de Capacidade de Resposta (2015-2020) | 29 |
| CAPÍTULO 2: | 30 |
| PROGRESSOS NA CONCRETIZAÇÃO DAS PRIORIDADES DA RRD | 30 |
| Introdução | 30 |

| | | |
|--|--|-----------|
| 2.1 | Prioridade 1: Compreensão do risco de desastres | 31 |
| 2.2 | Prioridade 2: Fortalecimento da governação do risco de desastres para geri-los | 32 |
| 2.3 | Prioridade 3: Investir na redução do risco de catástrofes para aumentar a resiliência | 33 |
| 2.4 | Prioridade 4: Reforçar a preparação para desastres para uma resposta eficaz e para “Build Back Better” na recuperação, reabilitação e reconstrução | 34 |
| CAPÍTULO 3: | | 36 |
| OBJECTIVOS DO SFDRR (2019-2020) | | |
| | Introdução | 36 |
| | Mapa 8: Evolução do número de países em África que comunicam na ferramenta online SFM de 2017 a 2020 | 37 |
| 3.1 | Meta A do SFDRR: Reduzir a mortalidade causada por desastres | 37 |
| | Tabela 13: Mortalidade em caso de desastre por CER (2015-2020) | 38 |
| 3.2 | SFDRR Meta B Reduzir o número de pessoas afectadas | 38 |
| | Tabela 14: Número de afectados por CER (2015-2020) | 38 |
| 3.3 | Meta C do SFDRR: Reduzir as perdas económicas directas de desastres | 39 |
| | Tabela 15: Prejuízos monetários totais causados pelo desastre por região. | 39 |
| 3.4 | Meta D do SFDRR: Reduzir os danos causados por catástrofes em infraestruturas críticas e a interrupção dos serviços básicos | 40 |
| | Tabela 16: Perda de infraestruturas críticas por CER (2015-2020): Alguns exemplos | 40 |
| 3.5 | Meta E do SFDRR: Aumentar o número de países com estratégias nacionais e sub-nacionais/locais de redução do risco de desastres | 42 |
| | Figura 4. Número de Países com Estratégias de RRD | 43 |
| | Figura 5: Implementação pelos Estados-Membros das suas Estratégias de RRD (2019-2020) | 43 |
| | Tabela 17: Estratégia RRD em vigor no final de 2020 | 44 |
| | Tabela 18: Estratégias sub-nacionais de RRD comunicadas (2019-2020) | 44 |
| 3.6 | Meta F do SFDRR: Reforçar a cooperação internacional | 45 |
| 3.7 | Meta G do SFDRR: Aumentar a disponibilidade e o acesso a sistemas de alerta precoce de múltiplos perigos | 47 |
| | Figura 6: Aumento da disponibilidade e do acesso a alertas precoces de multi-perigos durante o período abrangido pelo presente relatório. | 47 |
| | Tabela 19: Sistemas de alerta precoce: Exemplo da SADC | 48 |
| 3.7.1 | Sistema Africano de Alerta Precoce de Multi-Perigos e Acção Rápida (AMHEWAS) | 51 |
| CAPÍTULO 4: | | 53 |
| PROGRESSOS NOS METAS DA PA | | 53 |
| | Introdução | 53 |
| | Painel de Controlo do PA em África | 54 |
| | Figura 7: Pontuações Compostas do Painel de Controlo do PA dos Estados-Membros (2015-2020) | 54 |

| | |
|---|----|
| Mapa 9: Comparação da realização do PA nas CER, 2017-2018 vs. 2019-2020. | 55 |
| 4.1 Meta Adicional 1 do PA: Aumentar o número de países com RRD nos seus sistemas de ensino em todos os níveis | 56 |
| Figura 8: Aumentar o número de países com temas sobre RRD nos seus sistemas de ensino em todos os níveis entre os períodos de referência. | |
| Tabela 21: Temas em matéria de RRD integrados em todos os programas curriculares (2015-2020) | 58 |
| Mapa 10: RRD integrada em todos os currículos (2015-2018) | 58 |
| 4.2 Aumentar a integração da RRD nas estruturas, mecanismos e processos regionais e nacionais de desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas | 59 |
| Figura 9: Aumentar a integração da RRD nas estruturas, mecanismos e processos regionais e nacionais de desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas | 59 |
| Tabela 22: Integração da RRD, do desenvolvimento sustentável e das alterações climáticas | 60 |
| Mapa 11: RRD nas estratégias de desenvolvimento sustentável e alterações climáticas (2015-2018) | 60 |
| Figura 10: O número de programas de RRD financiados internamente em África nos períodos em análise. | 61 |
| 4.4 Meta Adicional 4 do PA: Aumentar o número de países que dispõem de planos de preparação informados sobre os riscos e de mecanismos de resposta, recuperação e reconstrução pós-desastre, e que os testam periodicamente | 62 |
| Figura 11: Pontuação geral para os países que testam periodicamente os planos de preparação, os mecanismos de resposta, recuperação e reconstrução pós-desastre informados sobre os riscos entre os períodos de referência | 62 |
| Tabela 23: Progressos regionais relativos ao objectivo 4 do PA entre os períodos de referência | 63 |
| Mapa 12: Planos de preparação e mecanismos de resposta informados sobre os riscos (2015-2018) | |
| 4.5 Meta Adicional 5 do PA: Aumentar o número de redes e parcerias regionais para a gestão de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidade | 64 |
| DESAFIOS | 65 |
| RECOMENDAÇÕES | 66 |
| CONCLUSÃO | 68 |
| ANEXO A: Critérios de Avaliação dos Indicadores de acordo com a MRF (APÊNDICE 2: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA CADA INDICADOR DA MATRIZ) | 69 |
| Indicador 5 Critérios de Avaliação | 75 |
| Indicador 10 Critérios de Avaliação | 80 |
| Indicador 11 Critérios de Avaliação | 81 |
| Indicador 12 Critérios de Avaliação | 82 |
| Indicador 13 Critérios de Avaliação | 83 |
| REFERÊNCIAS | 84 |

ABREVIACÕES E ACRÓNIMOS

| | |
|---------|--|
| ACMAD | Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento |
| AfRP | Plataforma Regional Africana para a RRD |
| AfSTAG | Grupo Consultivo para a Ciência e Tecnologia em África |
| ARC | Capacidade Africana de Risco |
| ARSDRR | Estratégia Regional de África para a Redução do Risco de Catástrofes |
| AU | União Africana |
| AUC | Comissão da União Africana |
| AWGDRR | Grupo de Trabalho Africano sobre a Redução do Risco de Catástrofes |
| AU63 | Agenda 2063 de África |
| A-YAB | Conselho Consultivo da Juventude de África |
| CAPC-AC | Centro de Aplicações e Previsão Climática da África Central |
| CCA | Adaptação às Alterações Climáticas |
| DIRAJ | Rede de Redução do Risco de Desastres dos Jornalistas Africanos |
| RDC | República Democrática do Congo |
| DRR | Redução do Risco de Desastres |
| DRRU | Unidade de Redução de Risco de Desastres |
| DRM | Gestão do Risco de Desastres |
| DRMICS | Sistemas Regionais de Informação e Comunicação sobre a Gestão do Risco de Desastres |
| EAC | Comunidade da África Oriental |
| ECCAS | Comunidade Económica dos Estados da África Central |
| ECO-DRR | Redução do Risco de Catástrofes com Base nos Ecossistemas |
| ECOWAS | Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental |
| EWS | Sistema de Alerta Precoce |
| HFA | Quadro de Acção de Hyogo (2005-2015) |
| ICPAC | Centro de Previsão e Aplicação do Clima da IGAD |
| IGAD | Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento |
| INFORM | Índice para a Gestão do Risco |
| MRF | Quadro de Monitorização e Comunicação do Programa de Acção para a implementação do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030 em África |
| EM | Estados Membros |
| NMHS | Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Nacionais |
| PoA | Programa de Acção para a Implementação do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres |
| CER | Comunidades Económicas Regionais |
| RVAA | Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional |
| SADC | Comunidade de Desenvolvimento da África Austral |
| SARCOF | Fórum Regional de Perspectivas Climáticas da África Austral |
| SASDiR | Sociedade da África Austral para a Redução de Desastres |
| SAWIDRA | Informação de Satélite e Meteorológica para a Resiliência às Catástrofes em África |
| SDG | Objectivos de Desenvolvimento Sustentável |
| SFDRR | Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 |
| SFM | Monitor do Quadro de Sendai |
| SHOC | Centro de Operações Humanitárias da SADC |
| UMA | União do Magrebe Árabe |
| UNDRR | Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres |

PREFÁCIO

CAMPEÃO CONTINENTAL DA DRR

Tenho o prazer de apresentar o Relatório Bienal sobre o Programa de Acção para a Implementação do Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres em África.



Logo após a adopção do Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres (2015-2030), os Estados-Membros da União Africana elaboraram o Programa de Acção para a Implementação do Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres em África, que endossaram em 2017. Em 2018, a Reunião Ministerial de Alto Nível sobre a Redução de Risco de Desastres adoptou o Quadro de Monitoria e Apresentação de Relatórios da implementação do Programa de Acção (PdA) e encarregou a Comissão da União Africana a responsabilidade de elaborar o Relatório Bienal utilizando o Quadro de Monitorização e Apresentação de Relatórios. Ao longo dos últimos anos, os órgãos de decisão da União Africana têm demonstrado cada vez mais empenho em implementar e acompanhar os progressos do continente na implementação dos seus quadros de Redução de Risco de Desastres.

Apesar de registar progressos encorajadores em alguns domínios, como na elaboração de políticas e desenvolvimento de e institucional, os sistemas de alerta prévio multiriscos e as parcerias em matéria de Redução de Risco de Desastres (RRD), entre outros, o relatório assinala ainda alguns desafios e obstáculos que os Estados-Membros da União Africana têm de enfrentar se quisermos criar resiliência para reduzir o impacto dos Desastres até 2030. O relatório aponta para a necessidade de reforçar os nossos mecanismos de preparação e recuperação. Embora tenhamos constatado com satisfação o aumento da disponibilidade de sistemas de alerta prévio multiriscos, continua a ser necessário o reforço dos mecanismos de acção antecipada. Para além da capacidade de resposta, que nós, enquanto continente temos vindo a aumentar cada vez mais, temos de assegurar que as nossas sociedades e economias se recuperam bem dos desastres que continuam a atingi-las. O relatório salienta a necessidade de aumentar os esforços e os investimentos nos mecanismos de recuperação e reconstrução e na resiliência. Os recentes desastres demonstraram que temos de assegurar que o desenvolvimento das nossas sociedades tenha em conta o risco de desastres. Temos de aumentar urgentemente a resiliência no desenvolvimento urbano e de infra-estruturas, reforçar a resiliência das comunidades a choques e desastres, cada vez mais crescentes e melhorar os mecanismos de governação do risco de desastres.

Enquanto a construção da resiliência é um trabalho em progresso, os recentes desastres lembraram-nos do sentido de urgência para o continente acelerar a criação de um mecanismo pan-africano de protecção civil que não só assegurará que a União Africana seja capaz de responder rapidamente a desastres no continente, mas também à escala global.

A criação da resiliência exige uma avaliação sistemática dos riscos. No entanto, a capacidade de recolha de dados continua a ser um desafio, tal como salientado no relatório bienal anterior, que abrangeu o período de 2015-2018.

É de grande importância que os Estados-Membros da União Africana considerem o reforço das capacidades institucionais para a recolha de dados e a elaboração de relatórios sobre a Redução de Risco de Desastres. Sem relatórios precisos sobre as perdas, podemos não compreender plenamente o impacto que os desastres têm nas nossas sociedades e economias.

Felicito a dedicação e entrega dos Pontos Focais de Redução de Risco de Desastres a nível regional e nacional, das agências das Nações Unidas e de outros parceiros, que se uniram para apoiar tecnicamente ao processo de elaboração deste relatório. Gostaríamos de estender a gratidão da União Africana à UE e ao Governo da Suécia pelo seu apoio financeiro para a elaboração do relatório bienal. Que os Estados-Membros da União Africana se mantenham informados e orientados por este relatório a medida que procuramos intensificar os nossos esforços para alcançar os objectivos globais do Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres e as metas do Programa de Acção.

Filipe Jacinto Nyusi

Presidente da República de Moçambique
Campeão da União Africana para a Gestão de Risco de Desastres

PREFÁCIO

COMISSÁRIO DA UNIÃO AFRICANA

Aprovado pelo Conselho Executivo da União Africana e pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo em 2017, o Programa de Ação (PoA) para a Implementação do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes (QSRRC) em África exige que a Comissão da União Africana elabore um relatório bienal para avaliar a sua implementação. O Relatório Bienal sobre o Programa de Ação para a Implementação do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes em África avalia os progressos realizados no sentido de atingir as metas globais do QSRRC e as metas específicas para África delineadas no PA. O primeiro relatório, que abrangeu o período 2015-2018, foi lançado em 2020 na reunião de alto nível pelo Presidente da Gâmbia. A Comissão da União Africana tem o prazer de apresentar o segundo relatório bienal que abrange 2019-2020.

Tal como o seu antecessor, este relatório atual mostra como as catástrofes continuam a afetar as economias dos Estados Membros da União Africana. Embora este relatório assinala que o número de catástrofes registadas diminuiu em comparação com os anos anteriores, estabelece que a mortalidade e as perdas económicas aumentaram e que a vulnerabilidade dos Estados Membros da União Africana não está a melhorar. Estas conclusões mostram o desafio em que África encontrar-se. O relatório aponta para a necessidade urgente de todos os Estados-Membros da UA reforçarem a sua resiliência às catástrofes. O relatório assinala a necessidade urgente de África reforçar os mecanismos de preparação e recuperação. É necessário dar prioridade aos mecanismos de preparação e de ação prévia e investir mais em iniciativas de recuperação para que África seja um continente resiliente.

Agradecemos a todos os peritos em Redução de Risco de Catástrofes a nível nacional e regional que dedicaram o seu tempo e recursos para tornar este segundo relatório uma realidade. Agradecemos também ao Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes e outras agências das Nações Unidas, Organizações Internacionais, redes académicas, AYAB-DRR, AfSTAG-DRR, e departamentos da Comissão da União Africana (CUA) pela orientação técnica e apoio que ofereceram no desenvolvimento deste relatório. Agradecemos também sinceramente à União Europeia (UE) e à Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP) e



ao Governo da Suécia, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no âmbito da Resiliência do Sahel, pelo apoio financeiro dado a este projeto. É com agrado que se regista o empenho e o apoio contínuos ao desenvolvimento do relatório bienal, que tem destacado com êxito os progressos e os desafios críticos do continente em matéria de RRC.

Aguardamos com expectativa um apoio contínuo e um rigor reforçado à medida que procuramos documentar os nossos sucessos e formas de abordar os desafios identificados pelo Relatório Bienal sobre o Programa de Ação para a Implementação do Quadro de Sendai para a

Emb. Josefa Leonel Corriea Sacko

Comissária
Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural,
Economia Azul e Ambiente Sustentável
Comissão da União Africana

SUMÁRIO EXECUTIVO

A África é um continente particularmente vulnerável aos desastres devido à sua localização geográfica, condições climáticas e factores socioeconómicos. A frequência e a gravidade de catástrofes como inundações, secas, ciclones e epidemias têm impactos devastadores na região, resultando em perdas de vidas, deslocações e danos nas infraestruturas e na economia. Os impactos dos desastres são sobretudo graves nas comunidades vulneráveis de África, onde a pobreza, as más condições das infraestruturas e o acesso limitado aos recursos agudizam a sua vulnerabilidade. O Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes (SFDRR) é um projeto global para a redução do risco de desastres e o desenvolvimento da capacidade de resiliência às catástrofes. O SFDRR foi adoptado em Março de 2015 na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Catástrofes, realizada em Sendai, no Japão. O quadro visa orientar os esforços nacionais e locais para reduzir o risco de catástrofes e abordar os factores de risco subjacentes. Em África, o SFDRR proporcionou uma plataforma para melhorar a gestão do risco de desastres e promover o reforço da resiliência. O Programa de Acção (PA) para a implementação do SFDRR (e a sua Matriz 2.0 para a implementação) em África é uma estratégia

abrangente para a redução do risco de catástrofes e a construção de resiliência no continente. O Plano de Acção foi desenvolvido em reconhecimento da paisagem única do risco de desastres em África e a necessidade de abordagens específicas da região para a redução do risco de desastres. O Plano de Acção fornece um roteiro para a implementação do SFDRR em África, delineando prioridades específicas, metas e acções que podem ser realizadas aos níveis nacional, regional e continental.

Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana, na 28.ª Cimeira Extraordinária, em Janeiro de 2017, em Adis Abeba, Etiópia, aprovaram o PA. O PA descreve como a África aspira implementar o SFDRR no continente. A Comissão da União Africana (CUA) é a guardiã do PA e deve apresentar um relatório bienal sobre a sua implementação. Existem sete objectivos da SFDRR que todos os Estados Membros pretendem alcançar no âmbito das quatro prioridades da SFDRR (compreender o risco de desastres, reforçar a governação do risco de desastres, investir na redução do risco de desastres e melhorar para a prontidão para desastres).

Os sete objectivos do SFDRR são os seguintes:

- A** Reduzir substancialmente a mortalidade continental por catástrofes até 2030;
- B** Reduzir substancialmente o número de pessoas afectadas em África até 2030;
- C** Reduzir as perdas económicas directas das catástrofes em relação ao produto interno bruto (PIB) continental até 2030;
- D** Reduzir substancialmente, até 2030, os danos causados pelas catástrofes às infraestruturas críticas e a interrupção dos serviços básicos, nomeadamente as instalações de saúde e de ensino, nomeadamente através do desenvolvimento da sua capacidade de resistência;
- E** Aumentar substancialmente o número de países com estratégias nacionais e sub-nacionais/locais de redução do risco de catástrofes até 2020;
- F** Reforçar substancialmente a cooperação internacional nos países em desenvolvimento através de um apoio adequado e sustentável para complementar as acções nacionais de implementação do Quadro de Sendai até 2030;
- G** Aumentar consideravelmente, até 2030, a disponibilidade e o acesso das populações a sistemas de alerta precoce multi-riscos e a informações e avaliações dos riscos de catástrofes.

Para além de alcançar os objectivos acima referidos, os países africanos pretendem atingir os cinco objectivos adicionais do PA, os quais são:

1

Aumentar substancialmente o número de países com RRD nos seus sistemas educativos a todos os níveis, tanto como currículo autónomo como integrado em diferentes currículos;

2

Aumentar a integração da RRD nos quadros, mecanismos e processos regionais e nacionais de desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas;

3

Alargar substancialmente o âmbito e aumentar o número de fontes de financiamento interno da RRD;

4

Aumentar o número de países que dispõem de planos de preparação informados sobre os riscos e de mecanismos de resposta, recuperação e reconstrução pós-desastre, e que os testam periodicamente; e

5

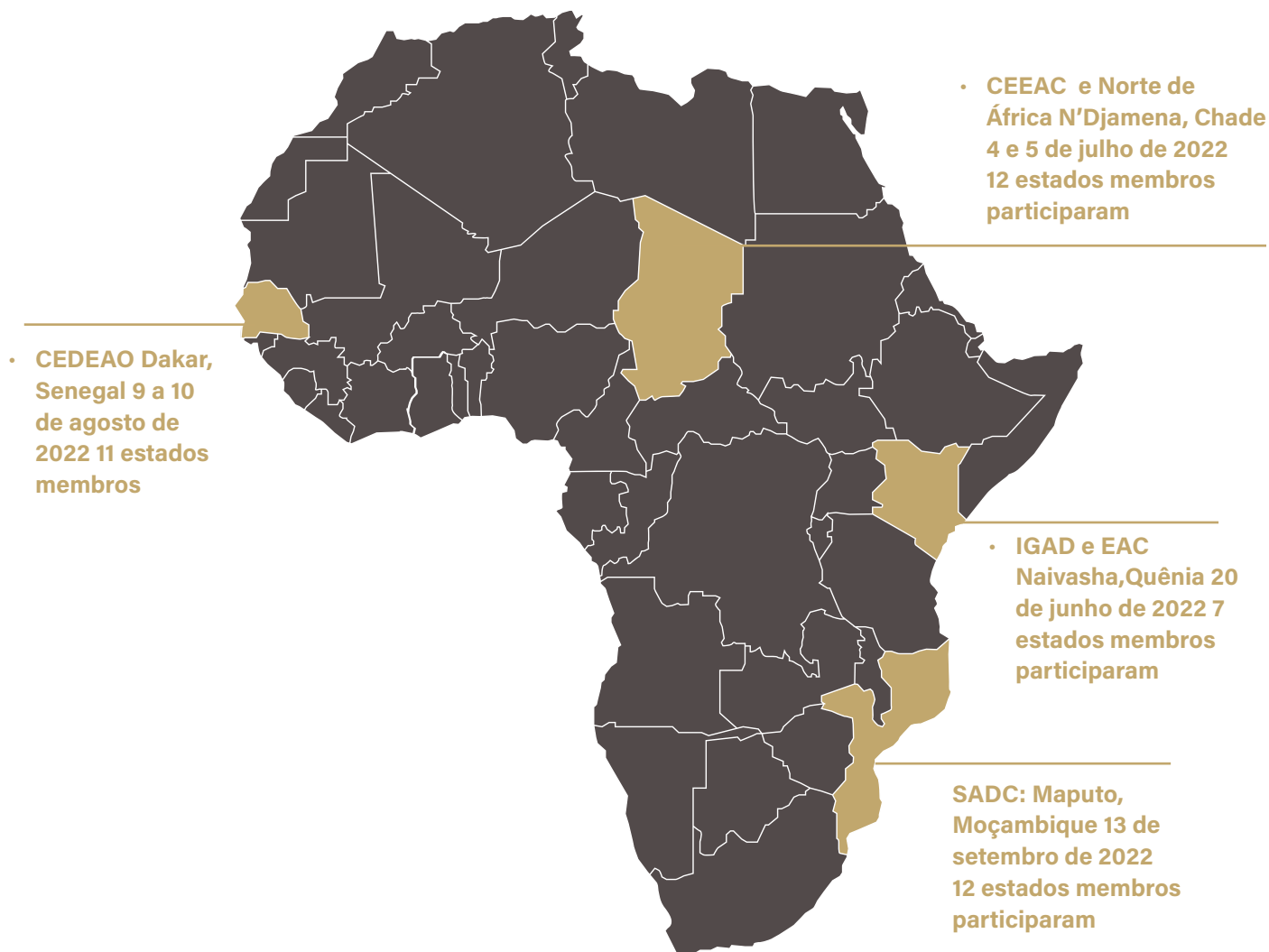
Aumentar significativamente o número de redes ou parcerias regionais para a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de capacidades, incluindo centros e redes regionais especializados.

O Quadro de Monitorização e Comunicação do PA apresenta treze (13) indicadores para os cinco (5) objectivos adicionais do PA para o período 2015-2030. Destes treze indicadores, os dados relativos a nove (9) indicadores são recolhidos a nível dos Estados-Membros através dos Pontos Focais Nacionais de RRD, enquanto os dados relativos aos restantes quatro (4) indicadores são recolhidos a nível das CER através dos Pontos Focais das CER de RRD.

Estes 13 indicadores são:

1. Percentagem de países com currículos de RRD nos seus sistemas de ensino em todos os níveis.
2. Percentagem de CER com RRD integrada nos enquadramentos, mecanismos e processos regionais de desenvolvimento sustentável.
3. Percentagem de países com RRD integrada nos sistemas, mecanismos e processos nacionais de desenvolvimento sustentável.
4. Percentagem de CER com RRD integrada em quadros, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas.
5. Percentagem de países com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas.
6. Número total de programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional.
7. O Custo total dos programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional.
8. Percentagem de desembolso de fundos ao nível nacional para programas e actividades de RRD.
9. Percentagem do custo total dos programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional.
10. Percentagem de países com planos de preparação, respostas, mecanismos de recuperação e reconstrução pós-desastre informados sobre os riscos.
11. Percentagem de países que efectuem testes periódicos aos seus planos de prontidão, resposta, recuperação pós-desastre e mecanismos de reconstrução.
12. Número de redes ou parcerias regionais para a gestão dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades em matéria de RRD.
13. Número de centros regionais especializados em RRD criados e operacionais.

O principal instrumento de recolha de dados para este segundo Relatório Bienal foi um inquérito de recolha de dados online administrado através de workshops regionais de recolha de dados que tiveram lugar de Junho a Setembro de 2022 em toda a África. Como indicado no mapa abaixo, foram realizados quatro workshops regionais:



Mapa 1: Seminários regionais de recolha de dados (Junho-Setembro de 2022)

Participaram nos seminários de recolha de dados 42 países (76%). Para além dos seminários regionais, foi utilizada uma ferramenta que permite recolher dados dos Estados-Membros pela Internet. Em 2019-2020, registou-se uma diminuição significativa da participação dos Estados-Membros na utilização da ferramenta online, com apenas 57% a apresentar informações através da ferramenta de recolha de dados, em comparação com 91% em 2017-2018. Dos 55 países, 31 apresentaram informações parciais através da ferramenta de recolha de dados online e 24 EM não utilizaram a ferramenta de recolha de dados para participar neste período de referência. Para aumentar o processo de recolha de dados, utilizou-se um seminário adicional (realizado em Dar es Salaam, Tanzânia, em Março de 2023) e o seminário de validação inicial (realizado em Adis Abeba, Etiópia, em Junho de 2023) a fim de recolher dados de vários Estados Membros que não forneceram informações através da ferramenta em questão. Graças às várias plataformas de recolha de dados, a equipa de investigação conseguiu recolher dados dos 55 EM, embora se deva notar que ainda subsistem lacunas nos dados devido a constrangimentos na recolha e gestão, enfrentados por vários EM.

AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO INCLUEM:

Tabela 1: Principais Conclusões do Relatório Continental

| Tópico/Alvo | Pontos-chave/Detalhes |
|--|--|
| Os eventos de calamidade registados aumentaram de 2017/8 para 2019/20 | Diminuiu de 521 para 496, principalmente devido a diminuições no Norte de África |
| Principais tipos de desastres | A maioria das perdas de vidas, meios de subsistência e infraestruturas críticas foram causadas por secas, inundações, tempestades, epidemias e acidentes de transporte, que tiveram o maior impacto económico. |
| Tendências de desastres (2017/8 a 2019/20) | As secas, as tempestades e os transportes mantiveram-se relativamente inalterados, ao passo que as inundações duplicaram a sua ocorrência. |
| Meta A de Sendai: Reduzir a mortalidade causada por catástrofes | Aumento da mortalidade por catástrofes em África de 22 330 em 2017-2018 para 42 275 em 2019-2020. Estes aumentos devem-se principalmente a tempestades, inundações e epidemias |
| Meta B de Sendai: Reduzir o número de pessoas afectadas | Em 2017-2018, um total de 21 596 732 pessoas foram afectadas por catástrofes, número que aumentou para 73 410 068 em 2019/2020 |
| Meta C de Sendai Reduzir as perdas económicas directas de desastres | Os danos económicos directos devido ao desastre foram calculados em US\$ 1,1 bilhão em 2017-2018, que diminuíram para US\$ 786 milhões em 2019-2020. |
| Meta D de Sendai: Reduzir os danos causados por desastres nas infraestruturas críticas | Grave falta de comunicação de dados, resultando na incapacidade de comparar com exactidão os períodos de referência. Dificuldades na comunicação de dados relativos aos danos nas infraestruturas críticas e à interrupção dos serviços básicos. Sub-notificação significativa. |
| Meta E de Sendai: Aumentar as estratégias de RRD | O número de Estados-Membros com estratégias de RRD aumentou de 40 em 2017-2018 para 44 em 2019-2020. |
| Meta F de Sendai: Aumentar a cooperação internacional | Esta foi uma das metas com melhor desempenho, já que os 55 Estados-Membros comunicaram pelo menos uma ou várias parcerias de cooperação. Cooperação internacional significativa com os Estados-Membros desde 2015, evidente na cooperação bilateral e multilateral em África. |
| Meta G de Sendai: Aumentar os sistemas de alerta precoce | Registou-se um aumento significativo dos MHEWS de 62 em 2017-2018 para 81 em 2019-2020. Os EWS de risco único aumentaram de 49 para 50 entre o mesmo período de referência. |
| Meta Adicional 1 do PA: RRD no sistema educacional | A meta 1 do PA apenas obteve resultados limitados no continente, com uma adopção limitada dos currículos do ensino primário e secundário. |
| Meta Adicional 2 do PA: Integração da RRD no desenvolvimento, adaptação às alterações climáticas | Para a meta 2 do PA, o continente alcançou resultados limitados, porém, há uma clara tendência ascendente nas pontuações da meta desde o início dos relatórios. Muitos exemplos de boas práticas das várias CER sustentam esta tendência de forma positiva. |
| Meta Adicional 3 do PA: Expandir o financiamento interno da RRD | O continente está a mostrar um progresso moderado na realização da Meta 3 do PA. Deve-se notar que o número de programas de RRD financiados tem internamente oscilado ao longo do tempo nos continentes, com 153 em 2015-2015, 444 em 2016-2017 e uma diminuição para 330 programas financiados em 2019-2020. Muitos EM continuam a sub-notificar ainda significativamente o número de fontes de financiamento interno para a RRD. Os EM indicaram as seguintes razões para a sub-notificação, ou seja, o financiamento está espalhado por vários sectores e esferas do governo. Além disso, a definição da meta não é precisa, o que torna a recolha de dados problemática. |
| Meta Adicional 4 do PA: Aumentar os planos de preparação informados sobre os riscos | A realização da Meta 4 do PA está a um nível de realização moderado, com tendência para aumentar. A maioria dos EM tem uma forte tradição de desenvolvimento, teste e execução de planos e mecanismos de preparação de resposta, recuperação pós-desastre e reconstrução informados sobre os riscos. Durante o ciclo de relatórios, foram observadas melhorias notáveis na planificação do estado de preparação na CEEAC, na SADC e no Norte de África. |

Meta Adicional 5 do PA: Aumentar as redes regionais de gestão baseada no conhecimento e de desenvolvimento de capacidades

O continente obteve um nível moderado de realização da Meta 5. Foram feitos progressos significativos no estabelecimento de redes regionais, especialmente entre os sectores de investigação/académicos e as instituições públicas responsáveis pela gestão do risco de desastres. Devem ser criadas mais redes para gerir os riscos transfronteiriços.

Tabela 2: Aplicação das Recomendações Emanadas do Relatório Continental de 2017-2018

| Recomendação | Estado de Implementação |
|---|--|
| Os Estados-Membros devem envidar esforços significativos para utilizar o Monitor do Quadro de Sendai existente, bem como o DesInventar, como ferramentas para a comunicação e recolha contínua de dados. | <p>Implementação Parcial</p> <p>Foram realizadas formações sobre SFM e DesInventar. Porém, são muito poucos os Estados-Membros que actualmente utilizam o SFM em pleno potencial e, por conseguinte, o SFM não pode fornecer uma referência conclusiva para medir o progresso em relação às metas do SFDRR.</p> |
| Os Estados-Membros, com a assistência das Unidades de RRD das CER, devem programar processos contínuos de recolha de dados e elaboração de relatórios, utilizando as ferramentas de recolha de dados disponibilizadas pela UNDRR e apoiadas pela CUA. | <p>Implementação Parcial</p> <p>Embora muitos Estados-Membros disponham de plataformas nacionais de RRD, ainda é necessário facilitar a comunicação e a coordenação inter-sectoriais. Durante a investigação, os EM indicaram que este facto é evidente sobretudo no que respeita à recolha de dados sobre perdas económicas e de infraestruturas e ao financiamento da RRD. Em muitos casos, os departamentos têm de partilhar a informação, o que dificulta avaliar os impactos económicos das catástrofes e a atribuição actual de verbas para a RRD em todo o continente.</p> |
| Os Estados-Membros devem trabalhar no sentido de reforçar as plataformas nacionais de RRD para a comunicação e coordenação intersectorial.. | <p>Implementação Parcial</p> <p>Apesar de existir alguma estabilidade quanto aos pontos focais SFDRR em alguns EM e CER (por ex., SADC), a situação difere no continente. A elevada rotatividade do pessoal nas unidades de RRD, em muitos EM, tem como consequência a nomeação constante de novos pontos focais. Esta situação tem causado disrupção na partilha e validação dos dados dos EM ao longo do processo de investigação.</p> |
| Caso não exista, cada Estado-Membro deve nomear/ designar um ponto focal de SFDRR, que deverá ser comunicado à Unidade de RRD das CER, à CUA e à UNDRR para garantir a continuidade futura dos relatórios sobre o SFDRR e o PA. | <p>Implementação Parcial</p> <p>Apesar de existir alguma estabilidade quanto aos pontos focais SFDRR em alguns EM e CER (por ex., SADC), a situação difere no continente. A elevada rotatividade do pessoal nas unidades de RRD, em muitos EM, tem como consequência a nomeação constante de novos pontos focais. Esta situação tem causado disrupção na partilha e validação dos dados dos EM ao longo do processo de investigação.</p> |
| Para alcançar o relatório bienal previsto sobre o SFDRR e o PA, os Estados-Membros e o Secretariado das CE devem envidar esforços para estabelecer uma relação com pelo menos uma instituição de investigação regional. | <p>Implementação Satisfatória</p> <p>Durante 2019-2020, foi demonstrado que a parceria mais comum dos EM na realização das suas actividades de gestão de desastres havia sido a sua relação com as instituições de investigação individuais ou redes de investigação (por ex., Peri-Peri U/ SASDIR). De notar que embora comum, estas relações não estão presentes em todos os Estados-Membros, e deve haver esforços contínuos para se estabelecer colaboração com as instituições de investigação em todos os Estados-Membros.</p> |

| Recomendação | Estado de Implementação |
|---|---|
| <p>As lições deste relatório indicam que um relatório bienal abrangente não pode ser compilado no final de cada mandato de dois anos, mas deve ser um documento vivo apoiado por repositórios de dados institucionais actualizados constantemente. As universidades/centros de investigação da região encontram-se numa posição ideal para desempenhar esta função.</p> | <p>Não Implementado</p> <p>A pandemia da Covid-19 dificultou consideravelmente os esforços de recolha de dados e de elaboração de relatórios sobre outras catástrofes, visto que grande parte dos recursos humanos das unidades de RRD dos Estados-Membros esteve dedicada à resposta à pandemia. Consequentemente, os esforços para fornecer consistentemente dados que contribuíssem para que o relatório semestral se tornasse um “documento vivo” foram gravemente prejudicados. Além disso, deve ainda ser concebida uma ferramenta de recolha de dados online fidedigna e fácil de utilizar para que a participação e a comunicação de dados pelos Estados-Membros sejam consistentes. Embora essa plataforma esteja a ser concebida, provavelmente apenas entrará em funcionamento em 2024.</p> |
| <p>É necessário um apoio financeiro e técnico considerável para que as estruturas nacionais de RRD comuniquem as perdas económicas e o financiamento da RRD (Meta C do SFDRR) e o financiamento da RRD (Meta Adicional 3 do PA).</p> | <p>Não Implementado</p> <p>Durante o ciclo de relatórios de 2019-2020, todas as metas que incluem componentes de dados económicos, designadamente as metas C, D e PA 3 do SFDRR, foram as metas mais mal comunicadas em todo o continente. Por conseguinte, esta recomendação continua a ser pertinente para o ciclo de apresentação de relatórios de 2021-2022.</p> |
| <p>Os Estados-Membros poderão considerar o cumprimento ao nível nacional, incluindo a apresentação bienal de relatórios RRD como um requisito legislativo.</p> | <p>Não são conhecidas informações sobre a implementação</p> |
| <p>Os relatórios anuais ao nível nacional sobre o SFDRR e o PA devem ser aplicados e alargados ao nível das CER.</p> | <p>Não são conhecidas informações sobre a implementação</p> |
| <p>Deve ser dada uma ênfase específica à garantia de dados desagregados (género, idade, capacidades, etc.) e Meta-dados.</p> | <p>Não Implementado</p> <p>Os EM não forneceram dados desagregados para obter uma melhor compreensão da dinâmica do género, idade e capacidade dos impactos das catástrofes no continente. Contudo, a CUA, as CER e os EM fizeram um apelo concertado para a inclusão de categorias desagregadas em futuras ferramentas e plataformas de recolha de dados associadas aos períodos de relatórios bianuais.</p> |
| <p>As unidades de RRD das CER devem desempenhar um papel de liderança na coordenação dos relatórios regionais sobre o SFDRR e o PA.</p> | <p>Implementação Satisfatória</p> <p>A maioria das CER tem sido fundamental na coordenação dos relatórios regionais sobre o SFDRR e o PA durante 2019-2020. Não obstante, estes esforços de coordenação devem continuar nos períodos de relatório subsequentes.</p> |
| <p>Devem ser realizadas sessões periódicas de trabalho presenciais dos responsáveis técnicos de RRD dos Estados-Membros, a fim de consolidar e comunicar os progressos registados em todas as metas do PA.</p> | <p>Não são conhecidas informações sobre a implementação</p> |
| <p>Os Estados-Membros devem recorrer aos meios de comunicação social para comunicar os resultados dos relatórios bienais, a fim de garantir o envolvimento das partes interessadas.</p> | <p>Não são conhecidas informações sobre a implementação</p> |

RECOMENDAÇÕES DECORRENTES DO CICLO DE RELATÓRIOS DE 2019-2020

- A CUA, as CER e os EM devem desenvolver uma metodologia consensual para avaliar as perdas económicas directas provocadas pelas catástrofes.
- Os EM e as CER registam deficientemente as perdas directas causadas por catástrofes. Devem ser criados melhores mecanismos de coordenação, e sugere-se que os EM e as CER envidem esforços concertados para estabelecer vínculos com as suas instituições nacionais de investigação e universidades, que possam desempenhar um papel valioso na recolha e gestão desses dados regularmente.
- A CUA, as CER e os EM devem desenvolver uma metodologia consensual para avaliar a natureza e a extensão das perdas monetárias infligidas por catástrofes em infraestruturas críticas e a interrupção da prestação de serviços críticos.
- Os EM devem investir mais recursos financeiros no desenvolvimento de tecnologias de recolha de dados e de competências em todos os níveis do governo, especialmente ao nível local, a fim de melhorar a recolha de dados relativos às metas A, B, C e D da SFDRR.
- A CUA e as respectivas CER devem envidar esforços concertados para apoiar os EM que ainda não dispõem de políticas, leis e estratégias nacionais para a RRD.
- Devem ser criados fluxos de rastreio de financiamento para acompanhar os fundos atribuídos à implementação de políticas e estratégias de RRD em todas as esferas do governo, e estes devem ser comunicados anualmente à CER.
- Apesar da vasta cooperação bilateral e multilateral no domínio da RRD no continente, os EM devem empenhar-se fortemente na obtenção de assistência técnica e monetária adequada aos seus perfis de risco e às suas necessidades em matéria de RRD.
- Os EM e as CER devem continuar a colaborar com vários doadores e parceiros académicos e comunitários para desenvolver ou melhorar os sistemas de alerta precoce para facilitar a acção precoce e reduzir as perdas em todo o continente africano no que diz respeito a vidas e meios de subsistência.
- As CER devem dar prioridade ao desenvolvimento de sistemas transfronteiriços de alerta precoce contra riscos múltiplos susceptíveis a apoiar os sistemas nacionais de alerta precoce.
- É necessário um esforço mais concertado em todas as regiões para envolver os Estados-Membros na inclusão da RRD, especificamente no ensino primário e secundário. Os diferentes departamentos de educação devem impulsionar os esforços de integração nos Estados-Membros em cooperação com parceiros de cooperação internacional e instituições de ensino superior.
- Os Estados-Membros devem criar mecanismos institucionais e técnicos para melhorar a partilha de dados intergovernamentais relativos às perdas de infraestruturas económicas e de prestação de serviços devido a catástrofes.
- Os Estados-Membros devem melhorar a cooperação entre os departamentos governamentais responsáveis pela adaptação às mudanças climáticas e pela redução do risco de catástrofes aos níveis político, legislativo e de execução de projectos.
- Incentivar os esforços do sector dos seguros nos EM para integrar a RRD em mais actividades e produtos de seguros.
- Os EM e as CER devem estabelecer mecanismos para acompanhar os projectos RRD financiados ao nível nacional, a fim de melhorar a apresentação de relatórios sobre a Meta 3 do PA.
- Desenvolver continuamente capacidades técnicas e competências do pessoal de gestão do risco de catástrofes e dos voluntários da comunidade para melhorar a planificação da preparação nos EM.
- Os EM e as CER devem estabelecer mais parcerias para gerir os riscos transfronteiriços.
- Os relatórios anuais ao nível nacional sobre o SFDRR e o PA devem ser aplicados e aumentados para o nível das CER.

- Deve ser dada uma ênfase específica à garantia de dados desagregados (género, idade, capacidades, etc.) e meta-dados.
- As estruturas nacionais de redução do risco de desastres e as Unidades de RRD das CER devem ser reforçadas com mais recursos humanos e competências e infraestrutura das TIC.
- A Unidade de RRD das CER deve encabeçar a coordenação dos relatórios regionais sobre o SFDRR e o PA.
- Devem ser realizadas sessões periódicas de trabalho presenciais entre os responsáveis técnicos de RRD dos Estados-Membros para consolidar e comunicar os progressos registados em todos os objectivos do PA.
- Os Estados-Membros devem envolver os meios de comunicação social para comunicar os resultados dos relatórios bienais, de modo a garantir o envolvimento das partes interessadas.
- Os Estados-Membros devem colaborar com os seus pares e parceiros e aproveitar os mecanismos existentes para promover o desenvolvimento e a implementação de estratégias locais de RRD.
- As variáveis e os indicadores que reflectem o progresso do envolvimento dos jovens devem ser integrados nos relatórios, quer ao nível nacional, como regional.

INTRODUÇÃO

O continente africano, caracterizado pela sua geografia diversificada e culturas vibrantes, tem uma relação complexa com os riscos naturais e os de origem humana. Entre 2018 e 2020, África viveu uma série de crises que puseram à prova a resiliência das suas nações e populações. Desde catástrofes ambientais, como ciclones e secas, a emergências de saúde pública e conflitos, o continente enfrentou diversos desafios que exigiram uma acção imediata e um planeamento cuidadoso a longo prazo. Este período testemunhou um esforço concertado em todo o continente para alinhar as estratégias de redução do risco de catástrofes com a visão global estabelecida no Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030) (SFDRR) e para alcançar os objectivos do Programa de Acção para a implementação do SFDRR em África (PA). O SFDRR é um Plano Global para reduzir o risco e

reforçar a resiliência. Foi estabelecido em Março de 2015 na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Catástrofes, realizada em Sendai, no Japão. O seu objectivo é orientar os esforços nacionais e locais para reduzir o risco de catástrofes e abordar as causas profundas do risco. O Plano de Acção (com a sua Matriz 2.0 para implementação) em África é uma estratégia abrangente para reduzir o risco de catástrofes e promover a resiliência no continente. O PA oferece um roteiro para a implementação do SFDRR em África, fornecendo prioridades específicas, metas e medidas que podem ser tomadas aos níveis nacional, regional e continental. A Comissão da União Africana (CUA) é responsável por supervisionar e apresentar relatórios sobre a implementação do PA a cada dois anos. Este relatório é o segundo relatório bienal sobre a implementação do PA em África para 2019-2020.

PROPÓSITO DO PRESENTE RELATÓRIO BIENAL REGIONAL

Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana, na 28.ª Cimeira Extraordinária que teve lugar em Janeiro de 2017 em Adis Abeba, Etiópia, adoptaram o PA. O PA descreve como a África pretende implementar o SFDRR no continente. Em Junho de 2018, a Comissão da União Africana (CUA) desenvolveu o Quadro de Monitorização e Relatórios (MRF) para o Programa de Acção para a implementação do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030) em África (PA), que foi adoptado em Outubro de 2018, na Reunião Ministerial de Alto Nível sobre RRD, através da Declaração de Tunes. Este quadro de monitorização orienta-se pelo SFDRR e pelo PA, e baseia-se nos sucessos da implementação do Quadro de Acção de Hyogo (2005-2015), da Estratégia Regional Africana para a Redução do Risco de Desastres (ARSRR) de 2004 e do seu Programa de Acção (2005). Como titular do PA, cabe à CUA supervisionar e submeter um relatório bienal sobre a implementação do PA. Ao adoptarem o MRF, os Ministros solicitaram à Comissão da União Africana que preparasse o primeiro Relatório Bienal sobre a Redução do Risco de Desastres em África utilizando o MRF em 2019, que foi aprovado em Janeiro de 2021. O presente ciclo de apresentação de relatórios bienais refere-se ao período de 2019-2021.

AMBITO E OBJECTIVO

O objectivo do Relatório é informar de forma exhaustiva a implementação do Programa de Acção para a aplicação do Quadro de Sendai 2015-2030 e a Estratégia de África para a Redução do Risco de Desastres para o período 2019-2020. Este relatório centra-se sobre todos os Estados Membros da UA.

OBJECTIVOS

O objectivo é utilizar os resultados do relatório com o intuito de:

- Aumentar o conhecimento, informar, promover e melhorar a compreensão dos riscos de desastres para informar a política e os programas de RRD;
- Acompanhar o progresso relativamente aos objectivos e indicadores (ver tabelas abaixo para os indicadores de desempenho) e fornecer uma referência futura contra a qual o progresso da RRD pode ser medido;
- Identificar as melhores práticas para partilhar aprendizagens e lições entre os Estados-Membros; e
- Informar o desenvolvimento de medidas de RRD, incluindo o desenvolvimento de capacidades para futuros relatórios.

METODOLOGIA

O estudo utilizou uma metodologia semelhante à do primeiro relatório bienal. Foram recolhidos dados qualitativos e quantitativos. O principal objectivo do estudo consistiu na apresentação de um relatório sobre os progressos dos Estados-Membros e das CER relativamente às metas do SFDRR e às cinco metas adicionais do PA de África para 2019-2020. Por conseguinte, o relatório teve também de considerar as quatro áreas prioritárias do SFDRR no que se

refere às várias metas. Os dados quantitativos referiam-se sobretudo às metas do SFDRR, enquanto os relatórios sobre o PA eram mais qualitativos e matizados. Desenvolveu-se um inquérito integrado para os EM, que foi administrado on-line em vários seminários (ver abaixo). Foram realizados dois inquéritos adicionais, um para as CER e outro para a CUA. As tabelas apresentadas abaixo mostram os principais indicadores para o SFDRR e as metas adicionais do PA.

Tabela 3: Resumo das Metas do SFDRR Contextualizadas em África consoante o PA e os Indicadores¹

| Alvos | Indicadores |
|---|---|
| Reduzir consideravelmente a mortalidade continental por desastres até 2030, com o objectivo de baixar a taxa média de mortalidade continental por 100 000 habitantes na década de 2020-2030, em comparação com o período de 2005-2015; | <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de países com currículos de RRD nos seus sistemas de ensino a todos os níveis |
| Reduzir significativamente o número de pessoas afectadas ao nível continental em África até 2030, com o objectivo de baixar o valor médio continental por 100 000 habitantes na década de 2020-2030, em comparação com o período de 2005-2015; | <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de CER com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos regionais de desenvolvimento sustentável |
| Reduzir as perdas económicas directas das catástrofes relativamente ao produto interno bruto (PIB) continental até 2030; | <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de países com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos nacionais de desenvolvimento sustentável |
| Reduzir substancialmente, até 2030, os danos causados pelas catástrofes às infraestruturas críticas e a interrupção dos serviços básicos, nomeadamente as instalações de saúde e de ensino, nomeadamente através do desenvolvimento da sua capacidade de resistência; | <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de CER com RRD integrada em quadros, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas |
| Aumentar significativamente o número de países com estratégias nacionais e sub-nacionais/locais de redução do risco de desastres até 2020; | <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de países com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas • Número total de programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional |
| Reforçar significativamente a cooperação internacional com os países em desenvolvimento através de um apoio adequado e sustentável que complemente as acções nacionais para a aplicação do Quadro de Sendai até 2030; e | <ul style="list-style-type: none"> • Custo total dos programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional • Percentagem de desembolso de fundos ao nível nacional para programas e actividades de RRD • Percentagem do custo total dos programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional • Percentagem de países com planos de preparação, resposta, recuperação pós-desastres e mecanismos de reconstrução informados sobre os riscos • Percentagem de países que testam periodicamente os seus planos de preparação, resposta, recuperação pós-desastre e mecanismos de reconstrução |

¹ Fonte: Orientação Técnica para a Monitorização e Comunicação do Progresso na Realização das Metas Globais do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres

| | |
|---|---|
| <p>Aumentar substancialmente, até 2030, a disponibilidade e o acesso das populações a sistemas de alerta precoce multi-riscos e a informações e avaliações dos riscos de catástrofes.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Número de países que dispõem de sistemas de alerta precoce de múltiplos perigos • A percentagem da população exposta ou em risco de desastres é protegida através da evacuação preventiva na sequência de um alerta precoce. |
|---|---|

O PA MRF define treze (13) indicadores para os cinco (5) objectivos adicionais do PA para o período 2015-2030. Destes treze indicadores, os dados para nove (9) indicadores foram recolhidos ao nível dos Estados-Membros através dos Pontos Focais Nacionais de RRD, enquanto os dados para os restantes quatro (4) indicadores foram recolhidos ao nível das CER através dos Pontos Focais das CER de RRD.

Tabela 4: Resumo das Metas Adicionais do Indicador de Desempenho do PA

| Metas Adicionais do PA | Indicadores |
|--|---|
| <p>Aumentar consideravelmente o número de países que integram temas de RRD nos seus sistemas de ensino em todos os níveis, quer como um currículo independente, quer como parte integrante de diferentes currículos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de países com currículos de RRD nos seus sistemas educativos a todos os níveis |
| <p>Aumentar a integração da RRD nas estruturas, mecanismos e processos regionais e nacionais de desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de CER com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos regionais de desenvolvimento sustentável • Percentagem de países com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos nacionais de desenvolvimento sustentável • Percentagem de CER com RRD integrada em quadros, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas • Percentagem de países com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas |
| <p>Alargar de forma sustentável o âmbito e aumentar o número de fontes de financiamento interno da RRD</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Número total de programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional • Custo total dos programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional • Percentagem de desembolso de fundos ao nível nacional para programas e actividades de RRD • Percentagem do custo total dos programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional |
| <p>Aumentar o número de países que dispõem de planos de preparação informados sobre os riscos e de mecanismos de resposta, recuperação e reconstrução pós-desastre, e que os testam periodicamente</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de países com planos de preparação, resposta, recuperação pós-desastres e mecanismos de reconstrução informados sobre os riscos • Percentagem de países que testam periodicamente os seus planos de preparação, resposta, recuperação pós-desastre e mecanismos de reconstrução |

Aumentar significativamente o número de redes ou parcerias regionais para a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de capacidades, incluindo centros e redes regionais especializados

- **Número de redes ou parcerias regionais para a gestão de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades em matéria de RRD**
- **Número de centros regionais especializados em RRD criados e em funcionamento**

INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Para obter informações de base, os dados relevantes foram extraídos da base de dados INFORM para os anos 2019-2020 e dos relatórios HFA até 2020. INFORM é uma colaboração do Grupo de Referência do Comité Permanente Inter-Agências para o Risco, Alerta Precoce e Preparação e da Comissão Europeia. O Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia é o responsável técnico do INFORM. O modelo INFORM baseia-se em conceitos de risco publicados na literatura científica e prevê três dimensões de risco: perigos e exposição, vulnerabilidade e falta de capacidade de resposta. INFORM utiliza 25 diferentes bases de dados internacionais para os seus diferentes indicadores. Algumas incluem o Índice de Probabilidade de Stress Agrícola da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), as remessas pessoais (recebidas em % do PIB) do Banco Mundial, a ajuda humanitária internacional do Serviço de Acompanhamento Financeiro do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA) e o Barómetro de Conflitos – HIIK do Instituto de Investigação de Conflitos Internacionais de Heidelberg. Apenas foram seleccionados os dados relevantes para a criação de uma base de referência. Estes foram extraídos e registados.

Recorreu-se ainda a um inquérito on-line como instrumento de recolha de dados primários. O inquérito foi desenvolvido por meio de uma consulta rigorosa entre a CUA e a equipa de investigação. Utilizou-se a plataforma Jotform por possibilitar a fácil extracção de dados previamente comunicados no primeiro relatório bienal. Os dados existentes podiam então ser utilizados para efeitos de comparação. O inquérito on-line permaneceu activo durante todo o período de recolha de dados e para além desta. Apenas 31 Estados-Membros (57%) forneceram dados através da ferramenta de recolha on-line. A maioria dos EM apontaram os ajustes administrativos (ou seja, a rotação do pessoal) e os problemas de conectividade como as razões pelas quais não puderam tirar plena vantagem do inquérito realizado on-line.

O fraco nível de participação no inquérito on-line exigiu a implementação de técnicas de recolha de dados presenciais, incluindo seminários regionais de recolha de dados, que se realizaram de Junho de 2022 a Fevereiro de 2023 em todo o continente africano.

Participaram nestes seminários iniciais de recolha de dados 42 países (76%). Destaca-se, abaixo, uma discriminação da participação dos EM e da representação por género nos quatro seminários.

Tabela 5: Lista dos Participantes

| CER | N.º de Estados Membros Representados | Participantes | | Total |
|---------------------------|--------------------------------------|---------------|-----------|------------|
| | | Masculino | Feminino | |
| EAC e IGAD | 7 | 17 | 2 | 19 |
| ECCAS e o Norte de África | 12 | 27 | 5 | 32 |
| CEDEAO | 11 | 21 | 6 | 27 |
| SADC | 12 | 16 | 10 | 26 |
| Total | 42 | 81 | 23 | 104 |

Para complementar o processo de recolha de dados, foi realizada um seminário adicional de recolha de dados qualitativos em Dar es Salaam, na Tanzânia, em Março

de 2023, e o seminário de validação inicial (Adis Abeba, Etiópia, Junho de 2023) foi utilizado para recolher dados de vários EM que não forneceram informações através da

ferramenta on-line ou dos seminários regionais iniciais. Através das várias plataformas de recolha de dados, a equipa de investigação conseguiu recolher dados de todos os 55 EM, embora seja de salientar que ainda subsistem

lacunas de dados devido aos constrangimentos de recolha e gestão de dados enfrentados por vários EM.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados quantitativos foram analisados utilizando o motor analítico Jotform. Sempre que necessário, os dados foram exportados para posterior manipulação e análise. Todos os dados foram agregados ao nível das CER para análise posterior. Os dados qualitativos foram analisados e interpretados consoante os vários Objectivos do SDFRR e do PA. Todos os casos procuram compreender as implicações mais amplas da informação qualitativa, apresentadas como narrativas relativas a cada Estado-Membro e CER. Para efeitos de comparação e para demonstrar os progressos

realizados em relação às metas, foi actualizado o “painel de bordo” do SDFRR e do PA. Consoante os requisitos do Quadro de Monitorização e Comunicação de Informações, os indicadores do painel de controlo estão associados a uma escala de 5 pontos de Likert (1 significa nenhum ou pouco progresso e 5 significa progresso total). Estes foram codificados por cores para uma referência mais simples e visual (ver Tabela 3 abaixo). Estas cores são utilizadas em todo o presente relatório (nas tabelas e mapas) para facilitar a referência e a compreensão.

Tabela 6: Classificação das Variáveis Segundo a Escala de Likert

| Chave de classificação | Critérios qualitativos |
|------------------------|--|
| 1 | Nenhuma conquista ou inexistente |
| 2 | Realização Limitada |
| 3 | Realização moderada, nem abrangente nem substancial |
| 4 | Realização substancial, progresso adicional necessário |
| 5 | Realização abrangente |

As pontuações agregadas dos dois períodos constituíram a referência para a comparação. Nos casos em que não foram comunicados dados, foi utilizado “n/a”. Ao todo, foram utilizados 13 indicadores diferentes (segundo o MRF) para chegar às pontuações compostas dos países para 2015-

2016; 2017-2018 e 2019-2020, respectivamente. A escala de cinco pontos permitiu uma comparação qualitativa e, por conseguinte, a escala de classificação (por ex., 1-5) pode ser calculada como média, quando necessário, para obter uma pontuação global para o período em análise.

01

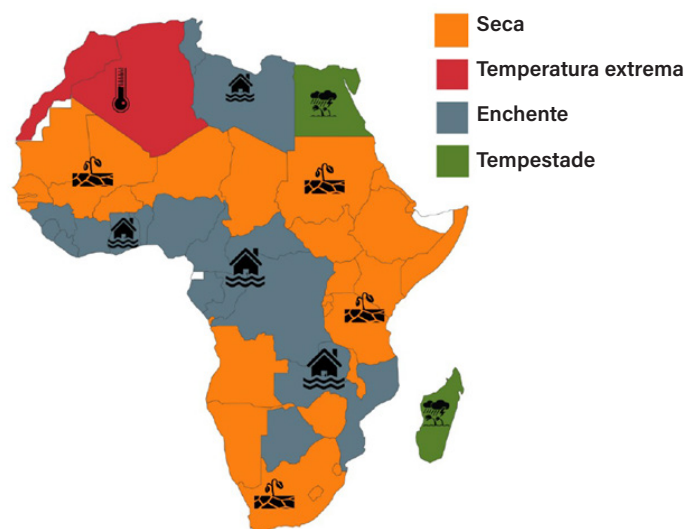
CAPÍTULO 1:

PERFIL DOS DESASTRES EM ÁFRICA

INTRODUÇÕES

África é um continente extremamente susceptível a vários desastres naturais, como secas, inundações, deslizamentos de terras e epidemias, entre outras. No período de 2019 a 2020, África registou vários desastres que tiveram efeitos devastadores na população e no ambiente. Durante este período, o continente registou vários ciclones. Em Março de 2019, o ciclone Idai atingiu Moçambique, o Malawi e o Zimbabwe, causando danos significativos nas infraestruturas, na agricultura e em habitações. O ciclone matou mais de 1000 pessoas e deixou milhares de desalojados. O ciclone Kenneth também afectou Moçambique em Abril de 2019, causando mais danos. Nesse mesmo período, vários países africanos, incluindo o Sudão do Sul, a Somália, o Sudão e a Etiópia, sofreram grandes inundações. Estas inundações provocaram deslocações, perda de bens e de vidas. Apenas no Sudão, mais de 60 pessoas morreram e milhares ficaram desalojadas. Em 2019, vários países de África, incluindo o Zimbabwe, a Zâmbia e Moçambique, sofreram graves secas.

Esta seca levou à escassez de alimentos, à subnutrição e à fome, afectando milhões de pessoas. Em 2019, vários países africanos, incluindo a República Democrática do Congo e o Uganda, registaram surtos de Ébola e de sarampo. O surto de Ébola na RDC foi declarado uma emergência de saúde pública de âmbito internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 2019 e 2020, vários países da África Oriental, incluindo o Quênia, Etiópia e Somália, sofreram graves infestações de gafanhotos do deserto.. Os enxames destruíram colheitas e vegetação, provocando escassez de alimentos e fome. Vários países africanos, entre os quais os Camarões, a Líbia e o Mali, viveram conflitos no período de 2019 a 2020.. Estes conflitos provocaram deslocamentos, mortes e destruição de bens. A pandemia causada pela Covid-19 teve um impacto notável em África desde o seu surgimento no final de 2019. Em Abril de 2023, registaram-se mais de 10 milhões de casos confirmados e mais de 210 000 mortes no continente. A pandemia teve um impacto assinalável na economia, nos sistemas de saúde e nas estruturas sociais de África, o que, por sua vez, provocou um declínio da actividade económica, com o encerramento de muitas empresas devido à perda de postos de trabalho. O sector informal foi particularmente atingido, visto que muitas pessoas perderam as suas fontes de rendimento. A pandemia provocou também perturbações no comércio mundial e nas cadeias de abastecimento, levando à escassez de bens essenciais e a uma diminuição das receitas de exportação de muitos países africanos. Os sistemas de saúde africanos também têm estado sob grande pressão, com escassez de equipamento essencial e de pessoal médico. Por outro lado, a pandemia provocou um declínio dos serviços de saúde de rotina, incluindo a imunização, a saúde materno-infantil e os cuidados com o VIH/SIDA, bem como perturbações na educação, em reuniões sociais e nas actividades religiosas. Esta combinação de factores adversos teve um impacto considerável nas estruturas sociais das comunidades. A pandemia também expôs o défice digital em África, onde muitas pessoas não têm acesso à educação, aos cuidados de saúde e a outros serviços on-line. Estes desastres tiveram efeitos devastadores na população, na economia e no ambiente.



Mapa 2: Tipo de Desastre que Afecta o Maior Número de Pessoas por País

(Fonte: CRED, 2019)

Os eventos de desastre continuaram a aumentar de 2019 a 2020. Entretanto, uma comparação dos três períodos mostra uma diminuição na maioria dos desastres comuns do período 2017-2018 para 2019-2020, excepto para deslizamentos de terra, infestação de insectos e inundações - onde os eventos de inundações mais do que duplicaram em frequência (Figura 1). Embora os eventos de tempestade tenham diminuído ligeiramente, em 2019 o ciclone Idai tornou-se a tempestade mais mortífera em África desde 1990, causando 900 mortes em Moçambique e no Zimbábwe.

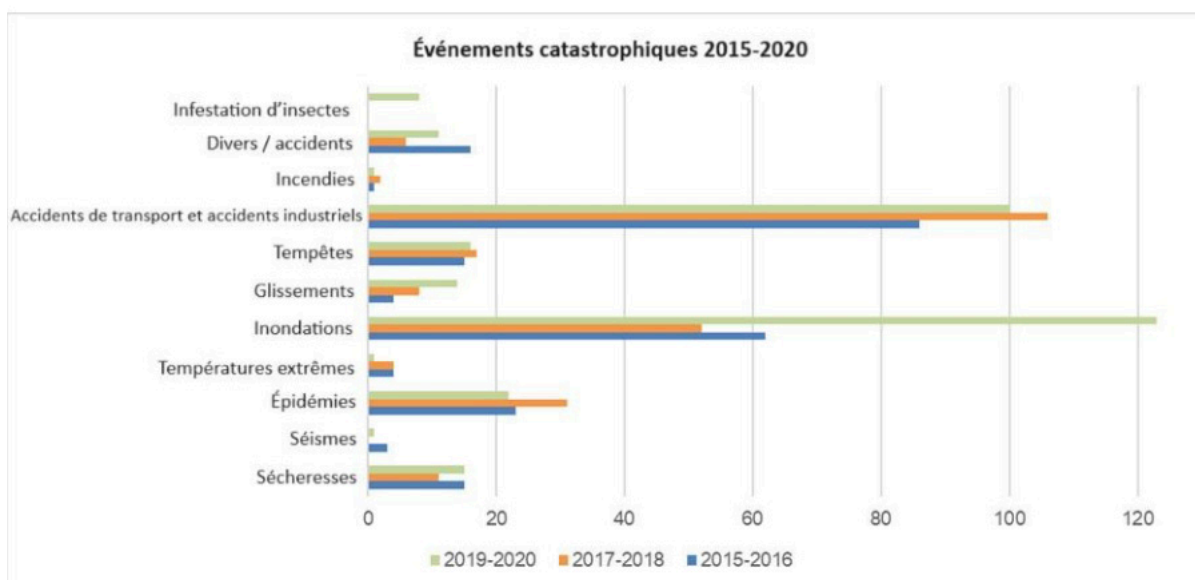


Figura 1: Desastres registados em África (2015-2020).

Fonte: EM-DAT: Base de Dados de Eventos Emergenciais - Université Catholique de Louvain (UCLouvain)

Como se pode observar no Quadro 7, as catástrofes continuam a assolar o continente. Embora o número de eventos tenha diminuído entre 2017-2018 e 2019-2020, estes menos eventos conseguiram causar mortes (42 275) e triplicar o número de pessoas afetadas (86 956 523) e as perdas económicas directas sofridas (786 787 235 dólares). As regiões IGAD, EAC e SADC impulsionaram grande parte do aumento, indicando aumentos em todos os indicadores. Os desastres hidrometeorológicos sofridos por estas regiões durante o período de referência podem ser citados como factores determinantes do aumento das tendências continentais. Concretamente, tempestades significativas como o ciclone tropical Idai e Kenneth no Malawi, em Moçambique e no Zimbabwe, secas na Somália e no Zimbabwe e inundações no Quênia e Uganda causaram um número elevado de mortes e danos nas infraestruturas e nos meios de subsistência. Entre os dois períodos de referência, a região da CEDEAO registou apenas um ligeiro

declínio no número de mortes devido a desastres, indicando simultaneamente acréscimos significativos no número de pessoas afectadas por desastres e perdas económicas directas por esse mesmo motivo. Entre 2019-2020, a CEDEAO registou um aumento acentuado de eventos, contribuindo para a ocorrência de mais mortes na região. Entretanto, este número crescente de desastres afectou menos pessoas e causou menos danos económicos. Os EM da região indicaram que a melhoria dos EWS e a aplicação dos regulamentos de construção e gestão de desastres contribuíram para a diminuição obtida. O Norte de África indicou um declínio em quase todos os indicadores, com excepção das perdas económicas directas. A região indicou que um forte legado de planeamento de preparação e recuperação contribuiu para a atenuação dos impactos dos desastres verificados durante o ciclo de reporte de 2019-2020.

Tabela 7: Desastres e Prejuízos no Continente e nas CER (2015-2020)

| REC | N.º de ocorrências | | | N.º de mortes | | | N.º de afectados | | | Prejuízos económicos directos ('000 US\$) | | |
|---------------------|--------------------|------------|--------------|---------------|---------------|-----------------|-------------------|-------------------|---------------------|---|----------------------|--------------------|
| | | | | (Meta A) | | | (Meta B) | | | (Meta C) | | |
| | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 |
| EAC | 39 | 40 | 105 ↑ | 2 297 | 1579 | 5664 ↑ | 32,030,471 | 1 502 846 | 8 833 251 ↑ | 9 552 000 | 583 047 | 22 929 570 ↑ |
| IGAD | 30 | 39 | 68 ↑ | 1 306 | 1941 | 5 904 ↑ | 26 850 950 | 1 425 779 | 27 637 946 ↑ | 10 358 000 | 644 162 446 | 199 423 070 ↓ |
| CEEAC | 37 | 53 | 73 ↑ | 1 296 | 3 456 | 5 933 ↑ | 331 759 | 3 449 104 | 2 811 020 ↓ | 13 000 | 52 000 000 | 50 333 000 ↓ |
| ÁFRICA DO NORTE | 117 | 261 | 41 ↓ | 4 460 | 8 242 | 1 304 ↓ | 860 902 | 6 020 685 | 1 707 029 ↓ | 20 017 000 | 36 000 000 | NDR |
| CEDEAO | 53 | 53 | 79 ↑ | 2 726 | 2 433 | 3 460 ↑ | 3 162 466 | 2 591 132 | 15 051 015 ↑ | 85 321 000 | 368 259 000 | 185 000 000 ↓ |
| SADC | 80 | 90 | 130 ↑ | 2 893 | 4 679 | 20 010 ↑ | 15 237 675 | 12 025 803 | 30 915 721 ↑ | 438 002 437 | 2 726 612 | 329 101 595 ↑ |
| ÁFRICA TOTAL | 356 | 521 | 496 ↓ | 14 978 | 22 330 | 42 275 ↑ | 78 474 223 | 21 596 732 | 86 956 523 ↑ | 617 776 000 | 1 103 541 105 | 786 787 235 |

(Fonte: EM-DAT: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA; base de dados de eventos de emergência - Université Catholique de Louvain (UCLouvain))

Não incluída na Tabela 7, trata-se da pandemia global do coronavírus Covid-19 que começou no início de 2020. Em Agosto de 2022, o continente africano registava cerca de 11 800 000 casos confirmados e quase 255 000 mortes associadas à Covid-19 (tabela 8). Quase 66 000 dessas mortes aconteceram em 2020. A SADC, e em seguida a

UMA e o Egipto registaram o maior número de mortes no total, assim como por 100.000 pessoas. Porém, estas duas regiões também registaram um número significativo de testes do que outras CER, pelo que é provável que outras regiões tenham registado um número maior de mortes não comunicadas.

Tabela 8: Mortes Associadas à Covid-19 nas REC (2020-2022)

| Região | Óbitos | Mortes por 100 000 pessoas | Testes por 100 000 pessoas |
|-----------------|----------------|----------------------------|----------------------------|
| EAC/IGAD | 25 856 | 7 | 4 962 |
| CEEAC | 7 923 | 4 | 5 809 |
| CEDEAO | 11 021 | 3 | 3 508 |
| ÁFRICA DO NORTE | 83 642 | 39 | 11 114 |
| SADC | 131 666 | 35 | 10 941 |
| África | 254 526 | 18 | 7 379 |

(Fonte: Block Data: COVID-19 | African Union (au.int))

Contudo, para que qualquer progresso em relação a todas as Metas da SFDRR e do PA tenha algum valor, também é importante considerar a mudança do perfil

de risco de desastres do continente durante os períodos em investigação. Por conseguinte, o índice de risco e os índices contributivos para cada região sob investigação

encontram-se apresentados nas secções seguintes para os três períodos de dois anos de 2015 a 2020.

PERFIL DO RISCO DE DESASTRES EM ÁFRICA: ÍNDICE DE GESTÃO DO RISCO (2015-2020)

Para este relatório, o Índice de Gestão do Risco (INFORM) foi utilizado como informação básica para determinar a vulnerabilidade, os perigos e a exposição, a falta de capacidade de resposta e, em última análise, o risco. O INFORM é uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e da Força Tarefa do Comité Permanente Inter-agências (IASC) para a Preparação e Resiliência, em parceria com muitas agências das Nações Unidas, doadores, ONG e Estados-Membros. INFORM tem também como objectivo apoiar os processos políticos globais, incluindo::

- O Quadro de Sendai 2015-2030;
- O 17.º Objectivos de Desenvolvimento Sustentável adoptados na Cimeira das Nações Unidas em Setembro de 2015;
- A Cimeira Humanitária Mundial de 2016;
- A Plataforma Global de 2017 para a Redução do Risco de Desastres; e
- A "agenda" da resiliência, em torno da qual muitas organizações centram o seu trabalho humanitário e de desenvolvimento.

O Índice de Gestão de Riscos (INFORM) é um indicador composto que identifica os países em risco de crises humanitárias e desastres que sobrecarregariam a capacidade de resposta nacional. O modelo INFORM baseia-se em conceitos de risco publicados na literatura científica e prevê três dimensões de risco: Perigos e exposição; Vulnerabilidade; e Falta de capacidade de resposta. O modelo INFORM está dividido em diferentes categorias e níveis, utilizando 54 indicadores principais para fornecer uma visão geral rápida dos factores subjacentes que conduzem ao risco. O modelo INFORM utiliza uma escala linear do tipo Liberta de 5 pontos que está associada a uma "classe" qualitativa específica (muito baixa, baixa, média, alta, muito alta). Estas, por sua vez, estão ligadas a uma escala quantitativa, fornecendo os valores mínimo e máximo do quantificador qualitativo (ver Figura 2 abaixo). A utilização do modelo INFORM neste relatório permite a criação de uma referência em relação à qual o presente relatório pode ser medido.

Figura 2: Modelo INFORM e Limiares das Classes.

| Risco | INFORM | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------|--------------------|---------|---------------|------------------|-----------------|--------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|--------------------|----------------------------|----------------------|----------------------------|-----|------------|-------------|-----------------------|------------------------------|
| Dimensão | PERIGO & EXPOSIÇÃO | | | | VULNERABILIDADE | | | FALTA DE CAPACIDADE DE ENFRENTAMENTO | | | | | | | | | |
| Categorias | Naturais | | Seres humanos | | Socio-Económico | | Grupos vulneráveis | Institucionais | | Infraestruturas | | | | | | | |
| Componentes | terramoto | Tsunami | Inundação | Ciclone tropical | Seca | Intensidade actual do conflito | Intensidade projetada do conflito | Privação de desenvolvimento (50%) | Desigualdade (25%) | Dependência da ajuda (25%) | Pessoas deseraizadas | Outras pessoas vulneráveis | DRR | Governação | Comunicação | Infraestrutura física | Acesso aos sistemas de saúde |

| Limiares de classes no INFORM | Dimensões | | RISCO | | | | | PERIGO & EXPOSIÇÃO | | | | | VULNERABILIDADE | | | | | FALTA DE CAPACIDADE DE ENFRENTAMENTO | | | | |
|-------------------------------|-----------|-----|------------|--------|--------|--------|-------------|--------------------|--------|--------|--------|-------------|-----------------|--------|--------|--------|-------------|--------------------------------------|--------|--------|-------|-------------|
| | MIN | MAX | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | Classe | | |
| | 6.5 | 10 | Muito alto | Alto | Média | Baixo | Muito baixo | Muito alto | Alto | Média | Baixo | Muito baixo | Muito alto | Alto | Média | Baixo | Muito baixo | Muito alto | Alto | Média | Baixo | Muito baixo |
| | 5.0 | 6.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.5 | 4.9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.0 | 3.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0.0 | 1.9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.5 | 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.0 | 6.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.5 | 4.9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.0 | 3.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0.0 | 1.9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

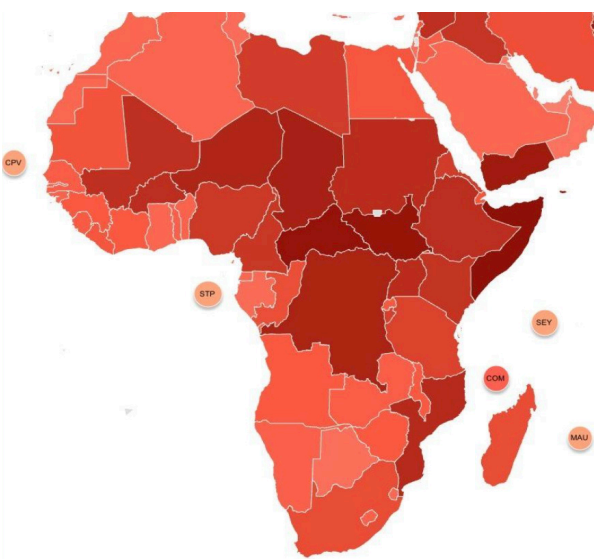
1.1 ÍNDICE DE RISCO INFORM (2015-2020)

O índice de risco INFORM combina perigos e exposições, vulnerabilidade e falta de capacidade de resposta (ver Figura 3). O primeiro índice a ser elaborado é o Índice de Risco INFORM. Em termos gerais, o índice de risco do continente manteve-se inalterado, com uma pontuação de 5,1 entre o final do actual ciclo de relatórios, 2019-2020, e o ciclo anterior, 2017-2018. Consequentemente, pode dizer-se que o índice de risco do continente permanece elevado, segundo a classificação do índice INFORM. Os Estados-Membros identificaram que as alterações climáticas, a rápida urbanização, a instabilidade política e a Covid-19 desempenharam o papel mais importante na elevada pontuação geral do risco alcançada pelo continente. Embora o índice de risco global para o continente tenha permanecido elevado durante o ciclo de relatório, as regiões registaram uma ligeira melhoria. Especificamente, entre os ciclos de relatório de 2017-2018 e 2019-2020, a CEEAC (-0,4), a CEDEAO (-0,4) e a SADC (-0,1) registaram pequenas reduções. Os EM nestas regiões indicaram que alguns factores que contribuem para reduzir a experiência de risco estão relacionados com a introdução ou melhoria dos sistemas de alerta precoce (EWS) e a aplicação de políticas e legislação de gestão de catástrofes que removem as comunidades das áreas expostas ao risco. Quando incorporados eficientemente, a combinação destes dois factores reduz o risco das comunidades serem afectadas

por catástrofes, reduzindo subsequentemente o perfil de risco global. Além disso, os programas educacionais implementados são outro factor, com impacto no risco de uma comunidade, uma vez que uma comunidade está menos em risco quando compreende as implicações de actores particulares numa situação de desastre potencial. Apesar destes êxitos, registaram-se também alguns aumentos entre os dois últimos ciclos de informação. Neste caso, a EAC (+0,2), a IGAD (+0,3) e o Norte de África (+0,3) registaram, todos, ligeiras subidas nas pontuações de risco INFORM.

É crucial ver também a pontuação do índice de risco INFORM para o continente mediante uma lente temporal mais longa para indicar as tendências do risco a longo prazo no continente. No presente caso, a pontuação de 5,1 alcançada nos dois ciclos de relatório mais recentes continua a ser mais elevada do que a pontuação de 4,7 alcançada no final do primeiro ciclo de relatório em 2016. É preocupante o facto de o índice de risco ter aumentado em todas as CER entre 2015/2016 e 2019/2020, tendo a EAC (+0,7) e a IGAD (+0,9) registado subidas mais expressivas entre estes períodos de referência. O índice de risco continental, neste contexto, tende a aumentar progressivamente a cada ciclo de reporte.

Mapa 3 e Tabela 9: Índice de Risco INFORM (2015- 2020)



| CER | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| EAC | 5.1 | 5.1 | 6.0 | 5.7 | 5.6 | 5.8 |
| CEEAC | 3.2 | 4.9 | 5.4 | 5.4 | 4.9 | 5.0 |
| CEDEAO | 4.5 | 4.4 | 4.9 | 5.0 | 4.7 | 4.6 |
| IGAD | 5.5 | 5.5 | 6.1 | 6.1 | 6.4 | 6.4 |
| SADC | 4.2 | 4.0 | 4.3 | 4.4 | 4.1 | 4.3 |
| NORTE DE AFRICA | 4.4 | 4.4 | 4.4 | 4.4 | 4.8 | 4.7 |
| Africa | 4.4 | 4.7 | 5.1 | 5.1 | 5.0 | 5.1 |

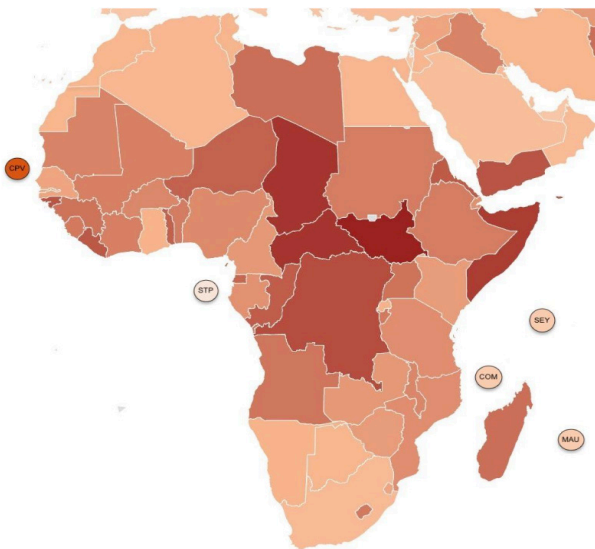
1.2 ÍNDICE DE PERIGOS E EXPOSIÇÃO (2015-2020)

O segundo índice a ser elaborado é o Índice de Perigos e Exposição do INFORM. De modo geral, o índice de perigos e exposição do continente diminuiu de uma pontuação de 4,7 no final do ciclo de reporte de 2017/2018 para 4,2 no final do ciclo de 2019-2020. Embora esta melhoria seja louvável, a pontuação de 4,2 alcançada pelo continente ainda é considerada elevada na matriz de pontuação INFORM, sendo necessárias mais melhorias. Durante o ciclo de relatórios de 2019-2020, surgiu uma tendência positiva de descida na maioria das regiões, registando uma diminuição nas pontuações de perigo e exposição. Neste caso, a região da CEEAC (-1,7) teve progressos mais significativos na redução do seu índice de perigo e exposição, passando de uma pontuação elevada para uma pontuação média de exposição ao perigo no final do ciclo de relatório. A EAC (-1,3), a IGAD (-0,7) e a SADC (-0,5) também registaram reduções nas suas pontuações de perigo e exposição em 2019/2020. Apenas o Norte de África indicou um aumento de 4,8 para 5,6 na sua pontuação de risco para 2019/2020. Os Estados-Membros das regiões que registaram melhorias indicaram que estas podem ser atribuídas ao aumento do número de sistemas de alerta precoce de múltiplos perigos

(MHEWS) (de 62 em 2017-2018 para 81 em 2019-2020), acompanhado de melhorias no planeamento da preparação para catástrofes.

Observando para a tendência a longo prazo em matéria de Perigo e Exposição desde o primeiro ciclo de relatórios em 2015/2016, a pontuação manteve-se consistente, com uma pontuação de 4,2 alcançada no final de 2015/2016 e 2019/2020. Neste contexto, o índice de Perigo e Exposição do continente apresenta uma tendência para a estabilidade e não regista subidas ou descidas acima da pontuação média de 4 em cada ciclo de comunicação. No entanto, esta pontuação ainda é considerada igual a um nível elevado de risco e exposição, pelo que devem ser envidados esforços para baixar ainda mais a pontuação durante os ciclos de informação subsequentes. Desde o primeiro ciclo de relatórios, as regiões que registaram uma diminuição das pontuações de risco e exposição são a EAC (-0,5), a ECCAS (-1,2) e a IGAD (-0,1). Por outro lado, a CEDEAO (+0,8), a SADC (+0,1) e o Norte de África (+0,1) registaram subidas nas suas pontuações dos índices de risco e de exposição.

Mapa 4 e Tabela 10: Índice de Perigos e Exposição (2015-2020)



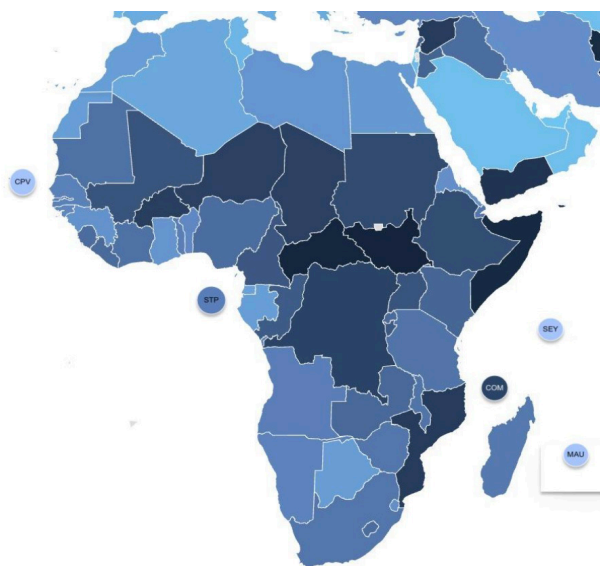
1.3 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE (2015-2020)

O índice de vulnerabilidade inclui duas categorias, nomeadamente factores socioeconómicos e grupos vulneráveis. Entre 2017/2018 e 2019/2020, a pontuação do índice de vulnerabilidade continental aumentou ligeiramente de 5,3 para 5,5. Por conseguinte, a pontuação geral do índice de vulnerabilidade do continente permanece elevada de acordo com a matriz de pontuação INFORM. Verifica-se também uma ligeira tendência ascendente na pontuação do índice de vulnerabilidade entre as CER, estando a EAC, ECCAS, IGAD, Norte de África e a SADC a registar acréscimos entre 0,1 e 0,3. O crescimento das pontuações de vulnerabilidade foi largamente atribuído pelos EM ao impacto da pandemia pela Covid-19, à rápida urbanização e à lenta recuperação de incidentes anteriores.

A CEDEAO manteve a sua pontuação de 5,2 do ciclo de relatório anterior. Ainda que estável durante os períodos em análise, o índice de vulnerabilidade em todas as regiões continua a ser inaceitavelmente elevado. É de notar que apenas o Norte de África atingiu uma classificação de vulnerabilidade média segundo o índice INFORM.

A visão a longo prazo do índice de vulnerabilidade para o continente é igualmente medíocre. Desde 2015-2016, todas as regiões da CEDEAO têm registado pequenos incrementos na sua pontuação do índice de vulnerabilidade. Embora se trate de ligeiras subidas, contribuem para uma tendência ascendente da vulnerabilidade no continente desde 2015/2016.

Map 6 Table 11: Vulnerability Index (2015-2020)



| CER | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| EAC | 6.5 | 6.7 | 6.6 | 6.6 | 6.5 | 6.7 |
| CEEAC | 5.8 | 5.5 | 5.4 | 5.5 | 5.8 | 5.9 |
| CEDEAO | 5.5 | 5.5 | 5.3 | 5.2 | 5.2 | 5.2 |
| IGAD | 6.6 | 6.7 | 6.8 | 6.8 | 6.6 | 6.8 |
| SADC | 4.8 | 4.8 | 4.5 | 4.6 | 4.7 | 5.0 |
| NORTE DE AFRICA | 3.6 | 3.5 | 3.5 | 3.5 | 3.8 | 3.7 |
| Africa | 5.4 | 5.4 | 5.3 | 5.3 | 5.4 | 5.5 |

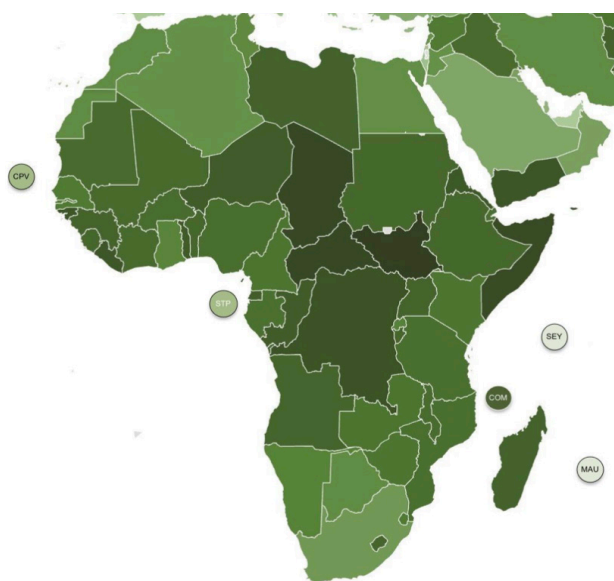
1.4 ÍNDICE DE FALTA DE CAPACIDADE DE RESPOSTA (2015-2020)

O índice de incapacidade de resposta é composto por duas dimensões: institucional e de infraestruturas, e mede a capacidade do governo do país de fazer face a desastres e a contribuição das infraestruturas existentes para reduzir o risco de desastres. À semelhança do índice de vulnerabilidade, o índice de falta de capacidade de resposta parece ser estável para o continente, com a pontuação a variar apenas 0,1 de 2017/2018 a 2019/2020. A maioria das regiões, incluindo a EAC, a CEEAC, a CEDEAO e a IGAD obtiveram pontuações elevadas relativamente à sua falta de capacidade de resposta durante o período de referência de 2019/2020. A SADC e o Norte de África obtiveram pontuações médias em relação às suas pontuações de capacidade de resposta. É evidente que durante 2019/2020 houve uma falta generalizada de capacidade no continente para melhorar a resposta aos desastres, a recuperação e aos esforços de planificação que poderiam reduzir o impacto dos desastres. Os Estados-Membros identificaram que este aumento da falta de capacidade de resposta poderia ser imputado a factores como o aumento dos níveis de pobreza, a lenta recuperação de desastres anteriores e a instabilidade provocada por conflitos civis e políticos. Além disso, os fenómenos naturais também foram referidos como

um dos factores, incluindo as secas, a precipitação irregular e o inverso, como as inundações e as tempestades graves. Estes fenómenos naturais são factores de agudização que afectam os factores anteriormente mencionados, como a pobreza e o período de recuperação.

Embora o quadro a curto prazo do índice de falta de capacidade de resposta seja preocupante, o quadro a longo prazo desde 2015/2016 é ligeiramente melhor. Neste caso, todas as CER indicaram uma melhoria na pontuação do seu índice de capacidade de resposta, variando entre 0,1 e 0,5. Estas melhorias fizeram com que certas regiões, como a SADC, pudessem progredir de uma acentuada falta de capacidade de resposta em 2015/2016 para uma falta de capacidade de resposta média em 2019/2020. A experiência e as medidas adoptadas pela SADC podem servir de exemplo de boas práticas para outras regiões. Neste contexto, o índice de falta de capacidade de resposta do continente está a registar uma ligeira tendência decrescente. Contudo, deve notar-se que, embora tenha havido melhorias, a maioria das pontuações das CER ainda indica níveis elevados de falta de capacidade para responder, recuperar e criar resiliência às calamidades no continente.

Mapa 7 e Tabela 12: Índice por Falta de Capacidade de Resposta (2015-2020)



| CER | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| EAC | 7.1 | 7.0 | 6.9 | 7.0 | 7.0 | 7.0 |
| CEEAC | 7.2 | 7.0 | 6.9 | 6.9 | 7.0 | 7.0 |
| CEDEAO | 7.1 | 6.8 | 6.7 | 6.6 | 6.6 | 6.6 |
| IGAD | 7.6 | 7.5 | 7.5 | 7.4 | 7.4 | 7.3 |
| SADC | 6.2 | 6.1 | 5.8 | 5.8 | 5.9 | 5.9 |
| NORTE DE AFRICA | 5.4 | 5.4 | 5.4 | 5.2 | 5.4 | 5.3 |
| Africa | 6.7 | 6.6 | 6.5 | 6.4 | 6.5 | 6.5 |

CAPÍTULO 2:

PROGRESSOS NA CONCRETIZAÇÃO DAS PRIORIDADES DA RRD

INTRODUÇÃO

Desde o primeiro Relatório Bienal, a CUA registou progressos significativos na implementação das prioridades de RRD e do PA incluindo programas como o Reforço da Governação do Risco de Desastres para a Resiliência nas Regiões e Países Africanos; o Projecto de Resiliência do Sahel; a Redução do Risco de Desastres na África Ocidental e na Região do Sahel: uma Análise em Curso; bem como um quadro de recuperação da pandemia provocada pela Covid-19 para o continente. Estes programas da CUA reforçam este progresso no sentido de alcançar o objectivo de ter um continente mais resiliente. A CER fez progressos variáveis na gestão do risco de catástrofes (GRD) nas quatro prioridades principais da SFDRR em diferentes regiões. Estas incluem a compreensão do risco de desastres, o reforço da governação do risco de desastres, o investimento na redução do risco de desastres para a resiliência e o aumento da preparação para desastres para uma resposta eficaz.

Para compreender o risco de catástrofes, as regiões efectuaram perfis de perigo, análises de risco e vulnerabilidade e estabeleceram quadros jurídicos e estratégias para gerir os riscos de desastres. As universidades e as instituições académicas têm desempenhado um papel fundamental no reforço da partilha de conhecimentos através da investigação, da gestão de conhecimentos e da inovação. As colaborações com organizações como a Global Facility for Disasters Reduction and Recovery (GFDRR) conduziram formações regulares dirigida aos sectores relevantes. Em termos de reforço da governação do risco de desastres, as regiões desenvolveram estratégias, políticas, quadros e mecanismos institucionais de GRD, com destaque para a integração da GRD nos planos e orçamentos nacionais de desenvolvimento. Também foram estabelecidos comités ministeriais de alto nível, grupos parlamentares e plataformas multi-sectoriais para facilitar a implementação eficaz da RRD.

O investimento na redução do risco de catástrofes para aumentar a resiliência tem variado consoante as regiões, com alguns países a afectarem recursos à implementação da RRD e a explorarem opções de transferência de riscos, como o Mecanismo Africano de Seguro da Capacidade de Risco. A SADC está a integrar a RRD na sua Estratégia para as Alterações Climáticas e a apoiar o desenvolvimento de programas que reforcem a resiliência e os sistemas de alerta precoce. Os países da CEDEAO investiram na RRD com iniciativas como fundos de emergência, políticas nacionais de protecção social e programas de referência para a construção de barragens para reduzir os efeitos das inundações e secas.

Para melhorar a prontidão para desastres com vista a uma resposta eficaz, as regiões desenvolveram sistemas de alerta precoce, planos de contingência e capacidades de resposta e realizaram regularmente exercícios de

formação e simulação. A SADC criou o Centro Humanitário e de Emergência (SHOC) em Nacala, Moçambique, enquanto os países da CEDEAO actualizaram os planos de contingência nacionais e comunitários e os sistemas de alerta hidroclimáticos. Os países da EAC implementaram vários sistemas de alerta precoce, com treinos e exercícios de formação regulares, para ensaiar os seus planos de resposta.

Apesar dos progressos registados, continuam a existir desafios em todas as regiões, entre os quais, recursos limitados, falta de coordenação inter-regional, investimento insuficiente no financiamento do risco de desastres e ausência de legislação para a implementação de agendas internacionais. Apesar disso, vários Estados-Membros e CER realizaram projectos significativos e enfrentaram riscos de desastres alinhados com as prioridades do SFDRR.

1

2.1 PRIORIDADE 1: COMPREENSÃO DO RISCO DE DESASTRES

Embora muito progresso tenha sido feito, a região da SADC enfrenta desafios no desenvolvimento de protocolos e mecanismos concretos para a partilha de conhecimento entre os seus EM. Contudo, as universidades e as instituições académicas, constituem um elemento importante no reforço da partilha de conhecimentos através da investigação, da gestão do conhecimento e da inovação. Os investigadores realizaram avaliações de base para a região da SADC durante o período de referência de 2019-2020, mas nem todos os países as concluíram. Os desafios na região da SADC incluem a integração da GRD nos planos e orçamentos sectoriais para promover abordagens proactivas em vez de reactivas. Para resolver este problema, a SADC está a trabalhar no sentido de auxiliar os Estados-Membros a desenvolverem directrizes de gestão de riscos de desastres para vários sectores e a planearem o desenvolvimento de módulos de formação.

A região da CEDEAO registou alguns progressos na adaptação das suas políticas e estratégias nacionais para uma maior informação sobre os riscos. Por exemplo, a Estratégia de RRD e o Perfil de Perigos actualizados da Gâmbia, o Plano de Prontidão e Resposta a Desastres da Serra Leoa e a Plataforma Nacional do Governo para a

Redução de Riscos e a Gestão de Desastres citam-se como exemplos de países que tomaram medidas específicas, como a definição do perfil de perigos, a análise de riscos e vulnerabilidades, os quadros jurídicos, os sistemas de alerta precoce e os planos de gestão de desastres.

Na última década, a região do Norte de África debateu-se com a falta de procedimentos e mecanismos para a partilha de conhecimentos sobre o risco de desastres entre os EM. Apesar disso, alguns EM realizaram o mapeamento de perigos, análise de risco e vulnerabilidade, e estabeleceram quadros legais e estratégias para gerir os riscos de desastres.

Na região da ECCAS, os EM estão a fazer avanços nos estudos de informação de risco através de vários projectos, incluindo o conhecimento do perigo, avaliação da vulnerabilidade, e análise de risco. Um projecto nos Camarões, lançado em 2020, visa avaliar os perigos, as vulnerabilidades e os riscos nos Estados-Membros da CEEAC. Foram desenvolvidos pacotes de informação sobre os riscos para diferentes grupos culturais, de género e etários, e a coordenação e o diálogo multisectorial são promovidos através de várias plataformas e iniciativas.

Nas regiões da EAC e da IGAD, o PA apoia a implementação da RRD ao nível regional, incentivando o desenvolvimento de políticas e estratégias baseadas numa sólida compreensão do risco de catástrofes. Alguns Estados-Membros realizaram a partilha de conhecimentos e a definição de perfis de risco no Uganda, Burundi e Quênia. Contudo, a necessidade de aumentar a capacidade e desenvolver directrizes para integrar a GRD nos currículos escolares foi identificada como uma necessidade a curto prazo. Alguns Estados-Membros compilaram mapas de riscos de inundação, comunicação de riscos e avaliações de danos e perdas. Estas regiões continuam a apoiar a aplicação da

RRD ao nível nacional, incentivando o desenvolvimento de políticas e estratégias baseadas numa sólida compreensão do risco de desastres. A partilha de conhecimentos e a definição de perfis de risco foram realizadas na região, e as CER colaboram com a Facilidade Global para a Redução e Recuperação de Catástrofes (GFDRR) e outras partes interessadas para realizar formação regular dirigida aos sectores relevantes. Foram elaboradas directrizes para integrar a gestão de riscos de desastres e prevenção nos currículos escolares. Não obstante, a região não dispõe de um centro regional de excelência em matéria de RRD/M para avançar a ciência e os conhecimentos sobre os riscos.

2

2.2 PRIORIDADE 2: FORTALECIMENTO DA GOVERNAÇÃO DO RISCO DE DESASTRES PARA GERI-LOS

A SADC apoia activamente os Estados Membros no desenvolvimento de instrumentos e estratégias de governação da Gestão do Risco de Desastres (GRD). A unidade de RRD da SADC desempenha um papel vital na convocação de reuniões ministeriais e do Comité Técnico de RRD. Fornece orientação estratégica sobre a implementação do SFDRR através de muitos projectos regionais apoiados por parceiros de cooperação internacionais. Além disso, a SADC oferece formação sobre o SFDRR e os mecanismos regionais de preparação e resposta para os EM. A SADC concentra-se na defesa do desenvolvimento de quadros legislativos de GRD com disposições para estruturas de GRD a nível nacional e local, apoiando os esforços para integrar a GRD nos planos e orçamentos nacionais de desenvolvimento, alinhando as estratégias de GRD a todos os níveis de governação, reforçando o financiamento do risco de catástrofes e melhorando as disposições estratégicas de GRD/R e a integração da GRD. Embora nem todos os EM tenham desenvolvido estratégias que se alinham com o SFDRR, a SADC implementou vários programas para apoiar os EM, tais como prontidão e resposta a catástrofes, avaliações de vulnerabilidade (RVAC), prontidão para catástrofes sazonais e integração da RRD. A SADC aspira reforçar a plataforma regional de RRD nos próximos anos, envolvendo os Estados-Membros, os parceiros de cooperação internacional, o meio académico e o sector privado. A região efectuou investigação sobre a gestão dos

riscos transfronteiriços e os sistemas multinacionais de gestão de incidentes. Foram elaboradas orientações para o sector dos transportes de modo a gerir a propagação transfronteiriça da Covid-19. O Centro Humanitário e de Emergência da SADC (SHOC) desempenhará cada vez mais um papel mais activo nas questões de governação do risco de catástrofes em toda a região.

A região da CEDEAO deu prioridade ao desenvolvimento de estratégias, políticas, quadros e disposições institucionais em matéria de RRD nos seus países membros. O Burquina Faso integrou elementos de RRD no seu plano de desenvolvimento nacional, na política de alterações climáticas e nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP). A Costa do Marfim tem uma estratégia nacional de RRD, mas carece de um mecanismo eficaz ao nível local. A Agência Nacional de Gestão de Catástrofes da Gâmbia está descentralizada até ao nível da aldeia. O país, com o apoio da CUA, desenvolveu uma política nacional e um plano de acção para a gestão do risco de catástrofes e do clima. O Gana tem uma Organização Nacional de Gestão de Catástrofes (NADMO) responsável pela RRD a todos os níveis governamentais. A Guiné-Bissau iniciou a formação de uma plataforma nacional multisectorial de RRD com quadros jurídicos e dotações orçamentais adequados. Contudo, as actividades de RRD não são, consideradas prioritárias aos níveis nacional e local. A Agência Nacional

de Gestão de Catástrofes (NDMA) da Libéria elaborou numerosos documentos políticos, incluindo o Plano de Acção Quadrienal da NDMA, o Procedimento Operacional Normalizado do Centro Nacional de Alerta Precoce e Operações de Emergência (NEWEOCSOP) e a Política de Género sobre RRD em 2019. A RRD está integrada no plano de desenvolvimento nacional da Libéria.

O Norte de África registou diferentes níveis de progresso na RRD nos seus países membros. Argélia descentralizou a RRD para as províncias (Wilaya) e municípios (Baladia) com actualizações contínuas das suas estratégias nacionais e locais. A Mauritânia desenvolveu uma estratégia nacional de RRD que requer adopção, e está em curso uma lei de RRD com um decreto para estabelecer uma plataforma nacional de RRD. Marrocos valida o seu projecto de Estratégia Nacional de GRD (2020-2030), que inclui a criação de um Gabinete Nacional de Gestão de Riscos (BNGR), o desenvolvimento de uma estratégia integrada de gestão de riscos, o estabelecimento de um sistema de informação e gestão de riscos (SIGR) e a criação de um centro de excelência de riscos (CER). A Tunísia desenvolve activamente a sua estratégia nacional de RRD, estando em curso estratégias locais para os municípios de Ain Drahem e Tataouine. A CEEAC criou estruturas e mecanismos para coordenar a RRD, incluindo a célula responsável pela RRD e pela adaptação às alterações climáticas. O mecanismo regional de intercâmbio de informações sobre a gestão dos riscos, também foi reforçado na região, com a criação do Centro de Aplicações e Previsões Climáticas da África Central (CAPC-AC) com sede em Douala. Além disso, a CEEAC desenvolveu um Plano de Acção para a

implementação do Quadro de Sendai 2015-2020 na África Central e o Plano de Acção de Yaoundé para a Preparação e Resposta à Preparação de Desastres na África Central 2015-2017. A região oferece orientações sobre a ligação entre a RRD e as estratégias de desenvolvimento aos níveis nacional e sub-nacionais e estabeleceu um sistema regional de alerta precoce de múltiplos perigos para apoiar os Sistemas Nacionais de Alerta Precoce.

As regiões EAC e IGAD visam reforçar, a governação do risco de desastres através da integração da RRD em vários sectores e do reforço da arquitectura institucional para uma implementação eficiente da RRD. Apesar de a EAC ter elaborado um plano de acção alinhado com o Quadro de Sendai e o Plano de Acção, a implementação geral tem sido lenta devido à baixa prioridade atribuída à RRD entre os seus países membros. Na EAC, foram criados comités ministeriais de alto nível e grupos parlamentares para a gestão de riscos de desastres naturais, mas estes enfrentam limitações devido a uma capacidade e recursos humanos inadequados.

A EAC e a IGAD registaram progressos na implementação das prioridades da RRD ao nível sub-regional, tendo sido criados comités ministeriais de alto nível para a RRD em ambas as CER. Foram desenvolvidas políticas e estratégias de gestão de riscos de catástrofes para orientar a implementação da RRD e a EAC alinou a sua estratégia regional de gestão de riscos de catástrofes com o Quadro de Sendai e o Plano de Acção para a Implementação da RRD.

3

2.3 PRIORIDADE 3: INVESTIMENTO NA REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES PARA AUMENTAR A RESILIÊNCIA

A região da SADC desenvolveu um Quadro Regional de Resiliência 2020-2030, que visa proporcionar um contexto mais alargado para o reforço da resiliência na SADC e nos EM. Esta estratégia foi adoptada no início de 2021, estando em andamento a sua implementação. A SADC reconheceu a importância de integrar a RRD no planeamento do desenvolvimento e das alterações climáticas. A CER trabalha no sentido de apoiar o desenvolvimento de estratégias de GRD adequadas, promover o investimento informado em sistemas de prontidão para catástrofes e de

alerta precoce, proporcionar formação para a prontidão e resposta, testar mecanismos de prontidão para catástrofes através de exercícios de simulação e simulacros e realizar investigação sobre opções e serviços de transferência de riscos. Além disso, a SADC fez progressos na integração da RRD na Estratégia para as Alterações Climáticas de 2020 para a região e apoia o desenvolvimento de programas e projectos que integram questões sobre alterações climáticas, alerta precoce e as actividades de reforço da resiliência. Na região da CEDEAO, países como o Benim

criaram fundos de emergência para a RRD, enquanto o Burquina Faso participa no seguro de capacidade de risco africano desde 2016 e implementou uma política nacional de protecção social. Cabo-Verde criou um Fundo Especial de Emergência para a resposta a desastres, mas o orçamento é limitado para a RRD. O governo do Gana atribuiu fundos para a implementação da RRD a vários níveis e iniciou programas emblemáticos para a construção de barragens para mitigar os efeitos das inundações e das secas. Na Libéria, a Agência Nacional de Gestão de Catástrofes (NDMA) está a colaborar com as agências das Nações Unidas e as ONG para desenvolver e implementar planos e programas de RRD, mas continuam a existir lacunas de financiamento.

Na região do Norte de África, a Argélia realizou progressos em matéria de RRD, investindo em medidas de protecção contra as inundações em grandes cidades como Argel e Sidi Bel Abbes. Entretanto, existem poucos ou nenhuns dados disponíveis sobre outros países membros, incluindo o Egipto, a Líbia, a Mauritânia, Marrocos, a República

Saharai e a Tunísia. A CEEAC não efectuou importantes investimentos em matéria de RRD; o entanto, os Camarões comprometeram-se a aderir à Capacidade Africana de Risco, um mecanismo de seguro criado pela União Africana em 2012, e exploram fontes adicionais de financiamento através da renegociação de quotas para vários prémios e penalidades decorrentes de actividades de prestação de riscos.

Nas regiões da EAC e da IGAD, os EM, como o Uganda, Ruanda, Quénia e Tanzânia, atribuíram recursos para a implementação da RRD, com pessoal dedicado a gerir os gabinetes nacionais de desastres. O Secretariado da EAC prevê investir na RRD para aumentar a resiliência, promover a transferência do risco de desastres e os seguros, reforçar as redes de segurança social inclusivas e integrar a RRD em sectores e instrumentos financeiros como a saúde, turismo, comércio, indústria, agricultura, água e saneamento, planeamento urbano e na construção civil.

4

2.4 PRIORIDADE 4: REFORÇO NA PREPARAÇÃO PARA DESASTRES PARA UMA RESPOSTA EFICAZ E PARA “BULIDA BACK BETTER” NA RECUPERAÇÃO, REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO

A SADC tem feito progressos no desenvolvimento de sistemas inter-regionais de alerta precoce (EWS) através do estabelecimento de um Centro de Serviços Climáticos e da implementação de protocolos como a Estratégia Regional de Saúde Vegetal e a Política Regional de Migrantes. Apesar destes avanços, continuam a existir desafios, tais como recursos limitados, falta de protocolos de fluxo de informação entre sectores e esforços fragmentados no desenvolvimento de EWS. A SADC também estabeleceu o SHOC em Nacala, Moçambique, para melhorar a capacidade regional de RRD, resposta humanitária e emergência.

Na CEDEAO, os países fizeram progressos no âmbito do planeamento da preparação e resposta a desastres. O Benim, o Burquina Faso, Cabo-Verde e a Gâmbia desenvolveram e actualizaram os seus planos de contingência nacionais e comunitários, e também sistemas de alerta hidro-climático. O Gana criou uma estratégia nacional de RRD, centrada em cinco áreas prioritárias, incluindo os quadros institucionais

e legislativos, a resiliência das infraestruturas críticas, os sistemas de alerta precoce, o planeamento da utilização dos solos e o reforço de capacidades comunitárias e governamentais. Outros países, como a Guiné-Bissau, Mali, Níger e a Nigéria, registaram progressos no desenvolvimento e implementação de planos de resposta a emergências e EWS, embora a informação sobre os progressos da Serra Leoa e do Togo seja limitada.

Na região do Norte de África, a Argélia, a Mauritânia, Marrocos e a Tunísia desenvolveram e reviram planos de contingência multi-riscos, tendo a Argélia e a Tunísia realizado exercícios periódicos de simulação para testar a sua preparação. A CEEAC facilitou intervenções conjuntas de preparação e resposta a desastres através da Plataforma Nacional para a RRD, colaborando com parceiros internacionais para reforçar as capacidades nacionais de gestão da resposta pós-desastre. A região tem apoiado o reforço de capacidades nos sistemas de alerta precoce através de seminários sobre a Avaliação das Necessidades

Pós-Desastre (PDNA) e o Quadro de Recuperação de Desastres (DRF). Porém, os desafios incluem a falta de coordenação inter-regional, o investimento insuficiente no financiamento do risco de desastres e a ausência de legislação para implementar a agenda internacional.

A EAC e a IGAD registaram progressos limitados no âmbito regional, contudo, países individuais como o Burundi, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda desenvolveram e actualizaram os seus planos de contingência, sistemas de alerta precoce e capacidades de resposta. Cada país implementou vários EWS, como o Observatório

Vulcanológico de Goma na República Democrática do Congo e o Departamento Meteorológico do Quênia para EWS, com formação regular e exercícios realizados para ensaiar os seus planos de resposta. Adicionalmente, tem havido uma ênfase no desenvolvimento de capacidades na avaliação de danos e perdas através da formação em Avaliações de Necessidades Pós-Desastre (PDNA) e do desenvolvimento de um quadro para o financiamento de desastres. Esta abordagem visa fornecer um recurso regional pré-posicionado para apoiar a resposta rápida as catástrofes e outras calamidades que afectam os Estados-Membros.

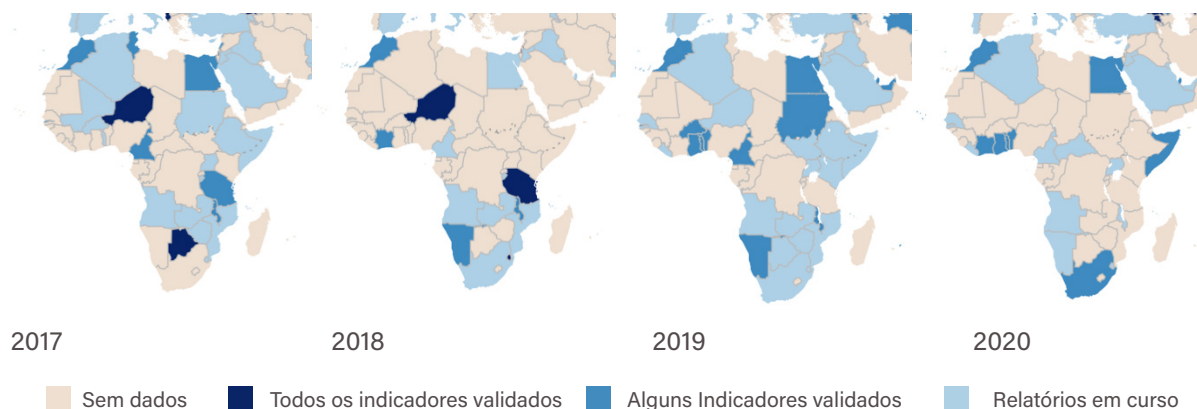
03

CAPÍTULO 3:

OBJECTIVOS DO SFDRR (2019-2020)

INTRODUÇÃO

Os Estados Africanos continuam a apresentar muito poucos relatórios sobre o SFDRR (ver Figura 6 abaixo), apesar de várias iniciativas de desenvolvimento de capacidades lideradas pela UNDRR a este respeito. Verificou-se, entretanto, um ligeiro aumento no número de Estados Membro que utilizaram a ferramenta de Monitorização do Quadro de Sendai (SFM), uma ferramenta de comunicação on-line para os governos comunicarem os seus progressos em matéria de DRR, para comunicarem a DRR em relação aos objectivos globais do Quadro de Sendai para a DRR, em 2019. Não obstante, 2020 revela uma diminuição da utilização da ferramenta SFM. Além disso, registou-se uma diminuição da participação no inquérito da CUA para obter informações valiosas e diferenciadas dos Estados-Membros. Este facto pode ser atribuído principalmente à pandemia causada pela Covid-19, que teve prioridade. Para esta investigação, os dados do SMF não cobrem adequadamente todos os Estados Membros da UA e, por conseguinte, não constituem uma referência conclusiva que permita medir os progressos realizados.



Mapa 8: Evolução do Número de Países em África que comunicam na Ferramenta online SFM de 2017 a 2020

(Fonte: <https://sendaimonitor.undrr.org/>) [As designações utilizadas e a apresentação do material neste mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras, ou limites. Fonte: UN Geospatial].

A pandemia da Covid-19 teve um impacto significativo na consecução dos objectivos do RSFRD, como seria de esperar. Apesar de a taxa de mortalidade em África ter sido significativamente mais baixa do que noutras regiões do mundo, segundo as estatísticas globais da OMS sobre a Covid-19, teve, no entanto, um impacto significativo na consecução das metas do RSFRD.

A principal conclusão em todas as CER é que África registou menos progressos no período de 2019-2020 do que durante o período de referência anterior. A mortalidade por desastres (Meta A) e as pessoas afectadas por desastres (Meta B) vêm aumentando.

Esta tendência continua com a Meta C, visto que os dados mostram um aumento considerável entre o período de referência anterior e o período de 2019-2020. Os danos em infraestruturas críticas (Meta D) também aumentaram no período de 2019-2020, tendo os dados sido fornecidos pelos Estados-Membros. Registou-se um aumento constante na Meta E (Estratégias de RRD), que se verificou em correlação com os dados dos EM e das CER. A partir do relatório bienal, os relatórios sobre a Meta F (Cooperação Internacional) aumentaram, porém, são necessárias informações mais pormenorizadas dos EM sobre esta matéria. Por último, registou-se um aumento constante dos sistemas de alerta precoce regionais, nacionais e sub-nacionais (Meta G).

A 3.1 META A DO SFDRR: Reduzir a mortalidade causada por desastres

A Meta A do SFDRR visa reduzir significativamente a mortalidade global por desastres até 2030, com o intuito de reduzir a taxa de mortalidade global por 100.000 indivíduos na década de 2020-2030 em comparação com o período 2005-2015.

Os EM registaram um aumento da mortalidade por desastres de 31.745 no período 2015-2016 para 36.267 no período 2017-2018, com uma subida para 37.522 no período 2019-2020. Os Estados-Membros registaram um aumento da mortalidade por catástrofes de 22 330 861 em 2017-2018,

com um aumento para 42 275 em 2019-2020. O aumento da mortalidade tem origem nas regiões da SADC, EAC e IGAD REC. Apenas o Norte de África registou uma mortalidade por catástrofes mais baixa no período em análise. A principal causa de morte foi sobretudo inundações nas regiões EAC e ECCAS. Ciclones tropicais como Kenneth e Idai na SADC também contribuíram para a perda de vidas. Surto de doenças epidémicas, como o ébola, também causaram várias mortes na região da ECCAS. A Covid-19 afetou todo o continente e causou 63.334 mortes até o final de 2020.

Tabela 13: Mortalidade em caso de Desastre por CER (2015-2020)

| CER | N.º de mortes | | |
|-----------------|---------------|-----------|-----------|
| | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 |
| IGAD | 1306 | 1941 | 5904↑ |
| EAC | 2297 | 1579 | 5664↑ |
| CEDEAO | 2726 | 2433 | 3460↑ |
| CEEAC | 1 296 | 3 456 | 5 933↑ |
| Norte de África | 4460 | 8242 | 1304↓ |
| SADC | 2 893 | 4679 | 20 010↑ |
| Total | 14 978 | 22 330 | 42 275 ↑ |

A Meta A do SFDRR visa reduzir significativamente a mortalidade global por desastres até 2030, com o intuito de reduzir a taxa de mortalidade global por 100.000 indivíduos na década de 2020-2030 em comparação com o período 2005-2015.

Note-se que as mortes directas devidas à seca não foram registadas com exactidão, o que poderá ter impacto nestes números, se essas perdas puderem ser determinadas. A natureza prolongada e progressiva dos fenómenos de seca torna essas ligações directas à mortalidade algo

problemáticas. Os EM têm dificuldade em atribuir as mortes a uma determinada catástrofe provocada pela seca, e os efeitos indirectos das secas (por ex., insegurança alimentar, epidemias e problemas de saúde) que provocam mortes não são devidamente comunicados. É necessário melhorar bastante a comunicação sobre a mortalidade resultante de secas. A análise da mortalidade devido a desastres naturais é apenas tão eficaz quanto os dados disponíveis. As perdas comunicadas mostram apenas uma pequena percentagem do que os dados reais poderiam ser, devido à falta de comunicação por parte dos Estados-Membros. Com os dados comunicados, as perdas gerais aumentaram de facto, e uma grande catástrofe num determinado ano distorcerá consideravelmente a análise. O desafio deste indicador é obter dados tão exactos quanto possível dos EM e de outras organizações parceiras. Recomenda-se que sejam registadas anualmente estatísticas mais precisas e desagregadas de mortes associadas a desastres nos EM, utilizando ferramentas estabelecidas como a DesInventar.

Durante 2019-2020, o continente **não alcançou a Meta A do SFDRR.**

B 3.2 SFDRR META B Reduzir o número de pessoas afectadas

A Meta B do SFDRR estabelece que os Estados-Membros devem reduzir significativamente o número de pessoas afectadas ao nível mundial até 2030, com o propósito de diminuir o valor médio global por 100 000 na década de 2020-2030 em comparação com o período 2005-2015. O número de pessoas afetadas por catástrofes aumentou significativamente, passando de 21 596 732 em 2017-2018 para 86 956 523 em 2019-2020. A IGAD, EAC, CEDEAO e SADC indicaram um aumento significativo de pessoas afetadas por catástrofes. Tanto a CEEAC como o Norte de África diminuíram em número de afetados em relação ao período de referência anterior.

Tabela 14: Número de Afectados por CER (2015-2020)

| CER | N.º de afectados | | |
|-----------------|------------------|------------|--------------|
| | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 |
| IGAD | 26 850 950 | 1 425 779 | 27 637 946 ↑ |
| EAC | 3 230 471 | 1 502 846 | 8 833 251↑ |
| CEDEAO | 331 759 | 3 449 104 | 2 811 020↓ |
| CEEAC | 3 162 466 | 2 591 132 | 15 051 015↑ |
| Norte de África | 860 902 | 6 020 685 | 1 707 029↓ |
| SADC | 7 646 321 | 5 680 930 | 30 91 6262↑ |
| Total | 49 674 223 | 21 596 732 | 86 956 523↑ |

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA; EM-DAT: Base de Dados de Eventos de Emergência – Université Catholique de Louvain [UCLouvain])

- Os seguintes eventos de desastre aumentaram o número de pessoas afectadas por desastres:
 - As secas** na SADC, EAC e IGAD afetaram 26 milhões de pessoas. Note-se que houve várias outras secas menores em todo o continente durante o ciclo de relatórios 2019-2020 que contribuíram para tornar as secas o desastre que afeta a maioria dos africanos.
 - As tempestades**, incluindo os ciclones tropicais Idai e Kenneth (março-abril de 2019) também afetaram 4,5 milhões de pessoas na SADC.
 - As inundações** de março e maio de 2020 afetaram cerca de 700 000 pessoas no ECCAS e no EAC.
 - Finalmente, a Covid-19 (fevereiro de 2020) afetou aproximadamente 2,6 milhões de pessoas em África até ao final de 2020.

Do mesmo modo como acontece com a mortalidade por desastres, um problema comumente observado pelos EM é que muitas vezes não existe uma boa coordenação entre

os diferentes actores estatais e não-estatais no registo do número de populações afectadas. Por conseguinte, podem ser obtidos números diferentes sobre quantas pessoas foram afectadas por calamidades num país durante um determinado ano. As CER, com a colaboração de parceiros de cooperação internacional e dos EM, devem estabelecer

um mecanismo uniforme para o registo das estatísticas de catástrofes ou para o alinhamento dos dados, a fim de reduzir eventuais erros.

Durante 2019-2020, o continente **não alcançou a Meta B do SFDRR.**



3.3 META C DO SFDRR:

Reduzir as perdas económicas directas de desastres

A Meta C do QSRRD requer que os Estados-Membros reduzam as perdas económicas directas causadas pelos desastres no Produto Interno Bruto (PIB) global até 2030. Nos últimos dois anos, registou-se uma diminuição

substantial das perdas económicas directas globais comunicadas em África, de 1 103 541 105 em 2017-2018 para 786 787 235 2019-2020

Tabela 15: Prejuízos Monetários Totais causados pelo Desastre por Região.

| REGIÃO | Prejuízos monetários totais causados pelo desastre por região. | | |
|-----------------|--|----------------------|---------------------|
| | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 |
| SADC | 492 515 000 | 2 536 612 | 329 101 595↑ |
| ECOWAS | 85 321 000 | 368 259 000 | 185 000 000↓ |
| EAC | 9 552 000 | 583 047 | 22 929 570 ↑ |
| IGAD | 10 358 000 | 644 162 446 | 199 423 070↓ |
| CEEAC | 13 000 | 52 000 000 | 50 333 000↓ |
| ÁFRICA DO NORTE | 20 017 000 | 36 000 000 | NDR |
| ÁFRICA TOTAL | 617 776 000 | 1 103 541 105 | 786 787 235↓ |

Algumas perdas monetárias mais significativas infligidas aos EM foram causadas pelos desastres seguintes:

- **As secas** na IGAD e na EAC (a partir de abril de 2019) causaram perdas monetárias de US\$ 2.826.910.
- **As tempestades**, incluindo os ciclones tropicais Idai e Kenneth (março-abril de 2019) infligiram aproximadamente US\$ 230 000 000 em perdas monetárias na SADC.
- **As inundações** no ECCAS e na EAC durante os meses de março e maio de 2020 causaram aproximadamente 4 401 990 dólares americanos em prejuízos. A CEDEAO também sofreu perdas monetárias de US\$ 100 000 000 devido às inundações em agosto e outubro de 2019.

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA; EM-DAT: Base de Dados de Eventos de Emergência – Université Catholique de Louvain [UCLouvain])

O aumento acentuado destes incidentes no continente nos últimos quatro anos justifica uma pergunta sobre as perdas económicas associadas a estes incidentes. A falta de dados sobre este tipo de desastre mostra uma falta de coordenação entre as estruturas nacionais de gestão do risco de desastres e outros sectores, como o dos transportes. Do mesmo modo, as perdas económicas a curto e longo prazo devidas a epidemias estão mal definidas e incorrectamente comunicadas.

Um dos desafios identificados nos relatórios sobre este objectivo é a definição do que constitui uma perda económica directa em todos os sectores. Apesar de o SFDRR fornecer orientações adequadas sobre esta Meta, os Estados-Membros referiram dificuldades na obtenção de dados completos. Os desastres (como as epidemias

e os transportes) não permitem o registo pontual de perdas maciças. Estas perdas estão mais associadas às perdas agregadas ligadas a vários desastres durante algum tempo. Além disso, os Estados-Membros e as CER registam deficientemente as perdas directas resultantes dos desastres. Melhores mecanismos de coordenação devem ser postos em prática, e sugere-se que os EM e as CER envidem esforços concertados para estabelecer vínculos com as suas instituições nacionais de investigação e universidades, que, podem desempenhar um papel valioso na recolha e gestão desses dados continuamente. A maioria das regiões em África tem vários centros relacionados com a RRD nas universidades que podem ser associados à gestão de dados sobre desastres. Durante 2019-2020, o continente **atingiu parcialmente a meta C do SFDRR.**

D

3.4 META D DO SFDRR:

Reduzir os danos causados por catástrofes em infraestruturas críticas e a interrupção dos serviços básicos

A Meta D do SFDRR visa reduzir significativamente os danos causados por desastres em infraestruturas críticas e a interrupção de serviços básicos, incluindo instalações de saúde e educação, e desenvolver a sua resiliência até 2030.

A apresentação de relatórios pelos Estados-Membros sobre os danos causados às infraestruturas críticas e a perturbação dos serviços básicos continua a ser um desafio. Os dados não estão prontamente disponíveis ou quantificados ao nível nacional, sendo a maioria das perdas sofridas ao nível local. Embora os períodos de referência anteriores tenham sido um pouco bem-sucedidos em termos de quantidade de dados comunicados, este período de referência registou uma carência notável de informações. Quase não foram fornecidas informações sobre a perda de infraestruturas críticas. Por conseguinte, não é possível deduzir se se registaram progressos. As dificuldades na comunicação da Meta foram atribuídas a vários factores, incluindo a falta de capacidade e de conhecimentos na recolha e comunicação de dados, a falta de partilha de dados entre departamentos governamentais e estruturas inadequadas de gestão do risco de desastres em alguns países.

Inundações urbanas sem precedentes ao longo de décadas em Argel (capital da Argélia) levaram a um investimento público inovador em infraestruturas para reduzir o risco de desastres de inundação no distrito de Bab El Oued. O principal investimento público em infraestruturas para a redução do risco de inundações foi o aumento da capacidade do sistema de esgotos existente no distrito através da duplicação do colector do Oued M'kacel. O novo coletor compõe-se de duas partes: uma parte em túnel e uma parte a céu-aberto. O túnel tem um diâmetro de 4 metros e um comprimento de 4,4 km; a sua profundidade varia entre 30 e 54 metros. A parte a céu-aberto compõe-se de uma estrutura dupla de 2,40 x 4 metros e 270 metros de comprimento. Este projeto foi concebido e financiado por um orçamento atribuído pelas autoridades públicas para a redução do risco de desastres no valor de US\$75 milhões.

Tabela 16: Perda de Infraestruturas Críticas por CER (2015-2020): Alguns exemplos

| CER/ Estado-Membro | Desastre | 2015-16 | 2017-18 | 2019-20 |
|---|---------------------------------|---------|---------|---------|
| ECCAS | | | | |
| 1. Número de unidades de saúde destruídas ou danificadas | | | | |
| Camarões | Inundação | 0 | 1↑ | |
| | Deslizamento de terra | 0 | 4↑ | |
| | Incêndio de estruturas | 0 | 20↑ | |
| | Riscos de carácter civil | 0 | 1↑ | |
| Congo | Condições climatéricas adversas | 1 | 0↓ | |
| 2. Número de estabelecimentos de ensino destruídos ou danificados | | | | |
| Camarões | Inundação | 0 | 5↑ | |
| Congo | Condições climatéricas adversas | 2 | 4↑ | |
| 3. Número de infraestruturas de transporte destruídas ou danificadas | | | | |
| Camarões | Inundação | 1 | 0↓ | |
| | Riscos de carácter civil | 0 | 3↑ | |
| Gabão | Crateras | 0 | 1↑ | |
| ECOWAS | | | | |
| 1. Número de unidades de saúde destruídas ou danificadas | | | | |

| | | | | |
|-----------------|---------------------------------|----|------|-----|
| Benim | Inundação | 0 | 51 ↑ | |
| Costa do Marfim | Condições climatéricas adversas | 2 | 0 ↓ | |
| Libéria | Inundação | 1 | 1 | 2 ↑ |
| | Incêndio de estruturas | 0 | 1 ↑ | |
| Serra Leoa | Inundação | 15 | 25 ↑ | |

2. Número de estabelecimentos de ensino destruídos ou danificados

| | | | | |
|-----------------|---------------------------------|----|-------|--|
| Benim | Inundação | 70 | 198 ↑ | |
| Costa do Marfim | Condições climatéricas adversas | 22 | 0 ↓ | |
| Libéria | Inundação | 1 | 1 | |
| | Condições climatéricas adversas | 0 | 1 ↑ | |
| Serra Leoa | Inundação | 21 | 36 ↑ | |

3. Número de infraestruturas de transporte destruídas ou danificadas

| | | | | |
|-----------------|-------------------|----|------|--|
| Benim | Inundação | 0 | 18 ↑ | |
| Costa do Marfim | Inundação | 1 | 2 ↑ | |
| | Crateras | 2 | 0 ↓ | |
| Libéria | Inundação | 1 | 0 ↓ | |
| | Erosão do litoral | 2 | 0 ↓ | |
| Serra Leoa | Inundação | 12 | 18 ↑ | |

IGAD/EAC

1. Número de unidades de saúde destruídas ou danificadas

| | | | | |
|--------|-----------------------|----|------|--|
| Quênia | Inundação | 10 | 20 ↑ | |
| | Deslizamento de terra | 30 | 40 ↑ | |
| | Crateras | 50 | 60 ↑ | |
| | Seca | 70 | 80 ↑ | |

2. Número de estabelecimentos de ensino destruídos ou danificados

| | | | | |
|--------|-----------------------|----|------|--|
| Quênia | Inundação | 10 | 15 ↑ | |
| | Deslizamento de terra | 10 | 15 ↑ | |
| | Crateras | 10 | 15 ↑ | |
| | Seca | 10 | 15 ↑ | |

3. Número de infraestruturas de transporte destruídas ou danificadas

| | | | | |
|--------|-----------------------|----|------|--|
| Quênia | Inundação | 5 | 25 ↑ | |
| | Deslizamento de terra | 10 | 30 ↑ | |
| | Crateras | 15 | 35 ↑ | |
| | Seca | 20 | 40 ↑ | |

SADC

1. Número de unidades de saúde destruídas ou danificadas

| | | | | |
|------------|---------------------------------|-----|-------|-------|
| Angola | Condições climatéricas adversas | 140 | 83 | 52 ↓ |
| Lesoto | Condições climatéricas adversas | 2 | 1 ↓ | |
| Madagáscar | Inundações/ciclones | 137 | 123 ↓ | |
| Malawi | Inundação | 23 | 0 ↓ | 1 ↑ |
| Moçambique | Inundação | 10 | 18 ↑ | 6 ↓ |
| Zâmbia | Inundação | 3 | 1 ↓ | |
| Zimbabwe | Inundações/ciclones | 0 | 53 ↑ | 294 ↑ |

2. Número de estabelecimentos de ensino destruídos ou danificados

| | | | | |
|----------|---------------------------------|----|-----|-------|
| Angola | Condições climatéricas adversas | 71 | 260 | 243 ↓ |
| Botswana | Terramoto | 1 | 0 ↓ | |
| | Inundação | 0 | 3 ↑ | |

| | | | | |
|------------|-------------------------------|-----|--------|--------|
| Eswatini | Condições climáticas adversas | 68 | 9 ↓ | |
| Lesoto | Condições climáticas adversas | 10 | 25 ↑ | |
| Madagáscar | Inundações/ciclones | 461 | 1114 ↑ | |
| Malawi | Inundação | 626 | 18 ↓ | 8 ↓ |
| Moçambique | Inundação | 110 | 42 ↓ | 1372 ↑ |
| Zâmbia | Inundação | 63 | 15 ↓ | 721 ↑ |
| Zimbabwe | Inundações/ciclones | 0 | 331 ↑ | 139 ↓ |

3. Número de infraestruturas de transporte destruídas ou danificadas

| | | | | |
|------------|-------------------------------|---|-------------------------------------|--|
| Botswana | Inundação | 0 | 1 ↑ | |
| | Ciclone | 0 | 2 ↑ | |
| Lesoto | Condições climáticas adversas | 45 | 250 ↑ | |
| Madagáscar | Inundações/ciclones | 1 | 32 ↑ | |
| Malawi | Inundação | 1220,53 km e 3210 metros de pontes, desvios, canais de escoamento | 0 ↓ | 221 ↑ |
| Zimbabwe | Ciclone | 2 pontes km10 km de estradas | 369 canais de escoamento e pontes ↑ | 865 km de estradas e 20,354 metros de pontes |

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

Os dados registados pelos Estados-Membros referem-se apenas ao número de instalações destruídas ou danificadas. Registam-se muito poucos outros dados sobre essas perdas, por exemplo: número de dias de escola perdidos; impacto nas cadeias de abastecimento e noutras oportunidades de negócio; ou mortes adicionais e pessoas afectadas pela perda de instalações de saúde. Embora seja

útil registar o número de perdas das infraestruturas críticas, recomenda-se que os Estados-Membros estabeleçam igualmente uma correlação com os prejuízos económicos directos e indirectos, consoante a Meta C do SFDRR. Durante 2019-2020, o continente **não alcançou a Meta D da SFDRR.**

E 3.5 META E DO SFDRR: Aumentar o número de países com estratégias nacionais e sub-nacionais/locais de redução do risco de desastres

A Meta E visa garantir o aumento significativo do número de países com estratégias nacionais e locais de redução do risco de catástrofes até 2020. Durante 2019-2020, 44 EM comunicaram dispor de estratégias de gestão de catástrofes. Este valor representa um aumento ligeiro em relação aos 40 países que comunicaram ter estratégias em 2017-2018. O desenvolvimento e a adopção de estratégias de RRD ao nível local também melhoraram ligeiramente, passando de 38% em 2017-2018 para 41% em 2019-2020.

O Quénia institucionalizou plenamente a RRD no país com o Centro Nacional de Operações de Desastres (NDOC) inteiramente dedicado a coordenar todos os aspectos da prevenção, mitigação, preparação e resposta a desastres no país. O país dispõe de uma plataforma nacional de RRD com várias partes interessadas que se reúne trimestralmente para partilhar experiências e lições sobre vários aspectos da RRD. A plataforma de RRD realiza anualmente um Simpósio Nacional de RRD, que decorre paralelamente ao dia da IDRR no mês de Outubro. As diferentes partes interessadas participam para apresentar as suas inovações e experiências e têm a oportunidade de apresentar documentos de actualidade relevantes para o tema do ano. O planeamento dos dois eventos começa em Julho para procurar os principais palestrantes, solicitar apresentações relevantes e recursos para financiar o simpósio e o dia da IDRR.

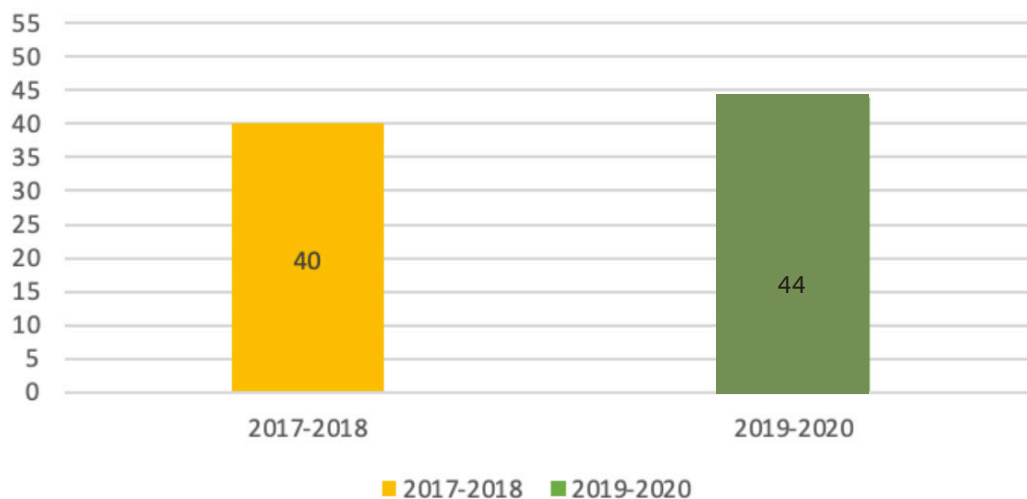


Figura 4. Número de Países com Estratégias de RRD

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

A maioria das políticas e estratégias pós-2000 formuladas pelos Estados-Membros está alinhada com o Quadro de Acção de Hyogo, com um número crescente de políticas e estratégias alinhadas com a iniciativa SFDRR. Os Estados-Membros informaram que, nos casos em que as

políticas e estratégias estão a ser revistas, encontram-se agora harmonizadas com o SFDRR e o PA. Poucos países têm políticas e estratégias anteriores a década de 1990. A maioria delas está a ser objecto de revisão.

Mis en œuvre par les États membres de stratégies de réduction des risques de catastrophe

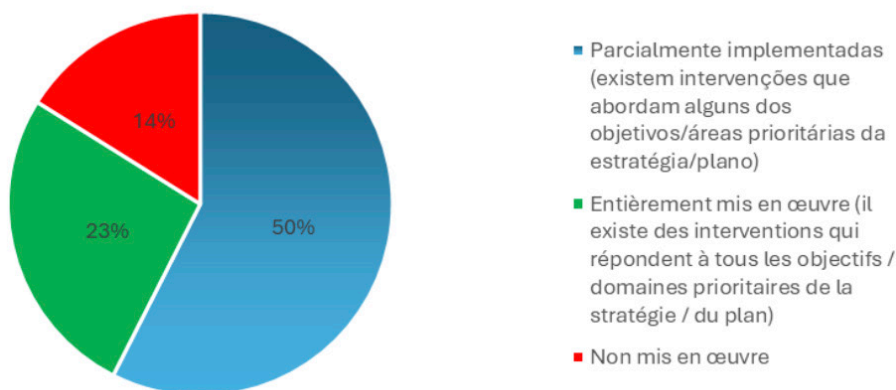


Figura 5: Implementação pelos Estados-Membros das suas Estratégias de RRD (2019-2020)(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos EM à CUA)

O período de relatório anterior indicava uma baixa percentagem de implementação total de 4,55%, uma implementação parcial de 77% e 18,18% de não implementação, e embora as percentagens actuais pareçam ter melhorado drasticamente, vários Estados-Membros não forneceram esta informação através da ferramenta de recolha de dados, o que dificulta comparar os progressos com precisão. No futuro, todos os Estados-Membros deverão comunicar esta informação, visto que representará uma diferença significativa na verdadeira percentagem de progresso.

| EAC | IGAD | UMA | SADC | CEDEAO | CEEAC |
|--------------|--------------|------------------|------------|-----------------|---------------------|
| Burundi | Burundi | Argélia | Angola | Benim | Camarões |
| RDC | Djibuti | Líbia | Botswana | Burquina Faso | RCA |
| Quênia | Eritreia | Mauritânia | Comores | Cabo-Verde | Chade |
| Ruanda | Etiópia | Marrocos | RDC | Costa do Marfim | Congo |
| Sudão do Sul | Quênia | Tunísia | Eswatini | Gâmbia | Guiné Equatorial |
| Tanzânia | Ruanda | República Sarauí | Lesoto | Gana | Gabão |
| Uganda | Somália | | Madagáscar | Guiné | São Tomé e Príncipe |
| | Sudão do Sul | | Malawi | Guiné-Bissau | |
| | Sudão | | Maurícias | Libéria | |
| | Tanzânia | | Moçambique | Mali | |
| | Uganda | | Namíbia | Níger | |
| | | Seychelles | Nigéria | | |
| | | África do Sul | Senegal | | |
| | | Tanzânia | Serra Leoa | | |
| | | Zâmbia | Togo | | |
| | | Zimbabue | | | |

| | | |
|---|--|--|
| Sim | Não | Não existe dados |
| Progressos registados desde 2018 | | |

Tabela 17: Estratégia RRD em Vigor no Final de 2020

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos EM à CUA)

Note-se que os EM que não forneceram dados a este respeito dificultam a comparação dos EM que conseguiram desenvolver e implementar estratégias de RRD desde 2018. Pode presumir-se que os que declararam dispor

de estratégias de RRD ainda as têm em vigor. A Somália, Libéria, Costa do Marfim e o Congo declararam que desenvolveram estratégias de RRD no primeiro relatório bienal.

Tabela 18: Estratégias Sub-nacionais de RRD Comunicadas (2019-2020)

| País | Número total de governos locais 2019-2020 | Número de governos locais com estratégias de RRD adoptadas 2019-2020 | % de governos locais com estratégias adoptadas |
|------------------|---|--|--|
| Benim | 77 | 45 | 58% |
| Botswana | 32 | 9 | 28% |
| Burquina Faso | 421 | 41 | 10% |
| Burundi | 1 | 1 | 100% |
| Chade | 23 | 4 | 17% |
| Congo | 1 | | 0% |
| Guiné Equatorial | 8 | 0 | 0% |
| Eswatini | 353 | 124 | 35% |
| Gabão | 9 | 0 | 0% |
| Gâmbia | 8 | 0 | 0% |
| Gana | 260 | 260 | 100% |

| País | Número total de governos locais 2019-2020 | Número de governos locais com estratégias de RRD adoptadas 2019-2020 | % de governos locais com estratégias adoptadas |
|---------------|---|--|--|
| Guiné-Bissau | 9 | 0 | 0% |
| Quénia | 47 | | 0% |
| Lesoto | 80 | 17 | 21% |
| Libéria | 15 | 15 | 100% |
| Madagáscar | 22 | 6 | 27% |
| Malawi | 35 | 35 | 100% |
| Mali | 69 | 69 | 100% |
| Moçambique | 151 | 53 | 35% |
| Namíbia | 71 | 27 | 38% |
| Níger | 255 | 225 | 88% |
| Senegal | 557 | 0 | 0% |
| Seychelles | 5 | 1 | 20% |
| Serra Leoa | 16 | 10 | 63% |
| África do Sul | 52 | 52 | 100% |
| Tanzânia | 196 | 31 | 15% |
| Togo | 39 | 23 | 59% |
| Tunísia | 350 | 17 | 5% |
| Zâmbia | 107 | 12 | 11% |
| Zimbabwe | 72 | 61 | 85% |
| | | | 41 % |

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros)

Os desafios referidos pelos EM incluem a falta de implementação das políticas nacionais ao nível nacional (coordenação intersectorial e adesão) e sub-nacional, bem como de apoio financeiro para a implementação das políticas e estratégias. A CUA e as CER apropriadas devem envidar esforços concertados para apoiar os Estados-Membros que ainda não dispõem de políticas, leis e estratégias nacionais para a RRD, uma vez que este facto pode ser considerado como não tendo atingido a Meta de

2020. Recomenda-se que se criem fluxos de seguimento de financiamento para monitorizar os fundos atribuídos para a implementação de políticas e estratégias de RRD em todas as esferas do governo, e que estes sejam reportados anualmente.

Durante 2019-2020, o continente **não alcançou a Meta E do SFDRR.**

E 3.6 META F DO SFDRR: Reforçar a cooperação internacional

A Meta F do SFDRR visa melhorar substancialmente a cooperação internacional com os países em desenvolvimento mediante um apoio adequado e sustentável para complementar as suas acções nacionais para a implementação do SFDRR até 2030. Esta foi uma das metas com melhor desempenho, já que os 55 Estados-Membros comunicaram pelo menos uma ou várias parcerias de cooperação. A maioria dos Estados-Membros comunicou ter estabelecido fortes parcerias com CEDEAO no desenvolvimento de capacidades para a RRD. Foram também mencionados o Fundo Mundial para o Ambiente e o seu apoio à integração dos aspectos de redução do risco de desastres e adaptação às alterações climáticas no país. Benim relatou sobre a cooperação inter-estatal no domínio da RRD que tem com os Camarões, Marrocos e

organizações internacionais e universidades para promover a implementação de actividades de RRD nos seus países. Entretanto, em 2019, os EM que relataram sobre o MSF indicaram uma redução expressiva no financiamento internacional recebido (de USD\$ 442 milhões para USD\$ 117 milhões), sendo que em 2020 não foi apresentado nenhum dado. Vários exemplos de boas práticas de cooperação internacional foram destacados pelas diferentes CER, por exemplo: **Burkina Faso** realçou o papel e o apoio da

organizações internacionais e universidades para promover a implementação de actividades de RRD nos seus países. Entretanto, em 2019, os EM que relataram sobre o MSF indicaram uma redução expressiva no financiamento internacional recebido (de USD\$ 442 milhões para USD\$ 117 milhões), sendo que em 2020 não foi apresentado nenhum dado. Vários exemplos de boas práticas de cooperação internacional foram destacados pelas diferentes CER, por exemplo: **Burkina Faso** realçou o papel e o apoio da

Togo. Costa do Marfim salientou a cooperação e o apoio prestado pela CEDEAO, pelo PNUD, pela UNDRR, pelo Banco Mundial e pela UE para a gestão da informação, sensibilização e desenvolvimento de capacidades. Cabo-Verde comunicou sobre o projecto: “Reforço de Capacidades para uma Recuperação Resiliente — Fase 2 (2018-2022)” financiado pelo Governo do Luxemburgo e pelo PNUD. O projecto foi concebido para melhorar a preparação para a recuperação, apoiar uma gestão eficaz da recuperação e promover uma melhor reconstrução. Gana destacou o “Projecto de Desenvolvimento Integrado e Resiliente às Alterações Climáticas do Grande Acra”, financiado pelo Banco Mundial, para além do apoio da GIZ na integração de soluções de transferência de riscos numa abordagem integrada de gestão dos riscos climáticos para o Gana. O Governo norueguês também apoia o Gana por meio de financiamento e assistência técnica. Libéria relatou a participação da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), que apoia os quatro domínios prioritários da RSFRD e do PA. JICA promove a integração da RRD em todos os projectos de desenvolvimento e apoia o desenvolvimento de um quadro para a RRD com outras partes interessadas. Serra Leoa está de momento a passar por mudanças significativas e profundas nas suas estruturas nacionais de gestão do risco de desastres com o apoio do Banco Mundial, do DFID e do PNUD. No âmbito desta cooperação, a tónica incide na criação de uma nova agência de RRD (já foi elaborado um projecto de lei), num programa de recuperação, numa avaliação multi-riscos para cidades resilientes, na compilação de um perfil nacional de riscos, na execução de programas escolares e na garantia da educação das populações. Um exemplo de cooperação sub-nacional, dado pelo Botswana, reside no trabalho com entidades externas para expandir o sistema de alerta precoce (incluindo comunicação televisiva). Eswatini celebrou acordos com o Governo de Taiwan que dão assistência em géneros, e uma proposta ao Banco Mundial encontra-se em fase de negociação. Malawi comunicou um número importante de iniciativas de cooperação internacional. Um desses acordos diz respeito a uma cooperação trilateral entre a República Popular da China, a República do Malawi e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que esteve em vigor entre 2016 e 2017. Esta iniciativa envolveu um acordo para implementar um regime de pequenas subvenções em matéria de RRD a fim de contribuir para a redução do risco de desastres e recuperação entre as comunidades. Envolveu também a integração da RRD nas políticas, planos de desenvolvimento e programas, e a recolha e disponibilização de dados e conhecimentos

sobre o impacto de desastres naturais aos decisores. Seychelles salientou a assistência técnica que lhes foi prestada pelo Banco Mundial para o desenvolvimento do seu Plano Nacional Integrado de Gestão de Emergências. Registaram-se igualmente várias cooperações com organismos regionais, como o programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional da SADC, que prestou um grande apoio à integração subnacional de medidas de vulnerabilidade no planeamento do desenvolvimento. Argélia firmou vários acordos de cooperação internacional em matéria de RRD, principalmente no domínio do reforço de capacidades, com o PNUD, França, Itália, Japão e a China. **Marrocos** estabeleceu relações internacionais com a JICA (Japão), Suíça e a OCDE, ao passo que a Tunísia cooperou com a UNDRR, PNUD e a UE (DG ECHO) para desenvolver a sua estratégia nacional de RRD e o plano de acção. Esta cooperação centra-se igualmente na aplicação de estratégias locais de RRD nos municípios de Ain Drahem e Tataouine (projectos-piloto em andamento). Além disso, existe uma cooperação Franco-Tunisina entre a Protecção Civil (ONPC) e o Fundo de Solidariedade Prioritário (PSF), que financiou o desenvolvimento da análise nacional.

Da breve análise acima efectuada, conclui-se que existe, no continente, uma importante cooperação bilateral e multilateral em matéria de RRD. Porém, a cooperação também pode ser problemática. Alguns desafios mencionados pelos Estados-Membros prendem-se pelo facto de o financiamento ser concedido com determinadas condições estabelecidas pelos doadores. Estas mesmas condições, nem sempre se alinham plenamente com as prioridades nacionais, e os EM referiram precisar aderir às condições para garantir o financiamento. Os Estados-Membros salientaram a necessidade de uma cooperação contínua, todavia consideraram que esta meta pode ser negativamente orientada, ao pressupor que os países em desenvolvimento necessitam sempre de assistência. A tónica foi colocada nas competências técnicas locais, que podem ser bem utilizadas se houver financiamento disponível. Por conseguinte, deve ser estabelecida, neste contexto, uma distinção entre assistência monetária e assistência técnica. Durante 2019-2020, o continente **alcançou a Meta F do SFDRR.**

3.7 META G DO SFDRR: Aumentar a disponibilidade e o acesso a sistemas de alerta precoce de múltiplos perigos

Ao alcançar a Meta G, os EM aumentarão significativamente a disponibilidade e o acesso aos sistemas de alerta precoce de múltiplos perigos e às informações e avaliações de risco de desastres para as populações até 2030. Entre os ciclos de reporte de 2017-2018 e 2019-2020, registou-se um crescimento acentuado na disponibilidade de MHEWS.

A tabela abaixo indica como o número de MHEWS no continente cresceu de 62 em 2017-2018 para 81 em 2019-2020. Durante o mesmo período, o EWS de risco único aumentou de 49 para 50. Em termos gerais, 82,35% dos EM referiram dispor de alguma forma de sistema(s) de alerta precoce de perigos únicos ou múltiplos em vigor.

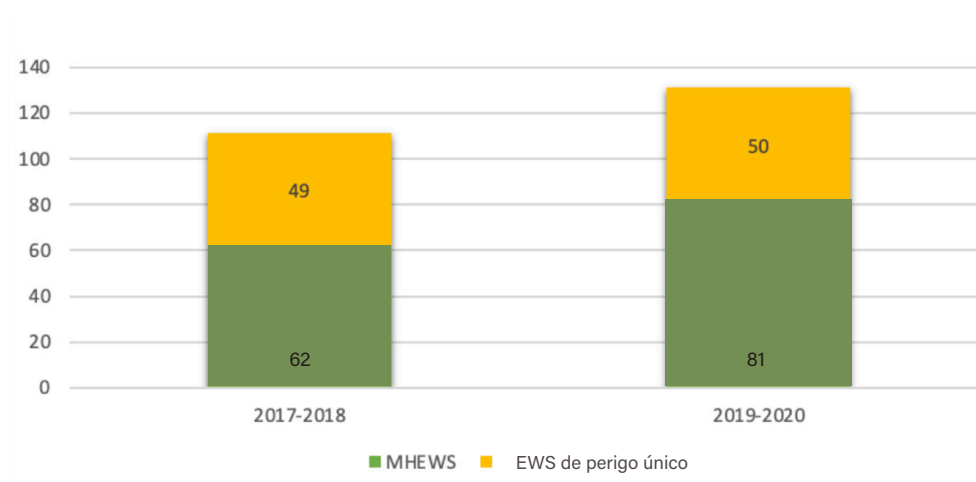


Figura 6: Aumento da disponibilidade e do acesso a alertas precoces de multi-perigos durante o período abrangido pelo presente relatório.

(Relatório dos Estados-Membros)

Embora se tenha registado uma melhoria significativa no número de EWS no continente, subsistem vários desafios. Questões como a falta de integração dos sistemas, a existência de sistemas de alerta precoce múltiplos e descoordenados a diferentes níveis e as questões de soberania nacional no que respeita aos sistemas de alerta precoce e aos alertas transfronteiriços ainda têm de ser abordadas. Os serviços meteorológicos e hidrológicos dos Estados-Membros parecem ser as fontes mais importantes de informação de alerta rápido. Regiões como a IGAD e a EAC dispõem do Centro de Previsão e Aplicação do Clima da IGAD (ICPAC). O ICPAC está bastante avançado na emissão de alertas precoces sobre as condições meteorológicas e climáticas. O Centro de Serviços Climáticos (CSC) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em Gaborone, Botsuana, coordena

o Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral (SARCOF). Este Centro de Serviços Climáticos da SADC fornece serviços operacionais e regionais de monitorização e previsão de fenómenos meteorológicos extremos. Também desenvolve e divulga produtos meteorológicos, ambientais e hidrometeorológicos. Os produtos do Centro contribuem para uma melhor gestão do risco de catástrofes na região e ajudam a garantir que os Estados-Membros estão mais bem preparados para as catástrofes meteorológicas e climáticas e para a conservação e protecção dos recursos naturais. O Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD) continua a apoiar os Estados Membros com dados e avisos meteorológicos. Tem havido muito pouca coordenação e integração da informação de alerta precoce entre os vários centros e agências. Sugere-se que a CUA, através das CER,

tome medidas para melhorar a utilização e a integração dos sistemas de alerta precoce. A informação sobre a acessibilidade destes sistemas ao público é limitada. Os processos de comunicação devem ser implementados para disseminar adequadamente as informações de alerta precoce para aqueles que mais precisam delas.

Os Estados-Membros comunicaram um maior desenvolvimento e implementação de sistemas de alerta precoce de múltiplos perigos (MHEWS). A maioria dos Estados-Membros referiu a existência de dois ou mais sistemas deste género. Porém, estes sistemas têm um carácter muito específico para cada sector (ver o exemplo

da região da SADC abaixo). Expressaram-se preocupações sobre a ausência de integração desses sistemas, e a maioria dos EM considerou que as CER deviam desempenhar um papel de maior liderança na garantia de sinergias entre os MHEWS e os alertas regionais. A IGAD reportou progressos no desenvolvimento de um MHEWS regional, que poderia estar operacional antes de 2021. Além disso, a região da IGAD está a proceder à avaliação dos perigos e dos riscos utilizando o GIS e a observação da Terra, e está a ser ministrada formação em matéria de alerta precoce. O alerta precoce baseado em previsões se implementa na região desde 2014, quando a unidade de gestão de riscos de desastres naturais da IGAD foi transferida para o Quénia.

Tabela 19: Sistemas de Alerta Precoce: Exemplo da SAD

| Estado-Membro | Sistemas de alerta precoce em vigor | Existentes (antes de 2016) | Foco | Número de pessoas abrangidas por EWS multi-riscos (G-3) |
|--------------------------------|--|----------------------------|---|--|
| Angola | Sim | Sim | Multi-riscos [Meteorologia, Recursos Hídricos, Ambientais, Protecção Civil e Incêndios] | 35 215 3 estações: Cuvelai Baciun, Rio Cavaco, Rio Coporolo e Rio Catumbela. 15 Estações nas localidades de Namacunde, Oihole, Evale, Ehafo, Oshimukua, Omuvandja, Katwe, Mupa, Mukolongodjo, Nauyala, Bentiaba, Bibala, Chiulo, Gambos, Oncocua |
| Botswana | SMS Comunicação em Massa Alerta Precoce | Desde 2012 | Multi-risco | Toda a população |
| | Aviso sobre Condições Meteorológicas Severas e Inundações | Desde 2016 | Multi-risco | Toda a população |
| Comores | Observatório do Vulcão Karthala, | Sim | Vulcanológico e geofísico | Menos de 50% da população |
| | Direcção Meteorológica | Sim | Eventos hidrometeorológicos | - |
| | Direcção Nacional de Saúde | Sim | Epidemiologia | - |
| República Democrática do Congo | Observatório Vulcanológico de Goma | Sim | N/A | N/A |
| | (Ovg), Centro Sismológico de Lwiro | Sim | N/A | N/A |
| | Instituto Nacional de Investigação Biomédica (Inrb) | Sim | N/A | N/A |
| | Secção de Gestão de Doenças (Ministério da Saúde) | Sim | N/A | N/A |
| | Observatório Humanitário (Ministérios da Acção Humanitária) Metlsatt | Sim | N/A | N/A |

| Estado-Membro | Sistemas de alerta precoce em vigor | Existentes (antes de 2016) | Foco | Número de pessoas abrangidas por EWS multi-riscos (G-3) |
|-----------------------------------|--|----------------------------|---|---|
| Eswatini | Meteorologia | Antes de 2016 | Multi-risco | - Nível nacional |
| | Geologia | Antes de 2016 | Risco único | - Nível nacional |
| | Departamento de Recursos Hídricos | Antes de 2016 | Risco único | - Nível nacional |
| | Comissão Nacional do Fundo Fiduciário de Eswatini | Antes de 2016 | Risco único | - Nível nacional |
| | Ministério da Saúde | Antes de 2016 | Multi-riscos (epidemias) | - Nível nacional |
| Lesoto | Informação geral e sistema de Alerta Precoce | Dezembro de 2017 | [Risco único] | 1.800.000 |
| | Análise de risco climático e EWS IMS | 2015 | Multi-risco | - |
| | Serviços Meteorológicos do Lesoto | Antes de 2016 | Multi-risco | 1.800.000 |
| Madagáscar | Sistema de alerta precoce de ciclones | 2016 | Ciclone | 3.750.000 |
| | Sistema de previsão e alerta de inundações | 2017 | Inundação | 1.021.000 |
| | Sistema de alerta precoce de tsunami e deslizamento de terras | 2014 | Tsunami e deslizamento de terras | - Nível nacional |
| | Sistema de Alerta Precoce de Surto de Gafanhotos | 2016 | Surto de gafanhotos | - Nível nacional |
| | Sistema de Informação em Segurança Alimentar e Vulnerabilidade (SISAV) | 2016 | Segurança Alimentar | Três regiões do Sudeste de Madagáscar, ou seja, Vatovavy, Fitovinany, Atsimo Atsinana |
| | Monitorização da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN | 2021 | Insegurança Alimentar e Malnutrição | Três regiões do Sul de Madagáscar (Androy, Anosy e Atsimo Andrefana) |
| Malawi | Vigilância Sanitária | 2016 | Doença Epidémica/ Emergência de Saúde Pública | - Nível nacional |
| | Sistema de Alerta Precoce em Segurança Alimentar e Nutricional | 2016 | Segurança Alimentar | - Nível nacional |
| | Sistema Nacional de Alerta Precoce (EWS Hidrométrico e Geológico) | Em andamento | MHEWS (Inundações, Secas, Períodos de estiagem, Vermes do Outono, etc.) | - Nível nacional |
| | Sistema de Alerta Precoce Baseado na Comunidade | Em andamento | Inundações e secas | Varia de uma comunidade para outra |
| Moçambique | Sensores comunitários | Antes de 2016 | Inundação | 68 000 |
| Escala Hidrométrica Antes de 2016 | | | Inundação | 32 000 |
| | Datawinner | Antes de 2016 | Multi-risco | 3.101.227 |
| | Previsão Meteorológica Sazonal Nacional | Antes de 2016 | Multi-riscos, abrangendo riscos hidrometeorológicos | - Nível nacional |

| Estado-Membro | Sistemas de alerta precoce em vigor | Existentes (antes de 2016) | Foco | Número de pessoas abrangidas por EWS multi-riscos (G-3) |
|---------------|---|--|---|---|
| | Sistema de Alerta Precoce em Segurança Alimentar e Nutricional | Antes de 2016 | Insegurança Alimentar e Nutricional Fome | - Nível nacional |
| Namíbia | Serviços Meteorológicos | Antes de 2016 | Multi-risco | - Nível nacional |
| | Serviços Hidrológicos | Antes de 2016 | Multi-risco | - Nível nacional |
| | Serviços Geológicos | Antes de 2016 | Sísmicos | - Nível nacional |
| | Serviços Epidemiológicos | Antes de 2016 | Epidémico | - Nível nacional |
| | Centro Nacional de Detecção Remota | Antes de 2016 | Incêndios florestais | - Nível nacional |
| | Avaliação e análise da vulnerabilidade | Antes de 2016 | Multi-risco | - Nível nacional |
| | Relatórios de segurança alimentar | Antes de 2016 | Multi-risco | - Nível nacional |
| África do Sul | EWS baseado no impacto (Serviço Meteorológico de SW e NDMC) | Existente, mas aperfeiçoado nos últimos 3 anos | Risco único Orientado pelo impacto Indicação de medidas de mitigação | Abrange 9 entidades provinciais de DM, mas limitada a sectores dentro das mesmas. |
| | Cobertura televisiva da comunicação nacional durante o dia em todos os canais nacionais | Existente, mas aperfeiçoado nos últimos 3 anos | Risco único Orientado pelo impacto Indicação de medidas de mitigação | Abrange 9 entidades provinciais de DM, mas limitada a sectores dentro das mesmas. |
| | Rádio local | Existente, mas aperfeiçoado nos últimos 3 anos | Risco único Orientado pelo impacto Indicação de medidas de mitigação | Abrange 9 entidades provinciais de DM, mas limitada a sectores dentro das mesmas. |
| | Vias de comunicação ao nível de bairros (conselheiros e líderes tradicionais) | Existente, mas aperfeiçoado nos últimos 3 anos | Risco único Orientado pelo impacto Indicação de medidas de mitigação | Abrange 9 entidades provinciais de DM, mas limitada a sectores dentro das mesmas. |

| Estado-Membro | Sistemas de alerta precoce em vigor | Existentes (antes de 2016) | Foco | Número de pessoas abrangidas por EWS multi-riscos (G-3) |
|---------------|--|----------------------------|--|---|
| Zâmbia | Sistema de alerta por SMS enviado através de fornecedores de serviços móveis | Antes de 2016 | Multi-risco abrangendo inundações, Fall Army Worms e Epidemias | Nacional |
| | Inundações Sistema de Alerta Precoce (EWS) | 2018 | Risco único d-Inundações | Distrito |
| | Estações de Rádio Comunitárias | Antes de 2016 | Multi-risco | Destina-se a comunidades específicas |
| | Sistemas de vigilância de epidemias | Antes de 2016 | Risco único baseado no sector | Nacional |
| | Previsão Meteorológica Sazonal Nacional | Antes de 2016 | Multi-riscos, abrangendo riscos hidrometeorológicos | Nacional |
| | Sistema de Alerta Precoce em Segurança Alimentar e Nutricional | Antes de 2016 | Insegurança Alimentar e Nutricional Fome | Nacional |
| Zimbabwe | Organização da Protecção Civil | Sim | Multi-risco | Nacional (10 províncias e 72 distritos) |

Registaram-se progressos nesta Meta ao longo dos períodos em questão, e a maioria dos EM informou sobre o EWS existente, que estava em vigor antes de 2015. O principal desafio em relação a este indicador é que, embora vários Estados-Membros tenham incorporado sistemas multi-riscos até certo ponto, a maioria dos Estados-Membros tem vários sistemas de alerta centrados num único risco com muito pouca integração. A fraca coordenação ao nível nacional e regional dificulta a

eficácia dos MHEWS. A falta de plataformas ou redes de recolha de dados meteorológicos também pode contribuir para um EWS menos eficaz. As previsões meteorológicas e climáticas em África se produzem num ambiente de insuficiência de dados, resultando em alertas precoces pouco fiáveis. Recomenda-se que as CER desempenhem um papel muito mais importante na promoção, assistência e reforço dos MHEWS regionais entre os EM, tendo em conta a necessidade de alertas nacionais soberanos.

3.7.1 SISTEMA AFRICANO DE ALERTA PRECOCE DE MULTI-PERIGOS E ACÇÃO RÁPIDA (AMHEWAS)

A União Africana (UA) desenvolverá o quadro do Sistema Africano de Alerta Precoce de Múltiplos Perigos e de Acção Rápida (AMHEWAS), a ser estabelecido em 2021, para melhorar os sistemas de alerta precoce e facilitar a acção rápida. O sistema desenvolver-se-á com o apoio técnico e financeiro de parceiros internacionais, incluindo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), bem como com o apoio e a contribuição da UNDRR para o desenvolvimento geral, por exemplo, pessoal, apoio técnico através de formação de formadores (ToT) contínua e desenvolvimento de procedimentos operacionais normalizados (SOP). O quadro da AMHEWAS, assente nas estruturas legislativas

e institucionais existentes, terá como objectivo melhorar a coordenação entre os sistemas de alerta sectoriais, os EM e as CER. O estabelecimento de sistemas de alerta precoce eficazes tem sido um objectivo da União Africana desde 2015, quando a meta foi estabelecida pelo SFDRR para "aumentar significativamente a disponibilidade e o acesso a sistemas de alerta precoce de múltiplos perigos e informações e avaliação do risco de desastres para as populações até 2030". Estas directrizes internacionais foram actualizadas em 2017 pela Rede Internacional de Sistemas de Alerta Precoce de Múltiplos Perigos para reconhecer os benefícios dos sistemas de alerta precoce de múltiplos perigos, que consistem em quatro componentes essenciais: monitorização de perigos, análise de dados, disseminação

de alertas e capacidade de resposta.

No âmbito do programa, a Comissão da UA (CUA) criará a Sala de Situação Continental da AMHEWAS na sede da UA em Adis Abeba, e duas outras salas de situação piloto para a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em Nairobi, Quênia, e uma Sala de Situação de Consultoria Climática em Niamey, Nigéria, alojada no Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD). As três salas de situação irão cooperar entre si para produzir produtos continentais de alerta precoce. Durante a fase II, o programa será alargado a outras CER (CEDEAO, ECCAS, SADC e UMA) e aos Estados Membros. O programa AMHEWAS terá como objectivo reduzir substancialmente as perdas de desastres continentais até 2030. Para alcançar este objectivo, o programa visa alcançar as seguintes quatro (4) áreas de resultados principais: conhecimento reforçado do risco de múltiplos perigos; governação e coordenação de risco reforçadas; acção e preparação antecipatórias reforçadas; e capacidades de preparação e resposta reforçadas da Situação do Sistema de Alerta Precoce de Multi-Perigos em África. Estas intervenções serão implementadas nas CER e nos Estados Membros através do estabelecimento de salas de situação interoperáveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, ao nível das CER e dos Estados Membros, do desenvolvimento e estabelecimento de um alerta rápido baseado no impacto, do reforço das capacidades nas CER e nos Estados Membros, do destacamento de pessoal para as salas de situação e da operacionalização das capacidades pan-africanas de preparação e resposta, entre outras. O sistema AMHEWAS produzirá Boletins Continentais de Vigilância para os 55 Estados Membros da União Africana. O sistema visa fornecer informação atempada e precisa de aviso precoce às comunidades e outras partes interessadas, melhorando a prontidão e resposta aos desastres, e reduzindo o impacto dos desastres nas comunidades e na economia.

O desenvolvimento do sistema do AMHEWAS inclui uma avaliação abrangente dos sistemas de aviso precoce existentes, consultas às partes interessadas e processos de validação. O programa, com duração de sete anos e em três fases, inclui 22 actividades-chave centradas na obtenção de cinco resultados específicos: aprovação do programa continental MHEWAS; estabelecimento de protocolos e plataformas comuns para a partilha de dados; melhoria dos serviços de monitorização e alerta de perigos

24 horas por dia, 7 dias por semana; sistemas funcionais de disseminação e comunicação de alerta de ponta a ponta; e desenvolvimento de protocolos e materiais para a preparação. Esta iniciativa centra-se no reforço dos sistemas de alerta precoce para riscos naturais, riscos biológicos, epidemias, pandemias e conflitos, incluindo inundações, secas, tempestades e epidemias, permitindo que os governos, as comunidades e outras partes interessadas adoptem medidas adequadas para mitigar os impactos destas catástrofes.

O sistema AMHEWAS utilizará tecnologias avançadas, incluindo a detecção remota, imagens de satélite e modelos de previsão meteorológica, para monitorizar e prevenir potenciais riscos e desastres. O sistema também incorpora conhecimentos tradicionais e observações meteorológicas locais das comunidades para melhorar a exactidão e a compreensão dos perigos e dos seus potenciais impactos. Para além de fornecer informações de alerta precoce, o sistema AMHEWAS promoverá a utilização de informações accionáveis para apoiar a tomada de decisões e melhorar a preparação e a resposta a desastres. O sistema facilitará a disseminação de informações de alerta precoce para as principais partes interessadas através de vários canais, incluindo alertas de telemóvel, rádio comunitária e outros canais de comunicação. A execução do Programa MHEWAS será facilitada através dos Grupos de Trabalho Técnicos de Alerta Precoce (EW-TWG) e dos coordenadores do MHEWAS aos níveis continental, regional e nacional, incluindo os serviços meteorológicos e hidrológicos, as agências de gestão de desastres e outras partes interessadas relevantes. O sistema visa melhorar a redução do risco de desastres através do reforço da coordenação, da promoção da utilização de tecnologias inovadoras e do reforço da capacidade das comunidades para responder aos desastres. A implementação bem-sucedida do quadro AMHEWAS depende da colaboração e do apoio de múltiplos parceiros e partes interessadas ao nível dos Estados-Membros, bem como aos níveis regional e continental, para apoiar o desenvolvimento do sistema continental e participar activamente no programa de desenvolvimento de sete anos. A adopção contínua do quadro por mais Estados-Membros poderá resultar em melhorias significativas no alerta precoce e na acção rápida, permitindo, em última análise, uma redução das perdas, quer em vidas como em meios de subsistência, em todo o continente africano.

04

CAPÍTULO 4:

PROGRESSOS RELATIVOS AS METAS DO PA

INTRODUÇÃO

Para além das sete metas SFDRR, o PA exige a medição de cinco metas adicionais exclusivas de África. Estas Metas são medidas conforme o MRF, e as secções seguintes utilizam as variáveis para relatar os progressos realizados pelos Estados-Membros. O módulo regional SFM para África é uma ferramenta inovadora concebida para apoiar os Estados Membros africanos nos seus esforços para a RRD e a criação de resiliência. Desenvolvido através de uma joint-venture entre a UNDRR e a CUA, este mecanismo integra o relatório do Programa de Acção (PA) no SFM, facilitando a monitorização abrangente do progresso da RRD em todo o continente. Ao utilizar esta ferramenta, os Estados-Membros podem acompanhar e comunicar os seus progressos no âmbito dos sete objectivos e do Programa de Acção do Quadro de Sendai, garantindo o cumprimento, promovendo a transparência e incentivando a tomada de decisões informadas para a redução dos riscos.

Para facilitar a comparação e o progresso global, criou-se um painel de controlo do PA de África que utiliza uma combinação média das pontuações das Metas para obter uma pontuação de 2015-2016, 2017-2018 e 2019-2020. Note-se que, devido à falta de dados suficientes fornecidos pelos EM para o período de 2019-2020, considera-se quase impossível representar eficazmente e, mais importante, com exactidão, o verdadeiro valor de cada EM e CER, respectivamente. A análise apresentada no Capítulo 4 foi efectuada com a integração dos dados disponibilizados pelos EM para este período, em conjunto com os dados anteriores (2017-2018) para aqueles que não

PAINEL DE CONTROLO DO PA EM ÁFRICA

O Painel de Controlo do PA de África representa os progressos gerais realizados pelos Estados-Membros em relação ao PA. As variáveis estão vinculadas a uma escala de Likert de 5 pontos (1 significa nenhum ou pouco progresso e 5 significa progresso abrangente), segundo os requisitos

do MRF. Estas foram, por sua vez, codificadas por cores para uma referência fácil e visual. Estas cores aparecem ao longo do presente relatório (em tabelas e mapas) para facilitar a referência, a compreensão e a comparação.

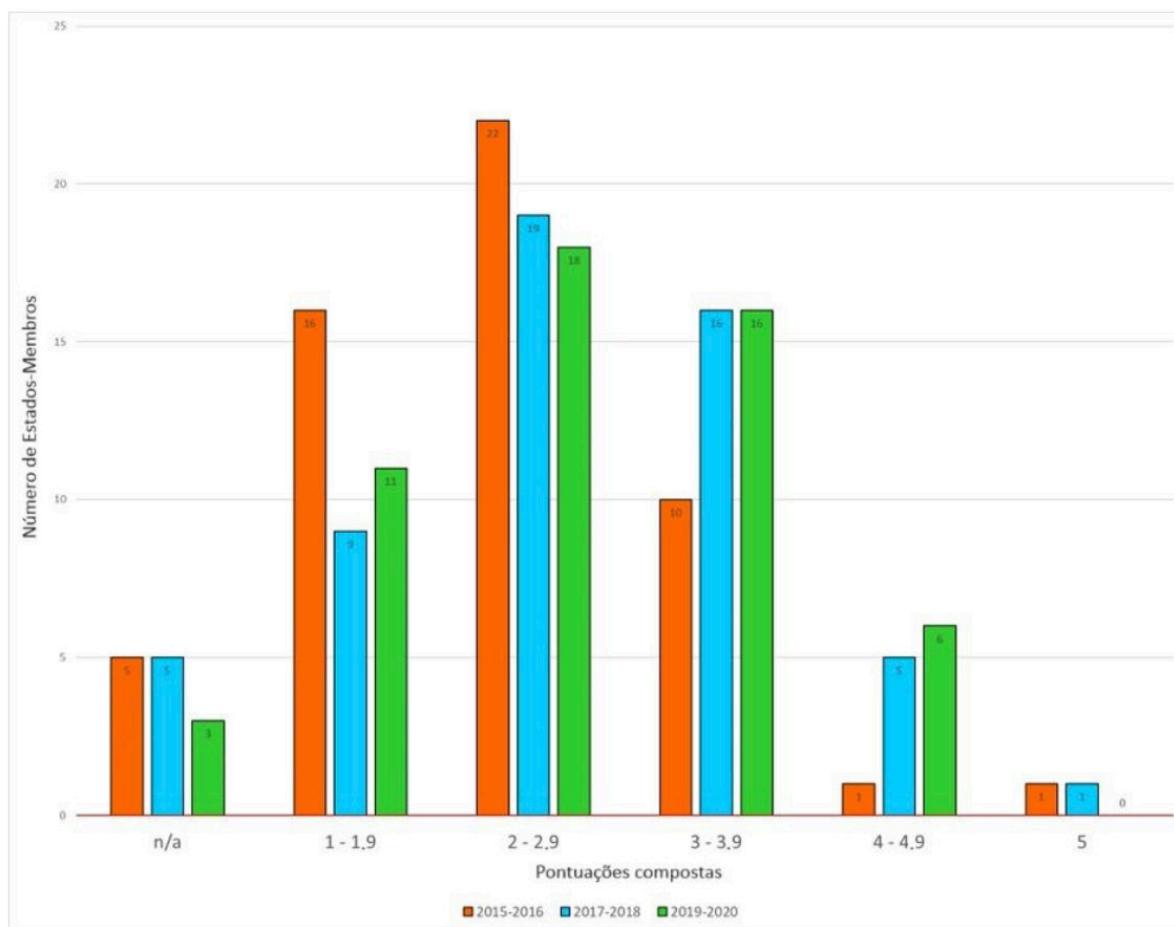


Figura 7: Pontuações Compostas do Painel de Controlo do PA dos Estados-Membros (2015-2020)

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

Os resultados dos indicadores do PA, representados na Tabela 20 abaixo, estão alinhados com os requisitos do Quadro de Monitorização e Comunicação. Geralmente, os relatórios sobre um indicador consistem num número de variáveis normalizadas consoante os “Critérios propostos para a avaliação de indicadores” no MRF (ver Anexo A).

As pontuações agregadas dos dois períodos constituem a base da comparação. Nos casos em que não foram

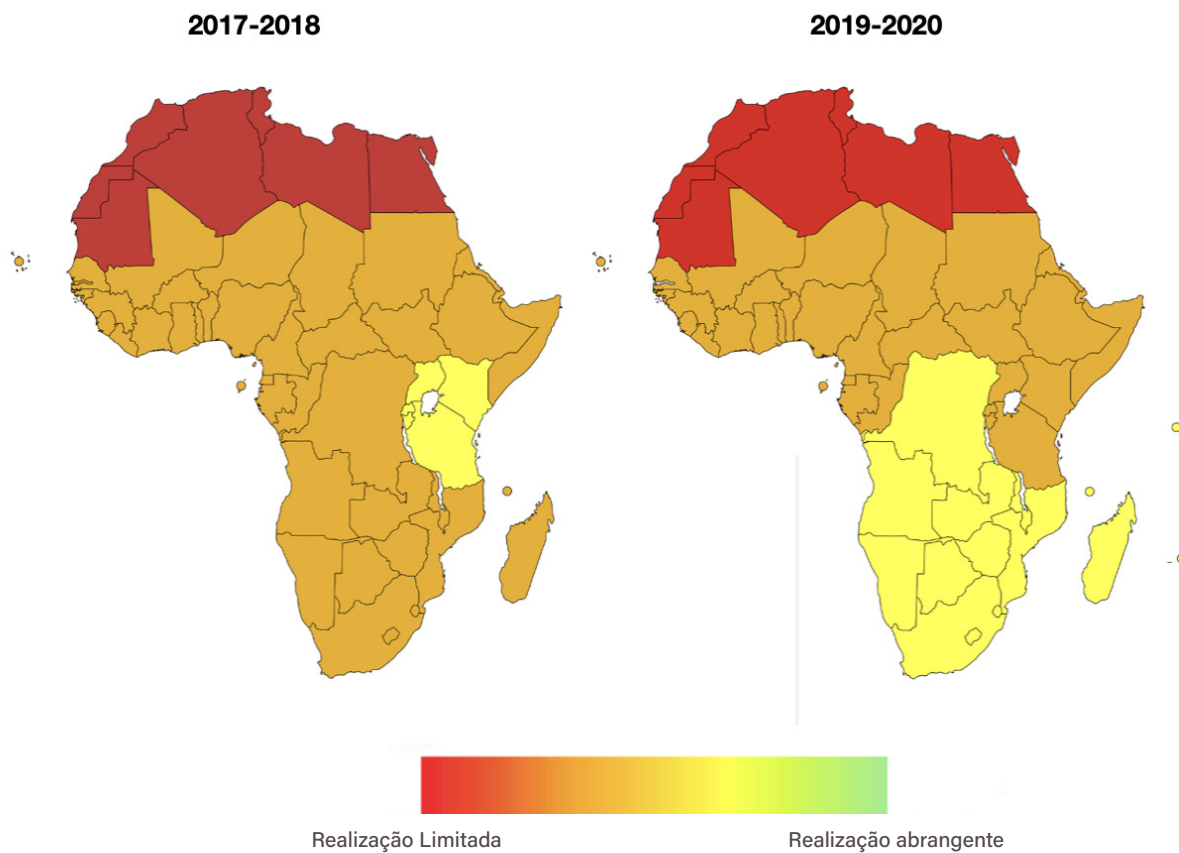
comunicados dados, foi utilizada uma cor cinzenta indicando “n/a”. Foram utilizadas 13 variáveis relacionadas com as metas do PA. Estes indicadores utilizam a escala de classificação de 5 pontos acima referida, pelo que foi possível calcular a média das pontuações nas regiões e no continente. Como já referido, no período de referência anterior, quando não foram comunicados dados, utilizou-se um “n/a”, embora para este relatório, pelo facto de muitos Estados-Membros não terem facultado nenhuma

informação, tenham sido transferidos dados anteriores, apresentados como um asterisco "*" do período de referência anterior, se não tiverem sido comunicados dados no período de referência. A justificação para este facto foi a possibilidade de elaborar qualquer relatório mensurável a uma escala continental, visto que um "n/a" nesta escala impediria a capacidade de expandir este capítulo.

O Mapa 9 ilustra uma comparação geral entre os períodos de 2015-2016 e 2017-2018 associados às várias CER

(pontuações médias de todos os EM discriminados pelas CER). Todos os dados comunicados pelos vários EM foram calculados em média e associados à sua CER específica. O Egipto e a República Saharawi foram associados à região do Norte de África para efeitos de comparação. Nos casos em que os EM pertencem a mais que uma CER, as pontuações foram incorporadas em ambas as CER. A partir do mapa, torna-se evidente que, em geral, todas as CER registam progressos na consecução das Metas do PA.

Mapa 9: Comparação da Realização do PA nas CER, 2017-2018 vs. 2019-2020.



(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

A tabela 20 abaixo apresenta um "painel de controlo" de referência rápida de cada Estado-Membro relacionado com os dois períodos em análise. Os Estados-Membros sem dados estão assinalados em cinzento. A partir do painel de controlo, torna-se evidente que a maioria dos EM da UA tem realizado progressos na implementação dos objectivos do

PA. Com excepção de muito poucos. O Congo, a Guiné, São-Tomé e Príncipe e a Zâmbia registaram um retrocesso. Angola, Gabão, Gana, Mali, Mauritânia, Marrocos, Namíbia e Somália não registaram progressos em geral. Contudo, este facto não significa que não se tenham registado progressos em todos os indicadores. Ruanda informou que atingiu de forma abrangente todos os objectivos do PA.

Tabela 20: Painel de Controlo SFDRR e PA dos Estados-Membros

| Argélia | | Angola | | Benin | | Botswana | | Burquina Faso | | Burundi | | Camarões | |
|------------|------|------------------|------|------------------|------|--------------|------|---------------|------|---------------------|------|----------|------|
| 3,4 | 2015 | 1,1 | 2015 | 2,7 | 2015 | 2,3 | 2015 | 2 | 2015 | 2,4 | 2015 | 2,9 | 2015 |
| 4,4 | 2018 | 1,1 | 2018 | 3,4 | 2018 | 2,7 | 2018 | 2,4 | 2018 | 3,1 | 2018 | 3,1 | 2018 |
| 4,2 | 2020 | 1,1* | 2020 | 2,1 | 2020 | 2,7* | 2020 | 2,4* | 2020 | 3,5 | 2020 | 3,1* | 2020 |
| Cabo-Verde | | RCA | | Chade | | Comores | | Congo | | Costa do Marfim | | Djibouti | |
| n/a | 2015 | 1,6 | 2015 | 1,3 | 2015 | 1,2 | 2015 | 2,1 | 2015 | n/a | 2015 | 1,6 | 2015 |
| n/a | 2018 | 2,9 | 2018 | 3,3 | 2018 | 1,6 | 2018 | 1,4 | 2018 | n/a | 2018 | 2,6 | 2018 |
| n/a* | 2020 | 2,9* | 2020 | 3,1 | 2020 | 1,6* | 2020 | 1,5 | 2020 | 3 | 2020 | 2,6* | 2020 |
| RDC | | Egipto | | Guiné Equatorial | | Eritreia | | Eswatini | | Etiópia | | Gabão | |
| 1,8 | 2015 | 1,9 | 2015 | 1 | 2015 | n/a | 2015 | 1,8 | 2015 | 2,4 | 2015 | 3 | 2015 |
| 2,2 | 2018 | 3,6 | 2018 | 1,1 | 2018 | n/a | 2018 | 2,2 | 2018 | 2,4 | 2018 | 3 | 2018 |
| 2,2* | 2020 | 3,6* | 2020 | 1,1* | 2020 | n/a* | 2020 | 3,4 | 2020 | 2,4 | 2020 | 3,5 | 2020 |
| Gâmbia | | Gana | | Guiné | | Guiné-Bissau | | Quênia | | Lesoto | | Libéria | |
| 2,2 | 2015 | 4 | 2015 | 1,6 | 2015 | 2,5 | 2015 | 3,7 | 2015 | 2,4 | 2015 | 1,9 | 2015 |
| 2,6 | 2018 | 4 | 2018 | 1,5 | 2018 | 2,5 | 2018 | 4 | 2018 | 3,9 | 2018 | 2,9 | 2018 |
| 2,1 | 2020 | 4* | 2020 | 1,5* | 2020 | 2,1 | 2020 | 2,1 | 2020 | 3,9* | 2020 | 3,2 | 2020 |
| Líbia | | Madagáscar | | Malawi | | Mali | | Mauritânia | | Maurícias | | Marrocos | |
| n/a | 2015 | 1,8 | 2015 | 3,8 | 2015 | 3 | 2015 | 1 | 2015 | 2 | 2015 | 1 | 2015 |
| n/a | 2018 | 2,7 | 2018 | 4,1 | 2018 | 3 | 2018 | 1 | 2018 | 3,4 | 2018 | 1 | 2018 |
| n/a* | 2020 | 2,7* | 2020 | 4,1 | 2020 | 3* | 2020 | 1* | 2020 | 3,4* | 2020 | 1* | 2020 |
| Moçambique | | Namíbia | | Níger | | Nigéria | | Ruanda | | São Tomé e Príncipe | | Senegal | |
| 2,4 | 2015 | 2,7 | 2015 | 2,1 | 2015 | 2,1 | 2015 | 5 | 2015 | 2,3 | 2015 | 2 | 2015 |
| 3,4 | 2018 | 2,7 | 2018 | 2,2 | 2018 | 2,2 | 2018 | 5 | 2018 | 1,9 | 2018 | 2,4 | 2018 |
| 3,4* | 2020 | 2,5 | 2020 | 2,2* | 2020 | 4 | 2020 | 2,6 | 2020 | 1,9* | 2020 | 2,3 | 2020 |
| Seychelles | | República Sarauí | | Serra Leoa | | Somália | | África do Sul | | Sudão do Sul | | Sudão | |
| 2 | 2015 | N/A | 2015 | 2,9 | 2015 | 1,2 | 2015 | 3,7 | | n/a | 2015 | 3,2 | 2015 |
| 2,5 | 2018 | N/A | 2018 | 3,6 | 2018 | 1,2 | 2018 | 3,8 | | n/a | 2018 | 4,1 | 2018 |
| 1,9 | 2020 | N/A | 2020 | 2,3 | 2020 | 1,6 | 2020 | 4 | | 2,6 | 2020 | 4,1* | 2020 |
| Tanzânia | | Togo | | Tunísia | | Uganda | | Zâmbia | | Zimbabwe | | | |
| 3,4 | 2015 | 2,2 | 2015 | 2,1 | 2015 | 2,1 | 2015 | 3,7 | 2015 | 3,2 | 2015 | | |
| 3,8 | 2018 | 2,8 | 2018 | 2,8 | 2018 | 3,4 | 2018 | 3,8 | 2018 | 3,3 | 2018 | | |
| 3,4 | 2020 | 3,7 | 2020 | 2,8* | 2020 | 1,8 | 2020 | 3,8* | 2020 | 3,5 | 2020 | | |

*refere-se ao facto de o Estado-Membro não ter fornecido informações. Por isso, o número anterior foi transferido]

4.1

META ADICIONAL 1 DO PA: Aumentar o número de países com RRD nos seus sistemas de ensino em todos os níveis

Os EM registaram apenas pequenos progressos na inclusão da RRD nos sistemas de ensino em todos os níveis desde o início da apresentação de relatórios em 2015-2016. Desde o início dos relatórios, a média continental para o aumento do número de países com a RRD nos seus

sistemas educativos a todos os níveis aumentou apenas 0,4 pontos. Mesmo com o ligeiro aumento até ao final do ciclo de relatórios de 2019-2020, a pontuação alcançada para esta meta do PA ainda só pode ser classificada como uma **realização limitada**.

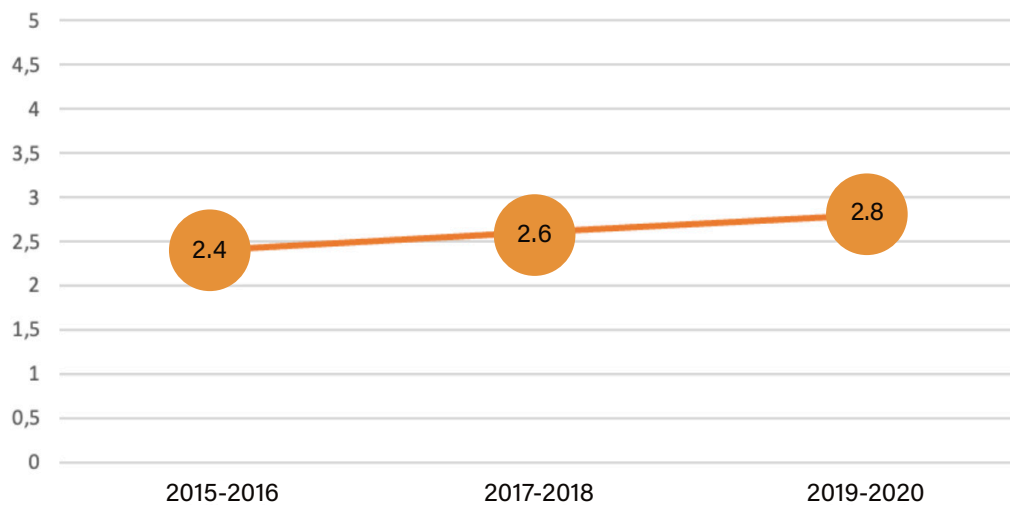


Figura 8: Progressos na integração da RRD nos sistemas educativos a todos os níveis entre períodos de referência

Após uma análise mais aprofundada, uma área significativa de preocupação é a falta de integração da RRD nos níveis primário e secundário. Ao nível continental, as pontuações para ambos os objectivos não progrediram para além de uma realização limitada desde o início do relatório. Esta situação altera-se apenas ligeiramente ao se fazer uma análise por região. De 2015/2016 a 2019-2020, apenas a CEEAC e a SADC conseguiram passar a sua integração da RRD nos currículos do ensino primário para um nível de realização moderado. Todas as outras regiões só conseguiram resultados limitados na integração nos currículos do ensino primário durante os cinco anos. No que respeita à integração da RRD nos currículos do ensino

secundário, apenas a CEEAC, a SADC e o Norte de África indicaram um nível de realização moderado. Os principais desafios à integração da RRD nos currículos do ensino primário e secundário, tal como indicado pelos Estados-Membros, são a falta de conhecimentos dos educadores sobre questões de RRD, um currículo demasiado sobrecarregado e a menor prioridade atribuída às questões de RRD. É necessário que os Estados Membros e as instituições se concentrem mais na educação em matéria de RRD nos níveis de ensino mais baixos, o que pode ter um impacto mais significativo na salvação de vidas e meios de subsistência.

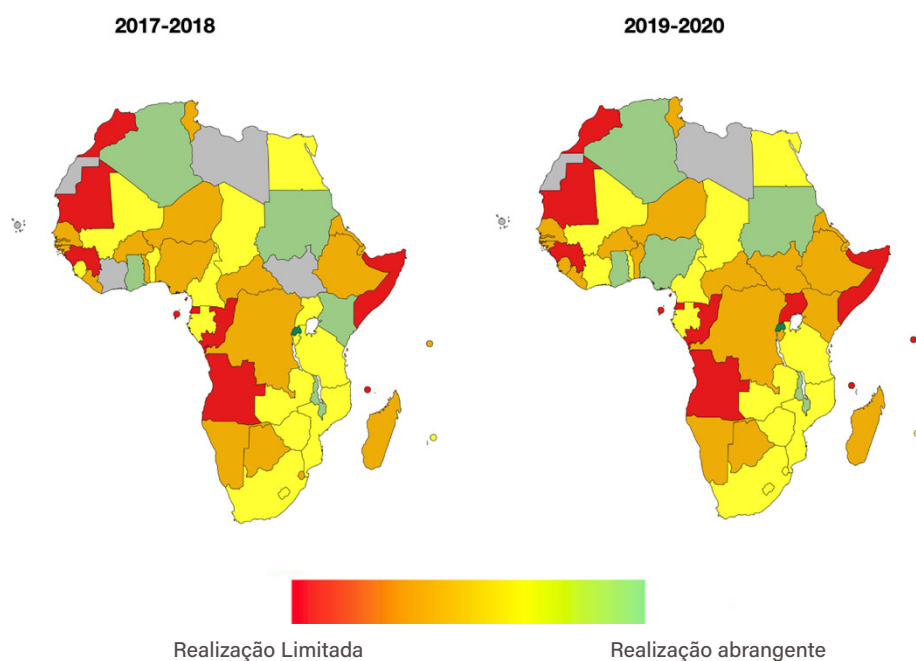
Tabela 21: Temas em Matéria de RRD Integrados em todos os Programas Curriculares (2015-2020)

| REC | RRD no ensino primário | | | RRD no ensino secundário | | | RRD no ensino superior | | | RRD em cursos profissionais | | | ÍNDICE DO PAÍS | | |
|-----------------|------------------------|-----------|-----------|--------------------------|-----------|-----------|------------------------|-----------|-----------|-----------------------------|-----------|-----------|----------------|-----------|-----------|
| | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 |
| EAC | 2.8 | 3.1 | 2.8 | 2.8 | 3.2 | 2.4 | 3.4 | 3.7 | 3.4 | 3.3 | 3.4 | 3.1 | 3.3 | 3.3 | 2.9 |
| CEEAC | 2.5 | 2.9 | 3.4 | 2.4 | 2.8 | 3.2 | 2.6 | 2.8 | 3.6 | 2.1 | 2.5 | 3,7 | 2.2 | 2.5 | 2.4 |
| CEDEAO | 2.8 | 2.9 | 2.0 | 2.4 | 2.0 | 2.3 | 2.1 | 3.3 | 3.2 | 2.3 | 3.1 | 3.0 | 1.8 | 2.0 | 2.6 |
| IGAD | 2.9 | 3.1 | 2.5 | 2.7 | 3 | 1.7 | 4.0 | 4.2 | 3.7 | 3.9 | 4.1 | 3 | 2.7 | 3 | 2.5 |
| SADC | 2.5 | 3.1 | 3.6 | 2.2 | 2.6 | 3.2 | 3.2 | 3.7 | 3.7 | 2.7 | 3.0 | 3.5 | 3.7 | 3.2 | 3.5 |
| Norte de África | 1.0 | 2.0 | 2.2 | 1.0 | 1.6 | 3 | 1.4 | 2.4 | 3.6 | 1.0 | 2.5 | 3.5 | 1.1 | 2.1 | 3.0 |
| África | 2.4 | 2.8 | 2.7 | 2.2 | 2.5 | 2.6 | 2.7 | 3.3 | 3.5 | 2.5 | 3.1 | 3.3 | 2.4 | 2.6 | 2.8 |

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

A maioria dos progressos na consecução da Meta 1 do PA foi registada ao nível do ensino superior e da DRR nos cursos profissionais. A maioria das regiões informou que passou de uma situação de não-cumprimento ou de cumprimento limitado da Meta no respeitante à integração no ensino superior e à integração nos cursos profissionais em 2015-2016 para um cumprimento moderado em toda a extensão até 2019/2020. Se esta tendência ascendente se mantiver,

ambos os sub-indicadores relacionados com a integração da RRD nos currículos do ensino superior e nos cursos profissionais poderão alcançar resultados substanciais durante um futuro ciclo de relatórios. A melhoria destes dois indicadores deve-se na maioria às necessidades actuais do mercado e à natureza dos estudos sobre o risco de desastres. No continente estão presentes vários cursos de licenciatura.



Mapa 10: RRD Integrado em todos os Currículos (2015-2018) [o designer precisa de atualizar os mapas]

- As áreas em cinzento significam que os EM não forneceram dados. (Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

Embora esta meta do PA apenas tenha sido alcançada de forma limitada no continente, muitos EM têm tomado medidas para aumentar a integração da RRD na educação a todos os níveis. Especificamente, o Egipto, Gabão, Quênia, Malawi, Mali, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, Zâmbia, Tanzânia e Uganda incluíram nas suas políticas e/ou legislação nacionais um foco específico para melhorar a integração da RRD na educação a todos os níveis. Estes esforços já começaram a dar frutos. Podem servir de exemplos de boas práticas para outros Estados-Membros do continente. Em geral, é necessário um esforço mais concertado em todas as regiões para envolver os Estados-Membros e incluir a

RRD, especificamente no ensino primário e secundário. O actual modelo de implementação encontra-se fragmentado e aleatório, concentrando-se demasiadamente em ganhos específicos ao nível local. A integração da RRD ao nível do ensino primário e secundário apenas será efectiva se uma abordagem do topo para a base a impulsionar através dos vários departamentos de educação dos EM. Recomenda-se que os parceiros de cooperação internacional envolvam os EM ao nível nacional para facilitar a integração em todas as escalas e garantir a implementação nacional para obter o máximo de benefícios.

4.2 META ADICIONAL 2 DO PA: Aumentar a integração da RRD nas estruturas, mecanismos e processos regionais e nacionais de desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas

Relativamente à Meta 2 do PA, aumentar a integração da RRD nos quadros, mecanismos e processos regionais e nacionais de desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas. O continente registou pequenos progressos desde o início dos relatórios em 2015/2016.

Desde essa altura até ao período de relatório mais recente, 2019/2020, a pontuação geral para esta meta aumentou apenas 0,6 e permanece dentro do intervalo de **realização limitada**.

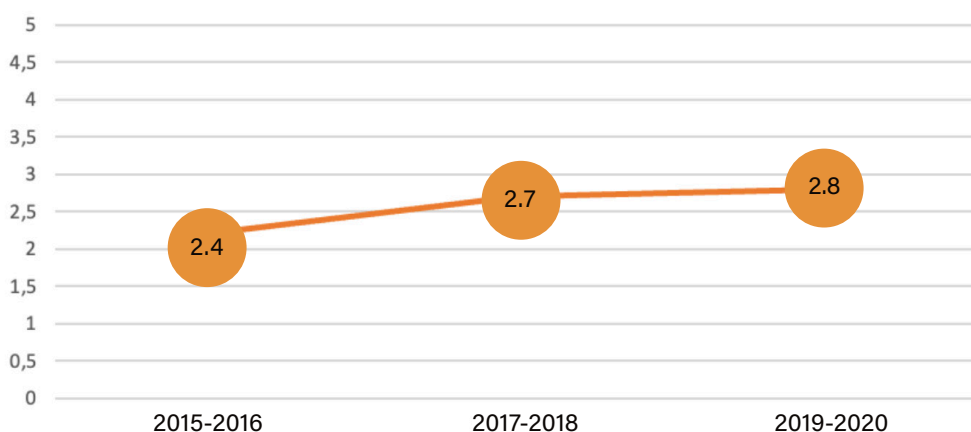


Figura 9: Aumentar a integração da RRD nas estruturas, mecanismos e processos regionais e nacionais de desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

Entretanto, quando se analisa os relatórios das CER, pode-se observar um progresso mais significativo pela maioria das CER entre os dois períodos de relatório mais recentes e desde o início dos relatórios. Por exemplo, entre 2017/2018 e 2019/2020, a CEEAC, a CEDEAO, a SADC e o Norte

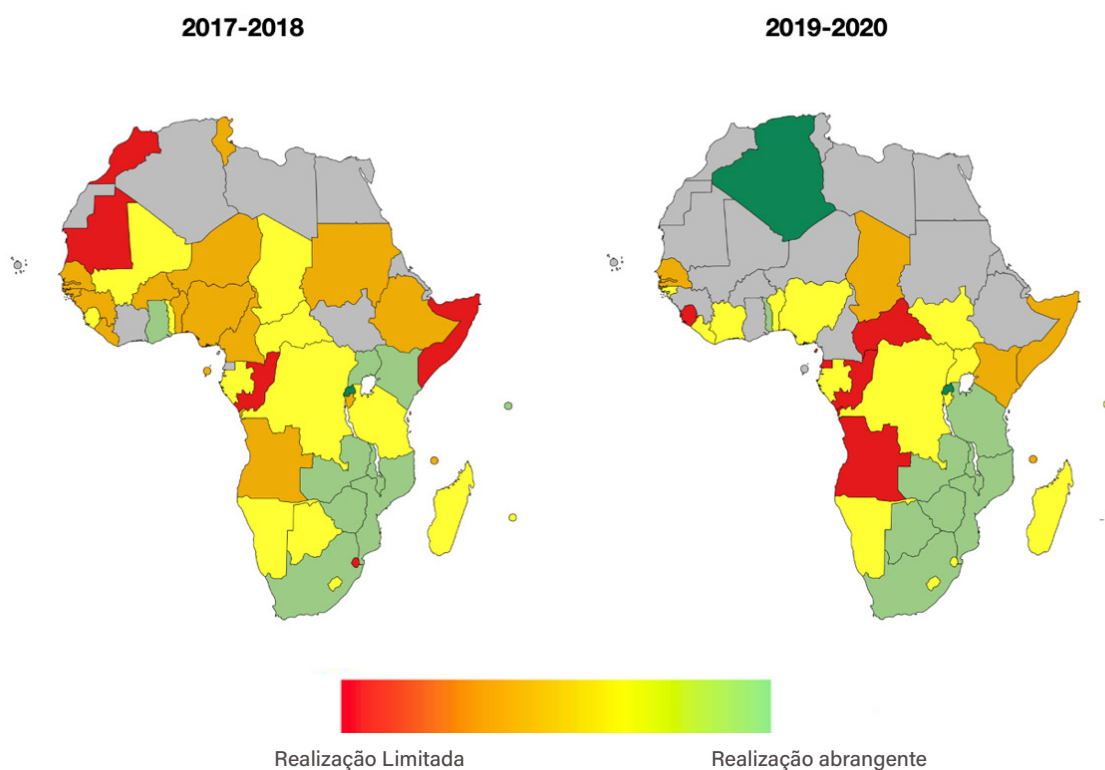
de África relataram melhorias relativamente a esta meta. Naturalmente, estas melhorias fizeram com que a maioria destas regiões passasse do nível de realização limitada para o nível de realização moderada deste indicador.

Tabela 22: Integração da RRD, do Desenvolvimento Sustentável e das Alterações Climáticas

| Integração da RRD, do DS e das Alterações Climáticas | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|
| CER | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 |
| EAC | 2.8 | 3.3 | 2.5 |
| CEEAC | 2.2 | 2.2 | 3.6 |
| CEDEAO | 2.0 | 2.3 | 2.8 |
| IGAD | 2.1 | 2.4 | 1.2 |
| SADC | 2.5 | 3.5 | 3.6 |
| Norte de África | 2.0 | 2.5 | 3.0 |
| África | 2.2 | 2.7 | 2.8 |

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

Gana e Mali relataram progressos notáveis na integração da RRD nas políticas e quadros ambientais, incluindo a CCA. Além disso, o Gana, a Guiné-Bissau e a Serra Leoa destacaram-se na integração da RRD nos instrumentos financeiros na região da CEDEAO. Na região UMA, a Tunísia dispõe de legislação/políticas orientadas para o futuro que abordam o objectivo global e continental de integrar a RRD nos quadros, mecanismos e processos nacionais de desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas. Além disso, a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (2012), a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (2014) e textos regulamentares específicos integram a RRD em todos estes domínios. Nos últimos dez anos, a região da SADC também registou um desenvolvimento razoável de capacidades neste domínio. É evidente, com base na investigação, que mais EM da SADC garantem a inclusão da RRD nas políticas ambientais e vice-versa.



Mapa 11: RRD nas Estratégias de Desenvolvimento Sustentável e Alterações Climáticas (2015-2018)

- (Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

A tendência a longo prazo para esta meta, desde o primeiro período de relatório até ao presente, revela-se igualmente positiva, com uma clara tendência ascendente na consecução da meta. Desde 2015-2016, a CEEAC, a SADC e o Norte de África progrediram para a consecução moderada da meta, enquanto a CEDEAO está prestes a aderir a este grupo. A única região que registou um declínio ao longo do tempo na consecução deste indicador foi a IGAD. A região da IGAD passou de uma pontuação de 2,1 durante o primeiro período de referência para 1,2 durante 2019-2020.

Considerando as várias escalas temporais e pontuações alcançadas, a realização do indicador pelos continentes pode ser descrita como uma **realização limitada com uma clara tendência ascendente**. Muitos exemplos de

boas práticas das várias CER sustentam esta tendência de forma positiva. Embora as CER e os seus Estados-Membros tenham registado progressos na integração das alterações climáticas, do desenvolvimento sustentável e da redução do risco de desastres, persistem desafios. Por exemplo, existem por vezes estruturas de governação nacional e ministérios separados para a RRD e o clima, dificultando uma integração óptima. A integração ocorre principalmente ao nível das políticas e da legislação, e a sua aplicação é ainda limitada. Os Estados-Membros e as CER devem procurar uma melhor integração para efeitos de aplicação. Além disso, o sector dos seguros em muitos EM ainda precisa integrar a RRD em mais actividades, uma vez que a maioria dos Estados Membros indica pouco ou nenhum progresso.

4.3 META ADICIONAL 3 DO PA: Ampliar o âmbito e aumentar o número de fontes de financiamento interno para a RRD

Os Estados-Membros subestimaram significativamente o número de fontes de financiamento interno para a RRD. Isto deve-se principalmente ao facto de o financiamento estar distribuído por vários sectores e esferas do governo. Os Estados-Membros indicaram que este objectivo de financiamento não está devidamente definido, tornando a obtenção de dados um problema. No entanto, vários EM comunicaram o número de programas de RRD financiados internamente..

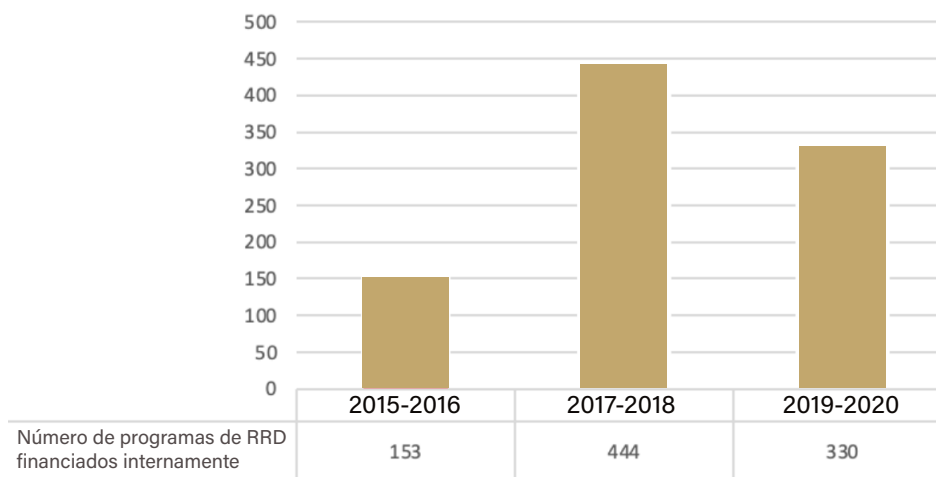


Figura 10: O número de programas de RRD financiados internamente em África nos períodos em análise.

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

O número de programas de RRD financiados internamente flutuou drasticamente desde o início dos relatórios em 2015-2016. Por exemplo, entre 2015-2016 e 2017-2018, registou-se um aumento de quase três vezes no número de programas de RRD financiados internamente no

continente. Esta subida drástica pode ser devida ao Quadro de Acção de Sendai lançado em 2016, com o qual todos os EM se comprometeram. Este facto pode ter provocado um aumento temporário do compromisso político e do investimento em programas de RRD no continente. No

entanto, o aumento dos programas de RRD financiados ao nível nacional não se prolongou para o ciclo de relatórios de 2019-2020, com um declínio acentuado dos projectos financiados. Para o período de 2019-2020, apenas 330 projectos de DRR foram financiados ao nível nacional. Este declínio nos programas de RRD financiados ao nível nacional pode estar associado ao surgimento da pandemia da Covid-19 e à subsequente redistribuição de fundos governamentais para combater a propagação do vírus. Assim, o continente apresenta um progresso moderado na consecução da Meta 3 do PA. Registou-se um aumento nos investimentos dos governos nacionais em programas de RRD desde o início do relatório. Contudo, alguns desafios

persistem e precisam ser resolvidos. Por exemplo, a percentagem de atribuição e desembolso de fundos para a RRD tem geralmente sido muito complexo conseguir obter dos departamentos governamentais porque os projectos ou actividades são geridos a vários níveis nos EM, mas não são detalhados para a RRD. Além disso, os dados relativos aos programas de RRD, geralmente, não são registados separadamente, sendo integrados no custo geral dos projectos. Recomenda-se que os Estados-Membros criem mecanismos para acompanhar os projectos de RRD financiados ao nível nacional. É, sim, necessário melhorar a apresentação de relatórios aos níveis local e nacional.

4.4

META ADICIONAL 4 DO PA: Aumentar o número de países que dispõem de planos de preparação informados sobre os riscos e de mecanismos de resposta, recuperação e reconstrução pós-desastre, e que os testam periodicamente

A Meta 4 do PAO é tradicionalmente uma das metas com melhor desempenho no continente, visto que a mesma passou de uma realização limitada no primeiro ciclo de relatórios (2015-2016) para uma realização moderada nos dois ciclos seguintes de relatórios, incluindo 2019-2020. A maioria dos EM tem uma forte tradição de desenvolvimento, teste e execução de planos e mecanismos de preparação de resposta, recuperação pós-desastre e reconstrução informados sobre os riscos.

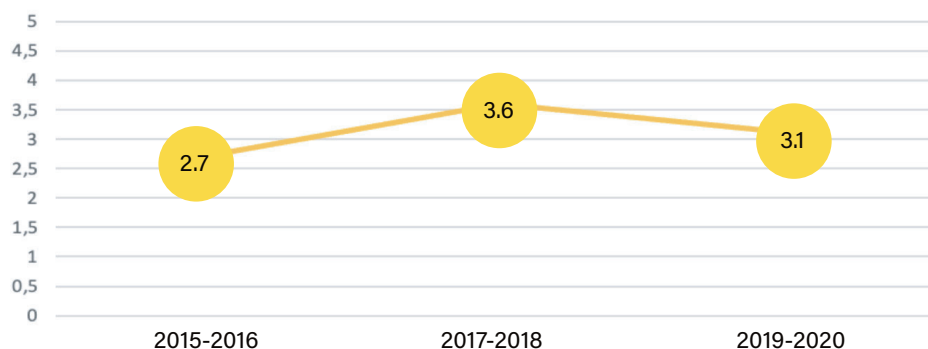


Figura 11: Pontuação geral para os países que testam periodicamente os planos de preparação, os mecanismos de resposta, recuperação e reconstrução pós-desastre informados sobre os riscos entre os períodos de referência

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

Apesar dos progressos na consecução desta meta terem, em geral, registado uma tendência ascendente ao longo do tempo, também se verificaram tendências descendentes acentuadas durante o ciclo de relatórios de 2019-2020. Tanto a EAC como a IGAD comunicaram diminuições significativas na sua pontuação, passando de uma realização moderada da meta durante o ciclo anterior para nenhuma realização durante 2019-2020. Esta diminuição pode ser atribuída ao declínio das capacidades técnicas e de competências do pessoal e dos voluntários no sistema de preparação. Ambas as regiões indicaram igualmente que não se tinham realizado avaliações independentes das capacidades de preparação durante 2019-2020. Existe também uma ausência geral de cooperação ao nível nacional entre as agências de resposta, o que origina uma má compreensão dos recursos disponíveis actualmente para apoiar a preparação e os planos de contingência.

Mesmo com o retrocesso registado pela EAC e pela IGAD em 2019-2020, pode dizer-se que os resultados do continente se situam a um nível de **realização moderado, com tendência a melhorar.**

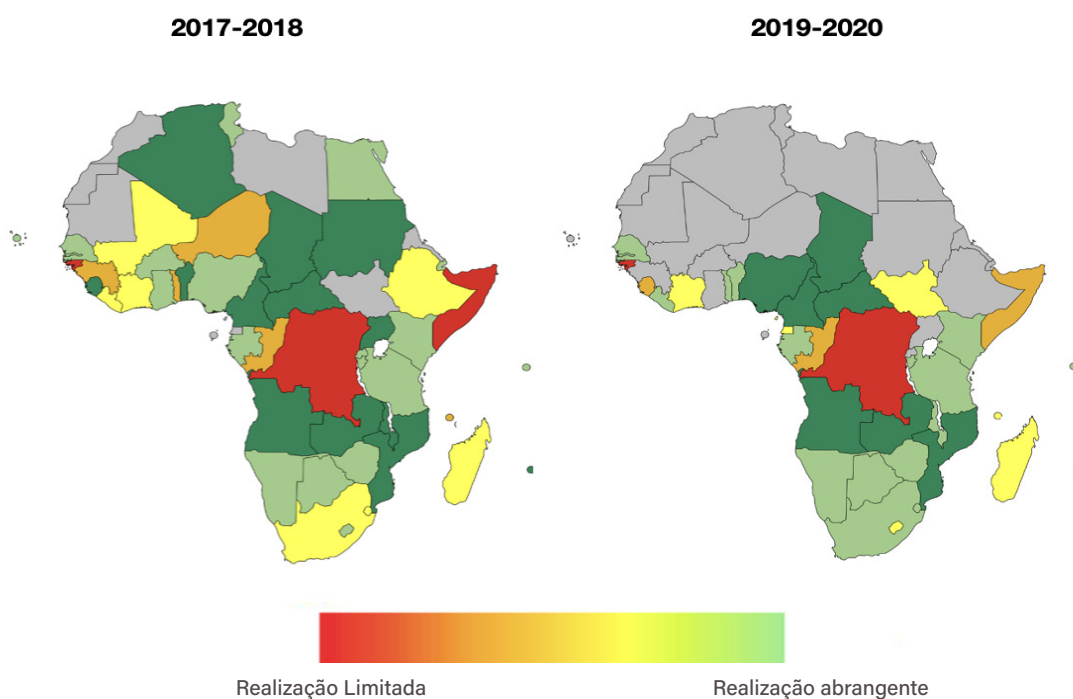
O Norte de África apresentou o melhor desempenho nesta meta desde o início dos relatórios em 2015-2016 e atingiu o nível de realização substancial. Nos casos da Argélia, Egípto, Marrocos e Tunísia, este progresso foi atribuído a um regimento bem estabelecido de preparação para desastres e planos de contingência em vigor a todos os níveis administrativos. Estes planos estão actualizados através de exercícios regulares de formação e ensaios para testar a sua precisão. Historicamente, a região da SADC também tem um papel de liderança na obtenção de progressos no planeamento da prontidão informada pelo risco. Esta tendência continuou com Comores, Eswatini e África do Sul a darem passos significativos na melhoria da sua capacidade de planeamento de preparação durante 2019-2020. Os Estados Membros atribuíram algumas melhorias ao aumento das actividades de avaliação e planeamento do risco de catástrofes nas comunidades em risco. A CEEAC registou grandes progressos neste indicador durante o período de referência de 2019-2020. Em

Tabela 23: Progressos Regionais relativos a Meta 4 do PA entre os Períodos de Referência

| CER | 2015-2016 | 2017-2018 | 2019-2020 |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|
| EAC | 2.4 | 3.1 | 1.8 |
| CEEAC | 2.0 | 3.0 | 3.7 |
| CEDEAO | 2.9 | 3.3 | 3.4 |
| IGAD | 3.0 | 3.7 | 1.3 |
| SADC | 3.0 | 3.8 | 3.7 |
| Norte de África | 3.2 | 4.6 | 4.7 |
| AFRICA | 2.7 | 3.6 | 3.1 |

(Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

2019-2020, Burundi, Chade, Gabão e a República do Congo registaram bons progressos na implementação de planos de preparação e resposta a desastres sensíveis ao risco, assim como mecanismos de recuperação e reconstrução pós-desastre.



Mapa 12: Planos de Preparação e Mecanismos de Resposta Informados sobre os Riscos (2015-2018)

- As áreas em cinzento significam que os EM não forneceram dados. (Fonte: Relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR e o PA, relatórios apresentados pelos Estados-Membros à CUA)

META ADICIONAL 5 DO PA: Aumentar o número de redes e parcerias regionais para a gestão de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades

Os Estados-Membros da **SADC** não relataram o estabelecimento de muitas redes novas durante o ciclo de relatórios de 2019-2020. Entretanto, existem cada vez mais redes de cooperação entre entidades estatais e as universidades. Por exemplo, o Botswana, o Eswatini e a Zâmbia indicaram que os académicos participam nos seus mecanismos nacionais de coordenação da RRD (como os Fóruns de Gestão de Catástrofes), enquanto fornecem investigação sobre questões cruciais relacionadas com a gestão do risco de desastres. A CER-SADC também estabeleceu uma rede regional crucial na forma do Centro Humanitário e de Emergência (SHOC) em Nacala, Moçambique. O SHOC tem por objectivo reforçar as capacidades de resposta humanitária, de RRD e de emergência da região. No **Norte de África**, existem redes para a RRD, mas infelizmente não foram comunicadas pelos Estados-Membros novas redes para 2019-2020. A rede PeriPeri U é citada como uma rede que tem estado activa na região há vários anos.

CER-ECCAS comunicou parcerias com a União Europeia em matéria de política ambiental, WWF/CIFOR/definição de florestas, UN-Habitat/política fundiária, FAO/AU-IBAR/política agrícola, ICAT/projeto de centro regional sobre transparência climática e União Africana/ClimSA/Implementação do Quadro Global para os Serviços Climáticos na África Central. **IGAD** iniciou redes com os

meios de comunicação social e os jornalistas para apoiar uma informação mais correcta dos meios de comunicação social sobre a prevenção, a preparação e a resposta aos riscos. A actual estratégia regional de GRD procura também desenvolver um centro regional de excelência em GRD e uma rede com instituições de ensino superior para a gestão do conhecimento. **CEDEAO** aprofundou as suas redes com instituições científicas e académicas relevantes para a promoção da RRD na região. Isto inclui uma estreita colaboração em rede com centros regionais como o ACMAD e o AGRHYMET para apoio sustentado, formação relevante e previsão de fenómenos hidrometeorológicos extremos. Outras partes interessadas importantes são as universidades e as instituições de ensino superior e os centros de investigação. **EAC** relatou a inexistência de redes ou parcerias para a gestão do conhecimento e desenvolvimento de capacidades que poderiam ajudar a abordar o risco de desastres na região. Contudo, a região está activamente envolvida na Capacidade de Risco de África.

Dado que a maioria das regiões, excepto uma, tem algumas redes em funcionamento, o continente alcançou um **nível de realização moderado** para o Meta 5. Para melhorar, devem ser criadas mais redes para gerir os riscos transfronteiriços.

DESAFIOS

O relatório identificou vários desafios relacionados com os relatórios dos Estados-Membros sobre o SFDRR. Em particular, os Estados-Membros têm dificuldade em compilar e comunicar as perdas resultantes de catástrofes e outros dados. Essas perdas são registadas em vários sectores com muito fraca coordenação. Embora os Estados-Membros estejam empenhados no financiamento da RRD, a sua natureza intersectorial torna a comunicação muito problemática (dinheiro nos sectores). As competências técnicas (em matéria de RRD) e as deficiências institucionais na gestão dos dados continuam a ser insuficientes, nomeadamente nas estruturas nacionais de RRD. Os relatórios sobre o Monitor do Quadro de Sendai são muito limitados e fracos e a utilização do DesInventar, uma ferramenta muito útil, é inexistente.

Além disso, a participação no relatório bienal diminuiu significativamente em relação ao período abrangido pelo relatório anterior, tendo as taxas de participação descido de 91% para 57%. Apesar de terem sido disponibilizadas aos Estados-Membros inúmeras interações presenciais e uma plataforma on-line contínua para resolver eventuais problemas de apresentação de dados, a participação diminuiu lamentavelmente. Dos 55 países, apenas 31 forneceram informações. Outros dez países iniciaram o processo de apresentação, mas acabaram por não apresentar nenhum dado, ao passo que 14 países nem sequer iniciaram o processo de apresentação.

RECOMENDAÇÕES

Com base nos dados recolhidos e nas tendências emergentes da análise das metas do SFDRR e do Plano de Acção para 2019-2020, as seguintes recomendações podem ser feitas e devem ser abordadas pelas CER e pelos EM.

Recomendações Decorrentes do Ciclo de Relatórios de 2019-2020

- A CUA, as CER e os EM devem desenvolver uma metodologia consensual para avaliar as perdas económicas directas provocadas pelas catástrofes.
- Os EM e as CER registam deficientemente as perdas directas causadas por catástrofes. Devem ser criados melhores mecanismos de coordenação, e sugere-se que os EM e as CER façam esforços concertados para estabelecer vínculos com as suas instituições nacionais de investigação e universidades, que possam desempenhar um papel valioso na recolha e gestão desses dados regularmente.
- A CUA, as CER e os EM devem desenvolver uma metodologia consensual para avaliar a natureza e a extensão das perdas monetárias infligidas por catástrofes em infraestruturas críticas e a interrupção da prestação de serviços críticos.
- Os EM devem investir mais recursos financeiros no desenvolvimento de tecnologias de recolha de dados e de competências em todos os níveis do governo, especialmente ao nível local, a fim de melhorar a recolha de dados relativos às metas A, B, C e D da SFDRR.
- A CUA e as respectivas CER devem envidar esforços concertados para apoiar os EM que ainda não dispõem de políticas, leis e estratégias nacionais para a RRD.
- Devem ser criados fluxos de rastreio de financiamento para acompanhar os fundos atribuídos à implementação de políticas e estratégias de RRD em todas as esferas do governo, e estes devem ser comunicados anualmente à CER.
- Embora a cooperação bilateral e multilateral para a RRD no continente seja extensa, os EM devem promover firmemente a assistência técnica e monetária que se adapte aos seus respectivos perfis de risco e necessidades de RRD.
- Os EM e as CER devem continuar a colaborar com vários doadores e parceiros académicos e comunitários para desenvolver ou melhorar os sistemas de alerta precoce para facilitar a acção precoce e reduzir as perdas em todo o continente africano no que diz respeito a vidas e meios de subsistência.
- As CER devem priorizar o desenvolvimento de sistemas transfronteiriços de alerta precoce de múltiplos riscos que apoiem os sistemas nacionais de alerta precoce.
- É necessário um esforço mais concertado em todas as regiões para envolver os Estados-Membros na inclusão da RRD, especificamente no ensino primário e secundário. Os diferentes departamentos de educação devem impulsionar os esforços de integração nos Estados-Membros em cooperação com parceiros de cooperação internacional e instituições de ensino superior.
- Os Estados-Membros devem criar mecanismos institucionais e técnicos para melhorar a partilha de dados intergovernamentais relativos às perdas de infraestruturas económicas e de prestação de serviços devido a catástrofes.
- Os Estados-Membros devem melhorar a cooperação entre os departamentos governamentais responsáveis pela adaptação às mudanças climáticas e pela redução do risco de catástrofes aos níveis político, legislativo e de execução de projectos.
- Incentivar os esforços do sector dos seguros nos EM para integrar a RRD em mais actividades e produtos de seguros.
- Os EM e as CER devem estabelecer mecanismos para acompanhar os projectos RRD financiados a nível nacional, a fim de melhorar a apresentação de relatórios sobre a Meta 3 do PA.

- Desenvolver continuamente capacidades técnicas e competências do pessoal de gestão do risco de catástrofes e dos voluntários da comunidade para melhorar a planificação da preparação nos EM.
- Os EM e as CER devem estabelecer mais parcerias para gerir os riscos transfronteiriços.
- Os relatórios anuais a nível nacional sobre o SFDRR e o PA devem ser aplicados e aumentados para o nível das CER.
- Deve-se dar ênfase específico para garantir a desagregação (género, idade, capacidades, etc.) e meta-dados.
- As estruturas nacionais de redução do risco de desastres e as Unidades de RRD das CER devem ser reforçadas

CONCLUSÃO

Os dados recolhidos para o Relatório Bienal revelam que, durante o ciclo de relatórios de 2019-2020, o continente apenas registou progressos limitados em relação às Metas de SFDRR, com apenas

2 das 7 metas de SFDRR alcançadas out 7 SFDRR

A realização da meta de PA durante o período do relatório foi ligeiramente melhor, com

pontuações moderadas alcançadas ara 3 das 5 metas de PA.s

Consequentemente, ainda há margem para melhorias substanciais por parte da CUA, CER e EM nos ciclos de apresentação de relatórios subsequentes, a fim de alcançar os objectivos SFDRR e PA. Entretanto, para a concretização, deve-se enfrentar desafios específicos.

O Relatório Bienal identificou vários desafios relacionados com a apresentação de relatórios sobre o SFDRR pelos EM. O mais relevante é o facto de os Estados-Membros enfrentarem dificuldades para gerar e comunicar as perdas resultantes de catástrofes e outros dados. Essas perdas são registadas em vários sectores com muito fraca coordenação. Embora os Estados-Membros estejam empenhados no financiamento da RRD, a natureza de

múltiplos sectores torna problemática a elaboração de relatórios. A competência técnica e as deficiências institucionais na gestão de dados continuam a ser inadequadas, especialmente nas estruturas nacionais de RRD. A dependência de uma agência/organização central de estatística para registar e comunicar as catástrofes e as perdas demonstrou ineficiências, e as unidades/gabinetes/centros/agências nacionais de RRD devem assumir a responsabilidade por essa gestão de dados. A investigação também revelou que alguns Estados-Membros comunicam estatísticas relacionadas com catástrofes utilizando o Monitor do Quadro de Sendai, enquanto outros utilizam o DesInventar, o EM-DAT ou os seus próprios métodos de comunicação. Este facto cria uma fragmentação na metodologia de comunicação de dados relacionados com desastres no continente e contribui para que algumas metas e indicadores sejam seriamente sub-notificados. A CUA e as CER devem liderar os esforços para a criação de metodologias e sistemas uniformes para a comunicação de dados de catástrofes para possibilitar uma imagem mais clara sobre o progresso do continente na realização das metas do SFDRR e do PA. Além disso, a UNDRR deve trabalhar mais estreitamente com a CUA para coordenar a recolha e partilha de dados.collection and sharing.

ANEXO A: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE ACORDO COM A MRF

(APÊNDICE 2: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA CADA INDICADOR DA MATRIZ)

Meta Adicional 1 do PA: Aumentar consideravelmente o número de países que integram temas de RRD nos seus sistemas de ensino em todos os níveis, quer como um currículo independente, quer como parte integrante de diferentes currículos.

| Indicador | Elementos-Chave do Indicador | Principais Questões | Meios de Verificação |
|---|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">1. Percentagem de países com currículos de RRD nos seus sistemas de ensino em todos os níveis | <ul style="list-style-type: none">Temas sobre redução dos riscos de desastres estão incluídos nos currículos do ensino primárioTemas sobre redução do risco de desastres estão incluídos nos currículos do ensino secundárioFormação no ensino superior sobre a redução do risco de desastres (redução do risco de desastres incorporada nos currículos: arquitectos, projectistas, médicos, especialistas em agricultura, engenheiros, meio-ambiente e infraestruturas, assistentes sociais, profissionais de saúde, etc.)Foram administrados programas alargados de formação em matéria de redução do risco de desastres para os funcionários das instituições nacionais | <ul style="list-style-type: none">RRD está incluída no currículo educacional nacional?RRD está incluída no currículo escolar do ensino primário?RRD está incluída no currículo do ensino secundário?RRD está incluída no currículo de ensino superior/ terciário?RRD está incluída num currículo de formação profissional?Os currículos escolares, o material didáctico e a formação relevante incluem conceitos e práticas de redução dos riscos e de recuperação? | <ul style="list-style-type: none">Currículo do ensino primárioCurrículo do ensino secundárioCurrículo do ensino superior/ terciárioProgramas de formação profissional na área de RRD |

Meta Adicional 1 do PA: Aumentar consideravelmente o número de países que integram temas de RRD nos seus sistemas de ensino em todos os níveis, quer como um currículo independente, quer como parte integrante de diferentes currículos.

| Sub-indicador | Nível 1 Não se registaram progressos e/ou os progressos pararam, ou retrocederam | Nível 2 Foram realizados pequenos progressos nas acções de redução do risco de desastres de desastres, sem um acções, sem nenhum compromisso sistemático compromisso | Nível 3 Compromisso institucional para a redução do risco de desastres, mas sem progressos substanciais | Nível 4 Compromisso sistemático ao nível político, mas a afectação de recursos é insuficiente | Nível 5 Realização plena com um empenho sustentado |
|--|--|--|--|---|--|
| 1.1 Temas de redução do risco de desastres estão incluídos nos currículos do ensino primário | Não se registaram progressos na integração de elementos de redução do risco de desastres nos currículos do ensino primário e nas actividades escolares ao nível primário | Existe consciencialização da necessidade de se integrar o risco de desastres nos currículos do ensino primário, embora os esforços ainda não tenham dado frutos. Foram envidados outros esforços de forma improvisada | A integração do risco de desastres nos currículos do ensino primário está em andamento, porém, numa fase ainda muito inicial | A integração do risco de desastres nos currículos do ensino primário está consideravelmente avançada | O risco de desastres encontra-se plenamente integrado, de forma transversal, em todo o ensino primário e secundário. |
| Os elementos de redução do risco de desastres integram os currículos do ensino secundário | Não se registaram progressos na integração de elementos de redução do risco de desastres nos currículos do ensino secundário e nas actividades escolares ao nível do ensino secundário | Há uma consciencialização sobre a necessidade de se incorporar o risco de desastres nos currículos do ensino secundário, embora os esforços ainda não tenham dado frutos. Foram envidados outros esforços de forma improvisada | A integração de temas do risco de desastres nos currículos do ensino secundário está em andamento, porém numa fase muito precoce | A integração do risco de catástrofes nos currículos do ensino secundário está significativamente avançada | Risco de desastres está plenamente integrado, de forma transversal, em todo o ensino secundário. |

| | | | | | |
|--|--|---|--|---|---|
| <p>1,3. Formação no ensino superior/ terciário sobre a redução do risco de desastres (redução do risco de desastres incorporada nos currículos: arquitectos, projectistas, médicos, especialistas em agricultura, engenheiros, meio-ambiente e infraestruturas, assistentes sociais, trabalhadores da saúde, etc.)</p> | <p>Não se registaram progressos na integração da redução do risco de desastres no ensino superior/ terciário currículos e formação</p> | <p>Consciencialização da necessidade de integrar a prevenção e o risco de desastres nos currículos do ensino superior, porém ainda não há resultados.</p> | <p>A integração da RRD nos currículos dos estabelecimentos de ensino superior/terciário está em curso</p> | <p>Registaram-se avanços significativos na integração da RRD nos currículos do ensino superior/ terciário curricula</p> | <p>O ensino superior/ terciário promove plenamente a formação profissional e a investigação no domínio da RRD</p> |
| <p>1. Programas alargados de formação em redução do risco de desastres para pessoal institucional de Instituições do país realizados</p> | <p>Não existem programas de formação para o reforço das capacidades em matéria de RRD para as partes interessadas institucionais</p> | <p>Foram lançadas algumas iniciativas de formação de funcionários em RRD, basicamente em resposta aos desastres</p> | <p>Existem processos limitados em curso para contratar pessoal com experiência em questões de RRD e está disponível um certo apoio à formação para reforçar a capacidade institucional</p> | <p>Estão em curso processos avançados de contratação de pessoal com experiência em questões de RRD, estando disponível apoio para formação para reforçar a capacidade institucional</p> | <p>Promovem-se e realizam-se acções de formação sobre RRD para profissionais e técnicos</p> |

Meta Adicional 2 do PA: Aumentar a integração da RRD nas estruturas, mecanismos e processos regionais e nacionais de desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas

| Indicador | Elementos-Chave do Indicador | Principais Questões | Meios de verificação |
|---|---|--|--|
| 2. Percentagem de CER com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos regionais de desenvolvimento sustentável | <ul style="list-style-type: none"> • Redução do risco de desastres é um objectivo integral das políticas e planos regionais e nacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental • Os quadros, mecanismos e processos regionais e nacionais de adaptação às alterações climáticas incluem elementos que abordam a redução do risco de desastres. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ A RRD está incluída nos planos de desenvolvimento sustentável regionais e nacionais? ▪ A RRD está incluída nos quadros, mecanismos e processos regionais e nacionais de adaptação às alterações climáticas? ▪ São avaliados os impactos do risco de desastres causados pelos principais projectos de desenvolvimento? ▪ Os custos/benefícios do risco de desastres são tidos em conta na concepção e funcionamento dos principais projectos de desenvolvimento? | <ul style="list-style-type: none"> • Projectos e programas de adaptação às alterações climáticas, planos e relatórios intercalares de execução • Planos de desenvolvimento de programas e relatórios de execução - Relatórios de avaliação do impacto ambiental (AIA) • Acordos de financiamento de projectos |
| 3. Percentagem de países com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos nacionais de desenvolvimento sustentável | | | |
| 4. Percentagem de CER com RRD integrada em quadros, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas | | | |
| 5. Percentagem de países com RRD integrada nos quadros, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas | | | |

| Sub-indicador | Nível 1 Não se registaram progressos e/ou os progressos pararam, ou retrocederam | Nível 2 Foram realizados pequenos progressos nas acções de redução do risco de desastres, sem acções, sem nenhum compromisso sistemático | Nível 3 Compromisso institucional para a redução do risco de desastres, mas sem progressos substanciais | Nível 4 Compromisso sistemático ao nível político, mas a afectação de recursos é insuficiente | Nível 5 Realização plena com um empenho sustentado |
|---|---|---|--|--|--|
| 2.1 Redução do risco de desastres é um objectivo integral das políticas e planos regionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental. | Não se registaram progressos na inclusão de elementos de redução do risco de desastres nas políticas e planos regionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental | Registaram-se alguns progressos na inclusão da redução do risco de desastres nas políticas e planos regionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, nomeadamente no que respeita à utilização dos solos, à gestão dos recursos naturais e à gestão ambiental, gestão dos recursos naturais. | Forte consciencialização da relação entre a redução do risco de desastres e as políticas e planos regionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental. Tentativas limitadas de relacionar as questões de RRD com as políticas e planos regionais e nacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental | Políticas e planos regionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão do ambiente incluem questões relacionadas com a redução do risco de desastres, devendo, no entanto, serem tidas em conta como um tema transversal | A RRD está plenamente integrada nas políticas e planos regionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental como tema transversal |
| 2.2 O sector dos seguros participa activamente na redução do risco de desastres | Não existe na região ou no país um sistema de seguros contra o risco de desastres, ou não se aplica | As apólices de seguro integram algumas condições de prevenção relacionadas com determinados bens ou pessoas, porém de forma limitada e sem avaliação técnica das situações de risco | Sensibilização para a criação desses mecanismos pelos habitantes das zonas de risco. A participação do sector privado na oferta de seguros relacionados com desastres é limitada | Estabelecimento de seguros contra riscos de desastres com base num maior conhecimento técnico dos riscos. Pouco conhecimento ou sensibilização por parte de alguns potenciais beneficiários | Forte participação das agências de seguros na avaliação dos riscos, com sistemas desenvolvidos para diferentes zonas geográficas e sectores económicos |

| | | | | | |
|---|---|---|---|--|--|
| 2.3 As instituições financeiras incluíram critérios de RRD na aprovação do financiamento de projectos | A prevenção de desastres não consta dos critérios de aprovação de projectos em zonas geográficas e sectores económicos em risco | As instituições financeiras têm consciência da necessidade de integrar a avaliação de riscos nos seus critérios de aprovação. poucos progressos concretos | Algumas empresas financeiras integram elementos de avaliação de risco nos seus critérios de aprovação, embora não de forma organizada. Pelo contrário, podem estar a agir com base nas considerações ambientais que foram previamente estabelecidas | A gestão do risco de desastres constitui um requisito para o financiamento de projectos de desenvolvimento, localizados em áreas de risco. Contudo, subsistem problemas de implementação | Muitas instituições financeiras do país desenvolveram metodologias de avaliação de riscos de desastres e aplicam regularmente critérios obrigatórios de avaliação de riscos antes de aprovarem financiamentos de projectos |
|---|---|---|---|--|--|

Indicador 3 Critérios de Avaliação

| Sub-indicador | Nível 1 Não se registaram progressos e/ou os progressos pararam, ou retrocederam | Nível 2 Registaram-se progressos pouco significativos nas acções de redução do risco de desastres, sem compromisso sistemático | Nível 3 Compromisso institucional para a redução do risco de desastres, mas sem progressos substanciais | Nível 4 Compromisso sistemático ao nível político, mas a dotação de recursos é insuficiente | Nível 5 Realização plena com um empenho sustentado |
|---|--|--|---|---|--|
| 3.1 Redução do risco de desastres é um objectivo integral das políticas e planos nacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, nomeadamente em matéria de utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e gestão ambiental | Não se registaram progressos na inclusão de elementos de redução do risco de desastres nas políticas e planos nacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais, gestão ambiental | Alguns progressos na inclusão de elementos de redução do risco de desastres nas políticas e planos nacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e gestão ambiental | Forte consciencialização sobre a relação entre a redução do risco de desastres e as políticas e planos nacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental Tentativas limitadas de relacionar as questões de RRD com as políticas e planos regionais e nacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental | as políticas e planos nacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão do ambiente incluem questões relacionadas com a redução do risco de desastres, devendo, no entanto, serem tidas em conta como um tema transversal | RRD plenamente integrada nas políticas e planos nacionais relacionados com o desenvolvimento sustentável, nomeadamente em matéria de utilização dos solos, gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental como tema transversal |

| | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| 3.2 O sector dos seguros participa activamente na redução do risco de desastres | Não existe na região ou no país um sistema de seguros contra o risco de desastres, ou não se aplica | As apólices de seguro integram algumas condições de prevenção relacionadas com determinados bens ou pessoas, porém de forma limitada e sem avaliação técnica das situações de risco | Sensibilização para a criação desses mecanismos pelos habitantes das zonas de risco. A participação do sector privado na oferta de seguros relacionados com desastres é limitada | Estabelecimento de seguros contra riscos de desastres com base num maior conhecimento técnico dos riscos. Pouco conhecimento ou consciencialização por parte de alguns potenciais beneficiários | Forte participação das agências de seguros na avaliação de riscos, com sistemas desenvolvidos para diferentes zonas geográficas e sectores económicos |
| 3.3 As instituições financeiras incluíram critérios de RRD no processo de aprovação dos projectos de financiamento | A prevenção de desastres não consta dos critérios de aprovação de projectos em zonas geográficas e sectores económicos em risco | As instituições financeiras têm consciência da necessidade de integrar a avaliação de riscos nos seus critérios de aprovação. Poucos progressos concretos | Algumas empresas financeiras integram elementos de avaliação de risco nos seus critérios de aprovação, embora não de forma organizada. Pelo contrário, podem estar a agir com base nas considerações ambientais que foram previamente estabelecidas | A gestão do risco de desastres constitui um requisito para o financiamento de projectos de desenvolvimento, localizados em áreas de risco. Contudo, subsistem problemas de implementação | Muitas instituições financeiras do país desenvolveram metodologias de avaliação de riscos de desastres e aplicam regularmente critérios obrigatórios de avaliação de riscos antes de aprovarem o financiamento de projectos |

Indicador 5 Critérios de Avaliação

| | | | | | |
|------------------|--|---|---|---|--|
| Indicador | Nível 1 Não se registaram progressos e/ou os progressos pararam, ou retrocederam | Nível 2 Foram realizados pequenos progressos nas acções de redução do risco de desastres, sem acções, sem compromisso sistemático | Nível 3 Compromisso institucional para a redução do risco de desastres, mas sem progressos substanciais | Nível 4 Compromisso sistemático ao nível político, mas a afectação de recursos é insuficiente | Nível 5 Realização plena com um empenho sustentado |
|------------------|--|---|---|---|--|

| | | | | | |
|--|--|---|---|---|---|
| <p>5.1 As estruturas, os mecanismos e os processos nacionais de adaptação às alterações climáticas incluem elementos que abordam as questões da redução do risco de desastres.</p> | <p>A RRD não está incorporada nas estruturas, mecanismos e processos nacionais de adaptação às alterações climáticas</p> | <p>Foram efectuadas tentativas limitadas para integrar a RRD nas estruturas, mecanismos e processos nacionais de adaptação às alterações climáticas. Integração da RRD nas estruturas, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas, mecanismos e adaptação às alterações climáticas ainda não é legalmente obrigatório</p> | <p>Tentativas significativas de integrar questões de RRD nas estruturas, mecanismos e processos nacionais de adaptação às alterações climáticas. Contudo, os mecanismos de controlo para garantir o cumprimento continuam fracos ou inexistentes.</p> | <p>As estruturas, mecanismos e processos nacionais de adaptação às alterações climáticas incluem questões relacionadas com a redução do risco de desastres, porém deve-se considerar uma implementação mais abrangente como um tema transversal. Os mecanismos de controlo para garantir o cumprimento estão em vigor e a ser reforçados.</p> | <p>A RRD está plenamente integrada nas estruturas, mecanismos e processos nacionais de adaptação às alterações climáticas. Os mecanismos de controlo para garantir o cumprimento estão em vigor e operacionais.</p> |
| <p>5.2 O sector dos seguros participa activamente na redução do risco de desastres</p> | <p>Não existe na região ou no país um sistema de seguros contra o risco de desastres, ou não se aplica</p> | <p>As apólices de seguro integram algumas condições de prevenção relacionadas com determinados bens ou pessoas, porém de forma limitada e sem avaliação técnica das situações de risco</p> | <p>Consciencialização para a criação desses mecanismos pelos habitantes das zonas de risco. A participação do sector privado na oferta de seguros relacionados com desastres é limitada</p> | <p>Estabelecimento de seguros contra riscos de desastres com base num maior conhecimento técnico dos riscos. Pouco conhecimento ou sensibilização por parte de alguns potenciais beneficiários</p> | <p>Forte participação das agências de seguros na avaliação dos riscos, com sistemas desenvolvidos para diferentes zonas geográficas e sectores económicos</p> |

| | | | | | |
|--|---|--|--|---|---|
| <p>5.3 As instituições financeiras incluíram critérios de RRD na aprovação do financiamento de projectos</p> | <p>A prevenção de desastres não está incluída nos critérios de aprovação de projectos em zonas geográficas e sectores económicos de risco</p> | <p>As instituições financeiras têm consciência da necessidade de integrar a avaliação de riscos nos seus critérios de aprovação. Poucos progressos concretos</p> | <p>Algumas empresas financeiras integram elementos de avaliação de risco nos seus critérios de aprovação, embora não de forma organizada. Pelo contrário, podem estar a agir com base nas considerações ambientais que foram previamente estabelecidas</p> | <p>A gestão do risco de desastres constitui um requisito para o financiamento de projectos de desenvolvimento, localizados em áreas de risco. Contudo, subsistem problemas de implementação</p> | <p>Muitas instituições financeiras do país desenvolveram metodologias de avaliação de riscos de desastres e aplicam regularmente critérios obrigatórios de avaliação de riscos antes de aprovarem financiamentos de projectos</p> |
|--|---|--|--|---|---|

Meta Adicional 3 do PA: Alargar de forma sustentável o âmbito e aumentar o número de fontes de financiamento interno de RRD

| Indicador | Elementos-Chave do Indicador | Principais Questões | Meios de verificação |
|---|------------------------------|--|---|
| 6. Número total de programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional, discriminados por fonte - Medição do acréscimo de fontes nacionais de financiamento da RRD | | <ul style="list-style-type: none"> • O risco de desastres naturais é considerado nas decisões de planeamento e investimento público e privado? • Qual é a relação entre a dotação orçamental para a redução do risco e a ajuda e reconstrução em caso de desastre? • Existem disposições financeiras para fazer face a catástrofes de grandes proporções? | <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento nacional de RRD • Orçamento descentralizado ou subnacional de RRD • Fundos nacionais de contingência e de calamidade • Facilidades de seguro e re-seguro • Títulos de indemnização por catástrofes e outros mecanismos do mercado de capitais |
| 7. O custo total dos programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional, desagregados em função da intervenção financiada – avaliar o âmbito do financiamento nacional da RRD | | | |
| 8. Percentagem das dotações e de desembolsos dos fundos ao nível nacional para programas e actividades de RRD | | | |
| 9. Percentagem do custo total dos programas e actividades de RRD financiados ao nível nacional | | | |

Meta Adicional 4 do PA: Aumentar o número de países que dispõem de planos de preparação informados sobre os riscos e de mecanismos de resposta, recuperação e reconstrução pós-desastre, e que os testam periodicamente

| Indicador | Elementos-Chave do Indicador | Principais Questões | Meios de verificação |
|---|---|--|--|
| 10. Percentagem de países com planos de preparação, resposta e recuperação pós-desastre e mecanismos de construção informados sobre os riscos | <ul style="list-style-type: none"> • Todas as organizações, pessoal e voluntários envolvidos no sistema de preparação dispõem de capacidade técnica necessária para executar os elementos e tarefas essenciais para uma resposta efectiva aos desastres | <ul style="list-style-type: none"> • Existem programas ou políticas nacionais de preparação para desastres, planos de contingência e resposta? • Os riscos futuros de desastres são antecipados através do desenvolvimento de cenários e de um plano de preparação alinhado? | <ul style="list-style-type: none"> • Existem programas ou políticas nacionais de preparação para desastres, planos de contingência e resposta? • Os riscos futuros de desastres são antecipados através do desenvolvimento de cenários e de um plano de preparação alinhado? |
| 11. Percentagem dos países que testam periodicamente os seus planos de preparação, resposta e mecanismos de recuperação e reconstrução pós-desastre | <ul style="list-style-type: none"> • Foi feita uma avaliação independente sobre a capacidade e os mecanismos de preparação para desastres e a responsabilidade pela implementação das • Existem planos de preparação para desastres e planos de contingência a todos os níveis administrativos e realizam-se regularmente exercícios de formação e ensaios para testar e desenvolver programas de resposta aos desastres. | <ul style="list-style-type: none"> • Foram efectuados exercícios de simulação para o Plano de Contingência com os parceiros relevantes? • Existem planos de recuperação? | <ul style="list-style-type: none"> • Foram efectuados exercícios de simulação para o Plano de Contingência com os parceiros relevantes? • Existem planos de recuperação? |

Indicador 10 Critérios de Avaliação

| Indicador | Nível 1 Não se registaram progressos e/ou os progressos pararam, ou retrocederam | Nível 2 Realizou-se progressos pouco significativos nas acções de redução dos riscos de desastres, sem um compromisso sistemático | Nível 3 Compromisso institucional para a redução do risco de desastres, mas sem progressos substanciais | Nível 4 Compromisso sistemático ao nível político, mas a afectação de recursos é insuficiente | Nível 5 Realização plena com um empenho sustentado |
|--|--|--|--|---|--|
| 10.1 Existem planos de preparação para desastres e planos de contingência em todos os níveis administrativos e realizam-se regularmente exercícios de formação e ensaios para testar e desenvolver programas de resposta aos desastres | Não foram elaborados planos e programas de preparação para áreas propensas a desastres | Existem algumas iniciativas para a elaboração e institucionalização de planos e programas de prontidão a desastres, porém com baixa qualidade técnica e escassa participação institucional | Os planos de preparação são elaborados para alguns níveis geográficos, porém somente para resposta, sem considerar a redução de risco e as acções de mitigação relevantes. Não há avaliação ou actualização. Não se realizam exercícios e ensaios regulares para testar e desenvolver programas de resposta aos desastres. | São elaborados planos de preparação para desastres de boa qualidade para diferentes níveis geográficos e sectores, no entanto, não são monitorizados ou actualizados. Realizam-se exercícios e ensaios com uma frequência limitada para testar os planos. | Os planos de preparação para desastres são elaborados em todos os níveis com boa qualidade técnica, envolvendo a participação de organismos de resposta e desenvolvimento. São constantemente avaliados e actualizados. São realizados treinos e ensaios regulares para testar e desenvolver programas de resposta aos desastres |

Indicador 11 Critérios de Avaliação

| Indicador | Nível 1 Não se registaram progressos e/ou os progressos pararam, ou retrocederam | Nível 2 Foram realizados pequenos progressos nas acções de redução do risco de desastres, sem acções, sem compromisso sistemático | Nível 3 Compromisso institucional para a redução do risco de desastres, mas sem progressos substanciais | Nível 4 Compromisso sistemático ao nível político, mas com alocação insuficiente de recursos | Nível 5 Realização plena com um empenho sustentado |
|---|---|--|---|---|--|
| 11.1 Todas as organizações, pessoal e voluntários do sistema de preparação possuem a capacidade técnica necessária para realizar os elementos e tarefas essenciais para uma resposta efectiva aos desastres | Não foi implementado qualquer programa para melhorar a capacidade técnica de execução dos elementos e tarefas essenciais para uma resposta efectiva aos desastres | Foram implementados alguns programas isolados com uma cobertura limitada para melhorar a capacidade técnica de resposta efectiva aos desastres | Os esforços nacionais e locais para melhorar a capacidade técnica são feitos através de programas que abrangem uma vasta gama de actores (pessoal, voluntários e organizações), mas não são institucionalizados | Foram feitos progressos relevantes no estabelecimento e implementação de programas para melhorar a capacidade técnica de preparação orientados para um vasto conjunto de actores (organizações, pessoal e voluntários), mas há necessidade de envidar esforços para melhorar a capacidade técnica de resposta as catástrofes. | Capacidade técnica suficiente das organizações, pessoal e voluntários no sistema de prontidão para realizar os elementos e tarefas essenciais para resposta efectiva a desastres |
| 11.2 Avaliação Independente das Capacidades e Mecanismos de Prontidão de Desastres foram realizadas nos últimos 12 meses e responsabilidade pela Implementação das recomendações atribuídas e recursos | Não foi efectuada qualquer avaliação das capacidades e dos mecanismos de preparação para catástrofes nos últimos 12 meses | Alguns progressos na avaliação das capacidades e dos mecanismos de preparação para catástrofes efectuados nos últimos 12 meses a alguns níveis geográficos, mas não foram criados mecanismos de preparação para catástrofes aos níveis geográficos, mas não foram estabelecidos mecanismos e responsabilidades | Nos últimos 12 meses, registaram-se progressos na avaliação das capacidades e mecanismos de preparação para catástrofes aos níveis nacional e local, mas a aplicação foi limitada devido à falta de recursos e de coordenação | Progressos relevantes na avaliação das capacidades e dos mecanismos de preparação para catástrofes nos últimos 12 meses e na aplicação das recomendações, porém, com insuficiente cobertura geográfica | Avaliação independente amplamente actualizada das capacidades e mecanismos de preparação para catástrofes, frequentemente executada nos últimos 12 meses, e recomendações implementadas pelos responsáveis |

Meta Adicional 5 do PA: Aumentar significativamente o número de redes ou parcerias regionais para a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de capacidades, incluindo centros e redes regionais especializados

| Indicador | Elementos-Chave do Indicador | Principais Questões | Meios de verificação |
|--|---|--|----------------------|
| 12. Número de redes ou parcerias regionais para a gestão de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades em matéria de RRD | <ul style="list-style-type: none"> Redes ou parcerias para a gestão de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades estabelecidas e operacionais Centros sub-regionais especializados para a redução do risco de desastres estabelecidos conforme apropriado, com propriedade e atribuição de recursos adequados. | <ul style="list-style-type: none"> Existem redes ou parcerias regionais para a gestão de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades na área da RRD? | |
| 13. Número de centros e redes regionais especializados em RRD criados e operacionais | | | |

Indicador 12 Critérios de Avaliação

| Indicador | Nível 1 Não se registaram progressos e/ou os progressos pararam, ou retrocederam | Nível 2 Registaram-se progressos pouco significativos nas acções de redução do risco de desastres, sem um compromisso sistemático | Nível 3 Compromisso institucional para a redução do risco de desastres, mas sem progressos substanciais | Nível 4 Compromisso sistemático ao nível político, mas a afectação de recursos é insuficiente | Nível 5 Realização plena com um empenho sustentado |
|--|--|--|--|---|--|
| 12.1 Rede ou parcerias para a gestão de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades em matéria de RRD estabelecidas e operacional | Não existem redes regionais ou parcerias regionais para a gestão de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades em matéria de RRD | Foram lançadas algumas iniciativas para a criação de redes ou parcerias regionais, mas ainda não foram desenvolvidas. | Registaram-se progressos na criação de redes ou parcerias regionais, mas a sua aplicação foi limitada devido à falta de recursos e de coordenação. | Registaram-se progressos suficientes na criação de redes ou parcerias regionais, mas a cobertura geográfica é insuficiente devido à limitação de recursos. A cobertura e os objectivos das redes ou parcerias regionais estão claramente definidos. | Redes ou parcerias regionais para a gestão de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades criadas e operacionais, incluindo Centros Sub-regionais especializados na redução do risco de desastres, conforme adequado, com propriedade e alocação de recursos. |

Indicador 13 Critérios de Avaliação

| Indicador | Nível 1 Não se registaram progressos e/ou os progressos pararam, ou retrocederam | Nível 2 Registaram-se progressos pouco significativos nas acções de redução do risco de desastres, sem um compromisso sistemático | Nível 3 Compromisso institucional para a redução do risco de desastres, mas sem progressos substanciais | Nível 4 Compromisso sistemático ao nível político, mas a afectação de recursos é insuficiente | Nível 5 Realização plena com um empenho sustentado |
|--|--|--|--|---|--|
| 12.1 Rede ou parcerias para a gestão de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades em matéria de RRD estabelecidas e operacional | Não existem redes regionais ou parcerias regionais para a gestão de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades em matéria de RRD | Foram lançadas algumas iniciativas para a criação de redes ou parcerias regionais, mas ainda não foram desenvolvidas. | Registaram-se progressos na criação de redes ou parcerias regionais, mas a sua aplicação foi limitada devido à falta de recursos e de coordenação. | Registaram-se progressos suficientes na criação de redes ou parcerias regionais, mas a cobertura geográfica é insuficiente devido à limitação de recursos. A cobertura e os objectivos das redes ou parcerias regionais estão claramente definidos. | Redes ou parcerias regionais para a gestão de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades criadas e operacionais, incluindo Centros Sub-regionais especializados na redução do risco de desastres, conforme adequado, com propriedade e alocação de recursos. |

REFERÊNCIAS

Africa Union. 2015. Programme of Action for the implementation of Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030 in Africa. Addis Ababa: AUC.

Africa Union. 2018a. Monitoring and Reporting Framework of the Programme of Action for the implementation of Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030 in Africa. Addis Ababa: AUC.

Africa Union. 2018b. Annual Report: Building Disaster Resilience to Natural Hazards in Sub-Saharan African Regions, Countries and Communities. Addis Ababa: AUC.

Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED). 2019. CRED Crunch 56 - Disasters in Africa: 20 Year Review (2000-2019).

Gebremedhin G.H., QiuHong T., Siao S., Zhongwei H., Xuejun Z., and Xingcai L. 2019. Droughts in East Africa: Causes, impacts and resilience. *Earth-Science Reviews*. 193: pp.146-161.

Guha-Sapir D, Hoyois Ph., Wallemacq P., and Below. R. 2016. Annual Disaster Statistical Review 2016: The Numbers and Trends. Brussels: CRED.

Masih, I., Maskey, S., Mussá, F.E.F., and Trambauer, P. 2014. A review of droughts on the African continent: a geospatial and long-term perspective. *Hydrol. Earth Syst. Sci.* 18: pp3635-3649.

UNDRR. 2015. Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR).

UNDRR. 2019. Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR).

Winsemius, H.C., Jongman, B., Veldkamp, T.I.E., Ward, P.J., Hallegatte, S. & Bangalore, M. 2018. Disaster risk, climate change, and poverty: Assessing the global exposure of poor people to floods and droughts. *Environment and Development Economics*, 23(3): pp. 328-348.

World Economic Forum (WEF). 2019. The Global Risks Report 2019. 14th Edition. Geneva, WEF.